Fernando José Salsinha de Sousa

O Crescimento Económico em Portugal na Actual Crise Financeira

Orientador: Professor Doutor Luís Jorge da Costa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

LISBOA

2015

Fernando José Salsinha de Sousa

O Crescimento Económico em Portugal na Actual Crise Financeira

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 19/03/2015, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 86/2015 de 20 de Fevereiro, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Ana Cristina Freitas Brasão Amador

Arguente: Professor Doutor Manuel Francisco Magalhães Cabugueira

Orientador: Professor Doutor Luís Jorge da Costa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

LISBOA

2015

Agradecimentos

A realização de uma dissertação com estas características, só foi possível pela combinação de uma liça de auxílios, aos quais cabe aqui salientar.

O meu primordial agradecimento é dado ao Professor Doutor Luís Jorge da Costa, pela pronta aceitação convite para assumir o estatuto de orientador, pela disponibilidade praticada para rever a dissertação nas suas diversas etapas, assim como pelo útil auxílio que deu, através da delimitação do tema em discussão e através de um conjunto notável de conselhos que tornaram esta dissertação mais rica.

Aos docentes da parte curricular do Mestrado, Professores Doutores, agradeço o empenhamento que colocaram na arte de ensinar, que acelerou o processo de assimilação de novos conhecimentos e de novas metodologias.

À Directora do Mestrado, Professora Doutora Ana Amador agradeço por ter dado início ao interessante Mestrado em Economia, ao acompanhamento de todo o processo.

Ainda aos meus pais pelo apoio que me prestaram.

Resumo

A crise chegou aos Estados Unidos da América em 2006. Os motivos que conduziram à crise na secção imobiliária foram: a fraca fiscalização, modificações na regulação financeira, accções desenvolvidas por parte do governo norte-americano para ampliar o número de proprietários de uma habitação, a fraca gestão, corrupção e venda de acções enganosas pelos bancos. As razões macroeconómicas são o excesso de procura de capital para ser investido, o excesso de poupança de países consequentes, de países produtores de petróleo e as baixas taxas de juro dadas pelo governo norte-americano. Em 2008 estes factos estenderam-se a Portugal e à UE.

A metodologia usada assenta na aplicação do Eviews6, com o contributo para a área de investigação de um modelo econométrico apresentado com variáveis explicativas do desenvolvimento sustentável, permitindo investigar o seu impato na Quota de Exportação como variável explicada, para o caso português entre 1980 e 2011.

As principais conclusões assentam na análise econométrica, provando que a subida da Quota de Exportação tem uma relação positiva com o Consumo Privado Total. O Consumo Privado Total tem um resultado pouco significativo na Quota de Exportação. O consumo estimula a produção de bens e serviços, pelo que o seu excedente é exportado. O nivel de desenvolvimento nacional está correlacionado de forma negativa com os esforços das Receitas da Administração Pública. A autonomia financeira é pouco significativa e não está dependente, apenas das exportações, a sua variação de crescimento mostra-se muito baixa. Portugal tem capacidade para criar a suas próprias receitas, assente na procura e esforço fiscal interno, permitindo uma fraca descentralização.

Na minha opinião as estratégias para tirar Portugal da crise são o aumento da inovação, por parte das empresas para aumentarem a competitividade e o emprego, reduzindo-lhes e isentando-as da taxa de IRC. É necessário baixar o IVA em geral, não baixar a taxa salarial para subir o poder de compra e o consumo. É preciso apostar na Governança. Os Estados-Membros da UE, a nível político, têm de ser coordenados como uma única região de poder central.

Palavras-Chave: Crise, Mercado Imobiliário, Taxas de Juro, Análise Econométrica, Estratégias.

Abstract

The subprime crisis arrived at the United States of America in 2006. The reasons which lead to the subprime crisis in the real estate were: weak oversight, changes in financial regulation, actions by the U.S. Government to increase the number of owners of a dwelling, poor management, corruption and sale of misleading actions by banks. The macroeconomic reasons are excess of demand for capital to be invested, the savings from glutting countries, consequent oil producing countries and low interest by the U.S. government. In 2008 these events have spread to Portugal and European Union.

The methodology consists of applying Eviews6, with the contribution to the research area of an econometric model presented with explanatory variables of sustainable development, allowing you to investigate their impact on Export Quota as explained variable, for the Portuguese case between 1980 and 2011.

The main conclusions, based on econometric analysis proving that the increase in export share has a positive relationship with the Private Consumption Total. Private Consumption Total has some significant results in the Export Quota. The consumption stimulates the production of goods and services, so their surplus is exported. The level of national development is correlated negatively with the efforts of Revenue Public Administration. The financial autonomy is insignificant and does not depend only on exports, its growth variation observed to be very low. Portugal has the ability to create your own recipes, based on demand and domestic fiscal effort, allowing a weak decentralization.

In my opinion the strategies for taking Portugal out of the crisis are increasing innovation by companies to increase competitiveness and employment, reducing and exempting them of ITLP. It's necessary to low VAT in general, not to low wage rate to raise the purchasing power and consumption. It's need to bet on Governance. Member States of the EU, at political level, must be coordinated as a single region of central power.

Keywords: Crisis, Real Estate Market, Interest Rates, Econometric Analyses, Stratgies.

Siglas

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ACP – África, Caraíbas e Pacífico
AP – Administração Pública
AR – Assembleia da República
BE – Bloco de Esquerda
BCE – Banco Central Europeu
BCI – Banco de Compensações Internacionais
BES – Banco Espírito Santo
BIS – Bank of International Settlements
BPI – Banco Português de Investimentos
BPN – Banco Português de Negócios
BVL – Bolsa de Valores de Lisboa
CAD – Comissão de Auxílio ao Desenvolvimento
CCDRC - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro
CCDRs - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento das Regiões
CDS – Centro Democrático Social
CDS – Credit Default Swaps
CE – Comunidade Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
CN – Conselho Nacional
CGA – Caixa Geral de Aposentações
CGD - Caixa Geral de Depósitos
CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal
CRP - Constituição da República Portuguesa
DE – Alemanha
DCP – Departamento de Coordenação e Planeamento
DGO – Direcção Geral do Orçamento
DL – Decreto-Lei
DR – Diário da República
ECOFIN – Economic and Financial Affairs Council (Conselho para as Questões Económicas e Financeiras)
EFTA – European Free Trade Association

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ENPSIS - Estratégia Nacional para a Protecção Social e a Inclusão Social

EPSCO – Employment, Social Policy, Health and Consumer Affairs Council (Emprego, Política Social e Conselho de Assuntos do Consumidor e Saúde)

EUA – Estados Unidos da América

EU – European Union

EUROSTAT – Gabinete de Estatísticas da União Europeia

Eviews – Econometrics Software

FED – Federal Reserve Bank

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPP – Fronteira de Possibilidades de Produção

FSE – Fundo Social Europeu

GATT – General Agreement on Trade and Tariffs

GSBS – Global Shadow Banking System

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFOP – Instituto Financeiro de Orientação da Pesca

INE – Instituto Nacional de Estatística

ICGP - Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público

IPPC – Indicador Per Capita do Poder de Compra

IRB – International Ratings Based

IRC – Imposto de Rendimento das Pessoas Colectivas

IRS - Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares

ITLP – Income Tax of Legal Persons

IVA – Imposto de Valor Acrescentado

MF – Ministério das Finanças

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MP - Ministério do Planeamento

MRLM – Modelo de Regressão Linear Múltipla

MTSS - Ministério do Trabalho e da Segurança Social

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECPC – Orientações Estratégicas Comunitárias para A Política de Coesão

OE – Orçamento de Estado

OEC – Orientações Estratégicas Comuns

OGE – Orçamento Geral do Estado

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

OR – Orçamento Rectificativo

OT – Obrigações do Tesouro

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCP – Partido Comunista Português

PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIBpm – Produto Interno Bruto a preços de mercado

PM – Primeiro-Ministro

PNACE - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego

PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão

PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

PNE - Plano Nacional de Emprego

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Paridade do Poder de Compra

PR – Presidente da República

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PT - Plano Tecnológico

PT – Portugal Telecom

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RP – República Portuguesa

SEC – Sistema Europeu de Contas

SNF – Sistema Nacional Financeiro

SPA – Sector Público Administrativo

SPD – Sozialdemokratische Partei Deutschands (Partido Social Democrata da Alemanha)

SPE - Sector Público Empresarial

TC – Tribunal Constitucional

TGV – Train de Grande Vitesse

TROIKA – Grupo constituído pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional

UBS - Union Bank of Switzerland

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

UGT – União Geral de Trabalhadores

UNCSD – United Nations Conference on Sustainable Development

URS - United Research Services

USA – United States of America

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VAR – Value at Risk

VAT – Value added Tax

WCED – World Comission Environment and Development

Índice

Agradecimentos 1
Resumo 2
Abstract 3
Siglas 4
Índice 8
Índice de Figuras 9
Índice de Gráficos 10
Índice de Quadros 10
Introdução 11
Objectivos da Investigação 13
Metodologia de Investigação 13
Hipóteses de Investigação 13
Pergunta de Partida 13
Razões da Escolha do Tema 14
Percurso Expositivo e Organização do Trabalho 15
Capítulo 1 – A Crise do *Subprime* e o Contexto Geral 16
1.1. Conceitos de PIB e Crescimento Económico 19
1.2. Cooperação num Quadro de Desenvolvimento 22
1.3. Desenvolvimento Sustentável 24
1.4. Reflexos Económicos e Financeiros da Crise do Suprime para a Economia Mundial 25
1.5. Gestão do Risco Operacional 26
1.5.1. Avaliação e Revisão de Controlo do Risco Operacional 28
1.5.1.1. Acordo de Basileia II 29
1.6. Três pilares 31
1.6.1. Pilar 1 – As Exigências de Capital Mínimo 31
1.6.1.1. Risco de Crédito 31
1.6.1.2. Risco de Mercado 31
1.6.1.3. Risco Operacional 32
1.6.2. Pilar 2 - O Processo de Supervisão 32
1.6.3. Pilar 3 - Disciplina do Mercado 33
1.7. Investimento Direto Estrangeiro (IDE) 34
1.7. 1. Internacionalização 35

1.7. 2. Parcerias e Alianças Estratégicas 37
1.8. O Conceito de Estratégia 38
1.8.1. As Estratégias para o Desenvolvimento em Portugal 39
1.9. Requisitos para Assegurar o Sucesso 40
Capítulo 2 – A Evolução do PIB em Portugal 46
2.1. A Evolução da Economia 46
2.1.1. Financiarização 47
2.1.2. O Capital Fictício 48
2.2. Análise Económica da Evolução do PIB, 1980-2011 49
2.2.1. O Cariz Económico da Crise Politica em Portugal 54
2.2.1.1. Impacto Económico do Processo Negocial 54
2.2.1.2. Impacto Económico do Período Pós-Negociação 55
2.3. Evolução da Dívida Pública 56
2.3.1. Período de 1974 a 1985 58
2.3.2. Período de 1986 a 1994 59
2.3.3. Período de 1995 a 2011 60
2.3.3.1. Risco da Dívida Pública 71
2.3.3.2. Perspectivas e Cenários Futuros 72
Capítulo 3 - Análise Empírica: Regressão Linear Múltipla 80
3.1. Regressão Linear 82
3.1.1. Coeficientes e Multicolineariedade 83
3.1.2. Auto-Correlação 84
3.1.3. Significância Global 84
Conclusão 88
Bibliografia 90
Anexo 110

Índice de Figuras

Figura nº 1: Fatores Determinantes do Risco Operacional 27
Figura nº 2: A Dívida Pública 57
Figura nº 3: O Equilíbrio Orçamental 63

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1: Os Preços Reais da Habitação, entre 1996 e 2010 26
Gráfico nº 2: Taxas de Crescimento do PIB 49
Gráfico nº 3: Evolução da Dívida Pública Portuguesa (1980-2010) 61
Gráfico nº 4: Teste da Normalidade 85

Índice de Quadros

Quadro nº 1: Evolução do Saldo Orçamental 66
Quadro nº 2: Evolução da Dívida Pública 68
Quadro nº 3 : Matriz dos Coeficientes e do R^2 (Coeficiente de Determinação) 83
Quadro nº 4: Matriz da Multicolinearidade 84
Quadro nº 5: Matriz da Estacionaridade 86
Quadro nº 6: Matriz da Heterocedasticidade 86
Quadro nº 7: Base de Dados utilizada para a elaboração da recta de regressão (Eviews6) ... 110

Introdução

Segundo Krugman (2009), antes de 1930, os bancos eram responsáveis pela criação de grandes impérios financeiros alguns dos quais, apoiados em fraudes[1]. Esse sector financeiro activo teve um aumento rápido das dívidas[2]. No entanto, o sector perdeu o máximo quando o sistema financeiro entrou em crise durante a Grande Depressão[3]. Os banqueiros ocasionaram os empréstimos mais difíceis. Embora, posterior a 1980, a dívida começou a crescer e acabou com um cenário semelhante a de 1929[4] (Krugman, 2009).

Na causa da crise financeira esteve o acesso facilitado ao crédito imobiliário nos EUA. O sector *subprime* fez crescer o desejo de muitos norte-americanos serem proprietários de uma habitação. As causas que possibilitaram a crise em termos macroeconómicos foram a elevada poupança de países produtores de petróleo e seus países resultantes, as reduzidas taxas de juro difundidas[5] e a elevada procura de moeda para investir. Ao nivel imobiliário são as mudanças na regulação financeira, a gestão ineficiente, venda e corrupção de acções falsas pelos bancos. Os investidores que investiram no fundo de Bernard Madoff[6], foram enganados com juros elevados e acções fraudulentas, ficando sem as suas fortunas. Madoff praticava a Técnica de Ponzi[7] entre 1999 a 2008 a residentes ricos de Palm Street e da Europa e apanhou prisão prepétua em 2010. Madoff foi considerado vigarista desaparecendo com 65 mil milhões de dólares dos seus clientes tendo o tribunal só recuperado 9 mil milhões de dólares.

As taxas Libor enganosas, praticadas entre bancos, levaram clientes à falência e alguns bancos foram multados como o UBS, URS e Barclays na América, tendo sido o Bob Diamond[8] preso. O grupo BES constituído por Rioforte, BES Group e BES Internacional foi à falência e a crise do BES, também se deve ao caso Madoff, ocorrido pelo BES International na América em 2008, que trabalhava em ciclo com a gestora de fortunas Akoya, passava pelo BPN, voltando ao BES internacional para permitir lavagens de dinheiro[9]. As acções do BES desceram para os valores mais baixos da sua história. O Ricardo Salgado dimitiu-se e o actual conselheiro do Estado, Vitor Bento assumiu a direcção do BES. Segundo Carlos Costa,

[1] *Offshores.*
[2] A dívida do PIB, quase dobrou entre a Primeira Guerra Mundial e 1929.
[3] O sector bancário que surgiu daquele colapso era regulado e muito menos lucrativo.
[4] E o sector financeiro expandiu-se muito.
[5] Pelo governo norte-americano.
[6] Ex-Diretor da Bolsa de Nasdaq em Wall Street, Nova York e gestor de fortunas, sendo considerado o melhor gestor do mundo.
[7] Tirar dinheiro a uns clientes para dar a outros, mostrando extractos falsos.
[8] Diretor do Barclays.
[9] Acção de justificar capitais que provenham de negócios ilícitos.

Presidente do Banco de Portugal foram considerados dois bancos: o mau onde ficou a dívida e as acções enganosas e o banco bom com os depósitos dos clientes. Houve clientes que perderam as suas acções e obrigações. O banco bom foi recapitalizado com o fundo da banca e a ajuda do Estado e que irá ser vendido posteriormente para depois serem reembolsadas as dividas novamente à Banca e ao Estado.

O objecto de estudo é, em primeira instância, a análise do desenvolvimento da economia antes da crise. Para tal, haverá lugar a uma análise da evolução do PIB tendo em conta, por um lado**,** as alterações das suas componentes da despesa no seu contexto macroeconómico, operadas desde 1980 até 2011, bem como a evolução dos respectivos fluxos financeiros. Em segunda instância, analisar-se-á a difusão da crise financeira a Portugal.

Pretende-se, neste ponto, saber como foi que o país chegou a esta situação, se havia ou não alternativas ao percurso seguido. O estudo de caso debruça-se sobre o crescimento económico em Portugal na actual crise financeira.

O sistema financeiro dos EUA necessita de uma alteração legislativa que permita a introdução de novas barreiras ao empréstimo. Nesse âmbito, a simples separação entre bancos comerciais e de investimento não serve para o século XXI. É preciso uma lei que abranja os diversos tipos de instituições financeiras que foram concebidos, que limitem os empréstimos de curto prazo entre estas instituições. Agora, haveria que proceder a uma divisão institucional entre os dois tipos de banco. Muitos bancos tiveram problemas tomando empréstimos líquidos de curto prazo para aplicá-los em investimentos brutos de longo prazo.

Os bancos de investimentos devem ser proibidos de executar qualquer tipo de empréstimo de curto prazo e de concretizar qualquer transacção com recursos próprios, de proceder como fundo de *private equity*[10]. Essa reforma tornaria o sistema financeiro menos disposto ao tipo de reacção em cadeia sistémica que conduziu a falências. Os bancos comerciais poderiam ter acesso ao seguro de depósito[11].

No cenário da crise de 2008, existem autores importantes que concordam com a desregulamentação em favor do mercado livre, pelo que foram muito prejudiciais e levaram o sistema a procurar inovações com maior risco[12]. Também, é necessário aumentar a fiscalização de produtos financeiros, padronizar o monitoramento dos riscos e reformar o

[10] A actividade central destes bancos deveria ser delimitada à sua actividade exercida por eles: angariar capital e subscrição.
[11] E a uma rede de auxílio do governo, através do Banco de Portugal que tem um fundo de garantia para restituir até cem mil euros, por contribuinte, em contratos de depósitos a prazo puros, caso o banco entre em falência.
[12] Na realidade é preciso actualizar a regulação imprópria, tornando-a flexível para englobar um mercado financeiro em mudança.

sistema das agências de classificação de risco de crédito (Mihm e Roubini, 2010; Wessel, 2009).

Objectivos da Investigação

Os objectivos gerais da investigação são expressados da seguinte forma:
1º) Introduzir a evolução do PIB numa visão estratégica de desenvolvimento nacional;
2º) Executar uma análise empírica acerca da relação entre a Quota de Exportação e o valor do Consumo Privado Total e das Receitas da Administração Pública em Portugal.

Metodologia de Investigação

De acordo com os métodos aplicados auxiliou-se:
- da pesquisa de bibliografia a nível nacional e internacional aceite, de locais da *Internet* sobre o assunto em investigação e do tratamento dos dados disponíveis pelo INE e PORDATA;
- da revisão da literatura, através da síntese das principais abordagens e sua reflexão crítica;
- da análise econométrica, baseada no programa *Eviews*, utilizando o modelo econométrico de forma a testar as hipóteses formuladas.

Hipóteses de Investigação

As Hipóteses de Investigação são as seguintes:
- Hipótese um: A subida da Quota de Exportação aumenta com o grau de Consumo Privado;
- Hipótese dois: O grau de desenvolvimento de Portugal está associado positivamente aos esforços das Receitas da Administração Pública.

Pergunta de Partida

Qual o impacto das variáveis relacionadas com o desenvolvimento socioeconómico no Crescimento da Quota de Exportação para Portugal, no período entre 1980 a 2011?

Razões da Escolha do Tema

O interesse crucial da investigação passa pela evolução da crise, desde a implantação da República e as suas sucessivas crises acontecidas em Portugal. Hoje, o país depara-se com uma crise económica muito delicada, com graves consequências para a sociedade em geral. É relevante investigar a sua origem, bem como o seu efeito na economia nacional, para melhor clarificar o cenário. Deste modo, importa traçar alternativas para que, no futuro, o país não se afunde numa situação da mesma instância.

O dinheiro abundante, proporcionado pelo crédito bancário, fez os preços dos imóveis subirem aumentando a bolha especulativa. A Banca promoveu a ruína do mercado imobiliário. No passado, os bancos só vendiam as hipotecas titularizadas a investidores institucionais pouco alavancados, que podiam sustentar o risco por um período de tempo maior. Estes bancos autofinanciavam-se, com dívida a curto prazo, para comprarem estes produtos. Quando se deu o colapso imobiliário, os bancos tiveram obstáculos em fazer *rollover*[13] dessa dívida e viram-se obrigados a vender as habitações a preços muito baixos[14], para além de constituírem uma carteira de valores imobiliários para a qual não têm, naturalmente, competências para gerir.

Em 2001[15] em Portugal, os novos fogos apresentavam 97,5% do total de fogos licenciados, assinalando também o número mais elevado da década 2001-2011, com 114 909 fogos. Este número veio a diminuir progressivamente a partir de 2001 alcançando os 17 464 fogos em 2011, que exibia 72% face ao total de fogos licenciados. Nas obras concluídas analisa-se uma evolução idêntica, tendo sido concluídos só 31 381 fogos em construções novas em 2011[16] (INE, 2012, p. 8).

[13] Transfigurar esta situação levando ao incumprimento do pagamento do crédito.
[14] Esta baixa nos preços dos activos teve um efeito negativo nos balanços dos bancos que levaram alguns à falência.
[15] A construção de novos alojamentos obteve o seu pico em 2001, salientando-se mais nitidamente nas obras concluídas.
[16] Correspondendo a 80% do total de fogos concluídos.

Percurso Expositivo e Organização do Trabalho

No primeiro capítulo efectua-se um enquadramento teórico respeitante à crise actual[17] e variáveis fundamentais, particularmente relacionadas com as suas componentes. Salienta-se o conceito de PIB e de Crescimento Económico.

O segundo capítulo refere a evolução do PIB, desde 1980 e o que provocou essa evolução. Pretende mostrar-se as mudanças aparecidas com esta evolução. Depois de 2008, comenta-se criticamente a evolução realizada e as suas causas. Deste modo, recorre-se a uma análise económica salientando a evolução do PIB, a partir de 1980 até 2011.

No terceiro capítulo emprega-se um modelo de regressão linear múltipla[18], relacionando-se alguns indicadores económicos à evolução da Quota de Exportação, introduzindo-os numa conjuntura macroeconómica para o período entre 1980 a 2011, de forma a analisar a correlação entre a Quota de Exportação e as variáveis das suas componentes[19].

A Conclusão sintetiza os objectivos que esta dissertação se propôs alcançar e as conclusões principais da investigação.

[17] *Suprime.*
[18] Análise Empírica.
[19] Grandes Agregados

Capítulo 1 – A Crise do *Subprime* e o Contexto Geral

A Crise do *Subprime* é uma crise financeira começada no ano de 2006, a partir da ruptura de instituições de crédito dos EUA, que concediam empréstimos hipotecários de enorme risco, dirigindo diversos bancos para uma posição de falência[20]. Deste modo, é compreendida como uma paralisação da cadeia de pagamentos da economia global[21].

Os *subprimes* abrangiam desde empréstimos até cartões de crédito, crédito para compra de habitação, automóveis e eram concedidos, nos EUA, a clientes sem comprovação de rendimento e com um histórico de crédito de alto risco[22]. Essa valorização contínua dos imóveis levava os endividados a alcançar novos empréstimos, sempre maiores, para regularizar as dívidas anteriores, em atraso[23].

No encerramento do ano de 2000 quando acabou o *frenesi* com ações de empresas de tecnologia na rede mundial de computadores os preços diminuiram. O banco central americano, Fed[24], baixou os juros de 6,5% ao ano, para 3,5% em poucos meses e posteriormente ao terrorismo de 11 de Setembro de 2001[25], baixou para 1%.

A taxa de juro real, ficou negativa por trinta e um meses contínuos. Assim, cresce uma bolha de crédito imobiliário disseminada, com bancos comerciais financiando valores elevados de compras alavancadas de reconhecidas empresas, com condições de empréstimos cada vez mais baixos. O sistema bancário paralelo envolve instituições financeiras que parecem bancos, "agem como bancos, recebem empréstimos e emprestam como bancos mas, esta parte importante não são regulamentadas como bancos" (Mihm e Roubini, 2010, p. 89).

Desde 2006, com a baixa dos preços de imóveis nos EUA, vários bancos caíram num cenário de falência, atingindo bastante as bolsas de valores mundial.

Os empréstimos *subprime* eram dificilmente liquidados, porque não geravam qualquer fluxo de caixa para os bancos que os atribuíam. Deste modo, para diluir o risco dessas transacções duvidosas os bancos americanos credores uniram-nas aos milhares e modificaram a massa daí resultante em derivados negociáveis no mercado financeiro internacional[26]. Porém, criaram-se títulos negociáveis, pelo que o seu fundamento eram esses créditos. Foi a venda e compra, em elevadas quantidades, desses títulos em hipotecas *subprime*, que

[20] Uma crise grave, com possibilidades de transformar-se em *crise sistémica*.
[21] Que tenderia a atingir todos os sectores económicos em geral.
[22] Aos clientes sem património, sem renda e sem emprego.
[23] Dando sempre o mesmo imóvel como garantia.
[24] Federal Reserve.
[25] *Twin Towers* (Torres Gémeas) nos EUA.
[26] O valor era cinco vezes superior ao das dívidas originais.

provocou a reprodução da crise, para os principais bancos do mundo[27]. No começo de 2007, as instituições financeiras deixaram de emprestar dinheiro ao banco *Northern Rock*, acabando por se tornar o primeiro banco britânico a suportar a intervenção do governo, desde 1860[28] (Mihm e Roubini, 2010).

Todavia, as exportações tendem a suportar os efeitos da baixa da oferta internacional de crédito. Segundo Smith (1776), uma redução das exportações tende a espelhar negativamente sobre o sector produtivo, tocando na economia da produção de bens e serviços, mas a produção anual do trabalho e da terra da sociedade, condiz à área do Güterwelt schumpeteriano.

Buiter (2007), salienta no contexto macroeconómico uma alta poupança global, uma redistribuição global da riqueza por entre os exportadores de matérias-primas, havendo a criação do FED[29] e do BCE[30], de liquidez em abundância. No âmbito da Microeconomia reflecte o excesso de titularização, o efeito do comportamento cíclico de endividamento bem como os requerimentos de capital postulados pelas regras de Basileia[31]. Os Acordos de Basileia são concebidos pelo Comité do BIS[32] e têm como objectivo fundamental gerar princípios eficientes de regulamentação de instituições financeiras.

A recessão teve início em Dezembro de 2007, tendo esta sido antecedida pelo apertão por parte do FED em Junho de 2004, seguido de três anos de taxas de juro bastante reduzidas. Todavia, estas políticas de baixas taxas de juro bem como a elevada poupança a nível mundial, levaram ao colapso no universo imobiliário (Bordo e Haubrich, 2009).

Segundo Lynn (2013), a bolha imobiliária rebentou na Holanda que está em recessão, logo a dívida dos consumidores é 250% do rendimento disponível e o desemprego aumenta[33]. A Holanda está afundada na recessão e mostra poucos sinais de retoma[34]. A crise do euro arrasta-se há três anos[35]. A Holanda, é um Estado Central da UE[36].

[27]A crise do crédito hipotecado conduziu a uma crise de confiança geral no sistema financeiro e falta de liquidez bancária, pelo que ocasionou a falta de dinheiro disponível para saque imediato pelos bancos.
[28] Os Bancos Centrais foram levados a injectar liquidez no mercado interbancário, para evitar o impacto, com a ruptura de outros bancos, em cadeia e que a crise se alargasse a nível mundial.
[29] Federal Reserve.
[30] Banco Central Europeu.
[31] As falhas nos modelos usados pelas agências de *rating* nas suas avaliações e uma desregularão internacional competitiva.
[32]*Bank for International Settlements.*
[33] O grande aliado da Alemanha com a implantação da austeridade por todo o continente começa a ter uma queda na sua própria receita.
[34] A Holanda é um dos países mais endividados do mundo.
[35] E até agora, apenas tinha infectado os países periféricos da moeda única.
[36] E do euro.

Os juros reduzidos[37] e a existência de muito capital baixo geraram uma bolha imobiliária e a explosão da dívida. Porém, desde o lançamento da moeda única até o pico máximo do mercado, o preço da habitação na Holanda duplicou, transformando-se num dos mercados mais sobreaquecidos do mundo. No entanto, os preços dos imóveis na Holanda baixaram com a mesma rapidez que os da Flórida, quando decresceu o pico máximo habitacional norte-americano[38]. Neste momento, uma habitação valerá menos do que se pagou por ela e ainda menos do que o empréstimo obtido para a comprar.

Consequentemente, os holandeses endividaram-se e os bancos holandeses têm 650 mil milhões de euros pendentes num sector imobiliário que perde valor progressivamente. O sistema financeiro perde estabilidade gradualmente. A Holanda será o primeiro país central a rebentar, logo significará uma grande crise para o euro.

Contradizendo as ideias de Haubrisch e Bordo, Allan Greenspan, antecessor de Bernanke no Federal Reserve, mostrava que não acreditava na regulamentação[39], como a bolha de tecnologia de 1996, corria para salvar a economia, criando no mercado a esperança de que o FED, sempre defenderia as instituições com uma gestão inconsciente, enquanto o sistema financeiro mergulhava na gravidade causada por uma bolha, criando um risco moral perigoso. Allan Greenspan apostou na capacidade das instituições, dirigidas por interesses próprios, de fiscalizarem os mercados. Assim, os órgãos reguladores norte americanos foram desacreditados[40] (Mihm e Roubini, 2010; Wessel, 2009).

Contudo, Greenspan não era o único a favor da desregulamentação e ao longo da década de 1980, a regulação produzida pelo desenvolvimento da crise de 1929, foi destruída aos poucos, até ser suprimida. A lei Glass-Steagall, representou grande perda para o sistema de regulação norte-americano ao ser destruída, em 1999, pela Lei Gramm-Leach-Bliley (Crawford, 2011; Mihm e Roubini, 2010).

Mihm e Roubini (2010) salientam como Paul Volcker, ex-presidente do Federal Reserve, convenceu o governo Obama a proibir as holdings bancárias. Mihm e Roubini (2010) e Paulson (2010), mostram o sistema de regulação dos Estados Unidos como uma manta de retalhos, produzido no resultado do sistema federativo e ultrapassado. Em termos do Estado

[37] Que antes do mais respondem aos interesses da economia alemã.

[38] Hoje, os preços estão 16,6% mais reduzidos do que estavam no ponto mais elevado da bolha de 2008 e a Associação Nacional de Agentes Imobiliários prevê outra baixa este ano de 7%.

[39] Tinha como idealismo o livre mercado, todavia quando uma bolha de preços do sector imobiliário rebentava, não se responsabilizava a Reserva Federal Americana por esta bolha. Assim, o caminho para combater as falhas no mercado financeiro passaria pela subida dos requisitos de capital e pelo combate à fraude.

[40] O FED apenas regulava instituições bancárias. As entidades financeiras não bancárias, que estavam cada vez mais presentes no sistema financeiro dos Estados Unidos, continuaram fora da regulação do Federal Reserve.

existem diversas agências reguladoras e responsáveis por instituições financeiras que se desenvolveram de modo confuso ao longo da história norte americana[41].

Por fim, Mihm e Roubini (2010) observam que o mercado *subprime* não foi o único causador da crise financeira, pois, isolado, não teria como conduzir o mercado à recessão[42].

1.1. Conceitos de PIB e Crescimento Económico

A política orçamental dos países da União Económica e Monetária não pode ultrapassar o défice em 3% do PIB e a dívida pública do PIB em 60% (Porto, 2001).

O conceito de PIB define-se pela riqueza gerada num país pelos nacionais residentes e estrangeiros. A produção ou riqueza é gerada pelo emprego e produtividade, pelo que é importante a especialização e o nível educacional da mão-de-obra. O PIB contém as seguintes componentes: O consumo tem como efeito induzido a propensão marginal a consumir com o efeito do rendimento disponível como se verifica na função C=Consumo Autónomo+cYd, sendo c a Propensão Marginal a Consumir e Yd o Rendimento Disponível das Famílias. Assim, s=(1-c), é igual à propensão marginal a poupar[43]. A fórmula do PIB na óptica da despesa, é Y=C(Consumo)+G(Gastos Públicos)+I(Investimento)+X(Exportações)-M(Importações). Assim, o PIB é um indicador económico importante para medir o crescimento económico, pese embora as suas limitações.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012) sustenta e conduz a um crescimento com capacidade de melhorar o bem-estar social e nível de vida para toda a sociedade[44]. O PNUD oferece uma visão geral associada à visão local do desenvolvimento humano, para colaborar com o empoderamento de vidas e com a formação de países mais potentes[45]. No ano de 1990, o PNUD inseriu mundialmente a concepção de Desenvolvimento Humano, que parte da condição de que para conferir o progresso na qualidade de vida de uma sociedade, é necessário ir além do caminho económico e incluir três pilares básicos[46]: saúde, rendimento e educação. Segundo Samuelson e Nordhaus (2005), a noção de crescimento económico evidencia a subida do PIB potencial[47]. Assim, o Crescimento Económico define-se

[41] Por exemplo do próprio Federal Reserve que possui doze agências espalhadas pelo país.
[42] Para os autores, os problemas eram mais diversos e difundidos.
[43] *Saving.*
[44] Executa parcerias com indivíduos em todas as instâncias da sociedade para ajudar na construção de países que consigam resistir a crises.
[45] Presente em 177 países.
[46] Esse conceito é baseado no IDH e do RDH, publicado anualmente, segundo o PNUD.
[47] Ou Produto Nacional de uma nação. Contudo é quando a FPP de uma nação se desloca para o exterior.

como a acumulação de capitais, ou seja, a riqueza gerada para ser investida no desenvolvimento económico ou bem-estar social. O Crescimento Económico é o "aumento regular da produção de bens e serviços […] o que existe na realidade é um processo de mudança social global, das instituições e mentalidades aos sistemas produtivos e valores das tecnologias aos níveis e modos de vida dos indivíduos" (Murteira, 1983, p. 69).

O termo Desenvolvimento é "multidimensional; valoriza capacidades e o *empowerment*, facilitando a coesão social; assenta na participação; permite o multiprotagonismo; por isso estimula as parcerias - visa a interdependência ambiental - é multiterritorial; - promove a diversidade" (Amaro, 2003, p. 62). O desenvolvimento socioeconómico é uma consequência do crescimento económico. Assim, desenvolvimento socioeconómico é caracterizado pelo bem-estar social ou nível de vida evidenciando uma boa educação, boa assistência médica, boa habitação, boas vias de comunicação, redução da xenofobia e pleno emprego.

O desenvolvimento nacional e local define-se como o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir fundamentalmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2003). O desenvolvimento nacional centra-se na cidadania, na participação[48] e na contextualidade territorial (Governança). Considera-se que a participação dos agentes na definição das estratégias de desenvolvimento é essencial para a sustentabilidade do desenvolvimento nacional e local.

O desenvolvimento nacional e local, como conceito, começou a ter maior relevância a partir das décadas de 60 e 70. O paradigma funcionalista interpreta o desenvolvimento de acordo com uma lógica externa, isto é, o desenvolvimento é induzido a partir de fora. O paradigma territorial contempla o desenvolvimento a surgir a partir do território, onde existe a mobilização dos recursos materiais e humanos existentes. Este paradigma privilegia a capacitação das pessoas a partir do seu envolvimento e da tomada de decisão no local. Esta corrente tem como ponto central o empenhamento e a participação dos agentes no seu território - *bottom-up* (Henrique, 1990). O desenvolvimento local pretende criar dinâmicas de abertura e de avanço e por outro lado, resistir à massificação, afirmar as especificidades,

[48] Desenvolvimento Sustentável assenta num desenvolvimento integrado e harmonioso ao nível de todos os sectores como por exemplo: Económico, Social, Ambiental, entre outros.

sublinhar as diferenças, inventar e inovar. Assenta na identificação dos problemas com a participação das populações, mentalizando-as das suas capacidades e dos problemas.

As ópticas do Desenvolvimento Local e da Participação concentram-se na tomada de decisão de envolver não apenas os grupos mais favorecidos, mas também os grupos mais desfavorecidos, os grupos minoritários, que não têm uma voz activa na sociedade, formando deste modo um mecanismo de *Empowerment*.

O desenvolvimento que se deseje a longo prazo, deve conter uma óptica de planeamento participativo[49] e abranger toda a população que faça parte do "horizonte" do projecto, independentemente da idade, etnia, género, escolaridade, sem que, contudo, esta se sinta forçada a contribuir. O envolvimento directo das comunidades é um processo sensível e moroso, mas sem o qual é difícil executar projectos com sucesso e sustentáveis (Friedmann, 1996). Assim, um desenvolvimento que visa o *Empowerment* das unidades domésticas e dos seus membros individuais é um processo que principia, quer por baixo (*bottom-up*), quer pelo interior dessas mesmas unidades[50] (Friedmann, 1996).

Quando dizemos *Empowerment*, referimo-nos à capacidade de certos grupos sociais, que por alguma razão não têm acesso ao poder, passarem a poder fazer parte dos centros de decisão, passarem a ter uma acção autónoma, permitindo uma redistribuição do poder e persuadindo os processos e resultados de desenvolvimento.

Para o *Empowerment* Colectivo, sublinha-se a importância da participação democrática dos "pobres" e do respeito pelas identidades culturais em todas as fases da prática do desenvolvimento, como por exemplo Portugal, mais concretamente o concelho de Estarreja que ganhou o prémio das Boas Práticas[51] a nível da Política Familiar em 2012 (Rijo, 2012). Com o planeamento participativo procura-se integrar o conhecimento da sociedade no projecto, pelo que se pode dizer que a participação resulta numa aprendizagem social que é partilhada por todos. Deste modo, é fortificada a capacidade da sociedade de definir objectivos de desenvolvimento, de criar estratégias para os alcançar e de ganhar poder sobre os seus próprios destinos (Friedmann, 1996).

O Desenvolvimento Local é um procedimento endógeno assente em pequenas unidades territoriais e grupos sociais, capaz de dinamizar a actividade económica e melhorar o bem-estar[52] da população. Apresenta uma mudança nas bases económicas e na organização

[49] Governança.
[50] Endógeno.
[51] Pelo segundo ano consecutivo.
[52] Aumentar o nível da qualidade de vida.

social em termos locais, em consequência da mobilização das sociedades[53]. Todavia para ser um sistema sustentável, o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais de igualdades de género[54] e a competitividade da economia local, aumentando o rendimento e as formas de gerar riqueza, tendo em conta a preocupação com a preservação dos recursos naturais e endógenos.

No entanto, é no local que nascem as empresas de economia social[55] por duas razões essenciais, ou seja, achar um maior capital social imaterial[56] e actuar em sectores mais protegidos da concorrência a nível mundial[57].

1.2. Cooperação num Quadro de Desenvolvimento

No contexto internacional das relações políticas inter-estatal, a palavra cooperação tem aparecido sempre na política externa dos países e a ideia de cooperação passa por um modelo de relações internacionais que implica uma política exequível, logo uma estratégia de uma táctica.

No entanto, cooperar para o desenvolvimento tem sido uma batalha não de agora, mas desde da década de 50 com o termo da Segunda Guerra Mundial. Assim, os líderes viram-se numa situação de desgaste socioeconómico. Como forma de atenuar as consequências da guerra, os governos uniram-se em torno de programas de desenvolvimento económico. Deste modo, surgiu o Plano Marshall, designado pelo programa para a recuperação da Europa. A partir deste programa consolidou-se a filosofia e a organização do actual sistema da cooperação internacional para o desenvolvimento (Rolo, 1986).

Também, com o final da guerra fria, formaram-se as motivações geopolíticas na autorização da ajuda internacional e implementou-se um espaço para se avaliar a sua eficácia face aos objectivos da cooperação para o desenvolvimento (Guimarães, 2007).

A nível internacional, muitos tem sido os esforços numa maior e mais eficaz cooperação. Os elementos da Comissão de Auxílio ao Desenvolvimento desenvolveram nos últimos anos esforços consideráveis no sentido de definirem uma série de princípios nas áreas principais da ajuda. Na análise de vinte cinco anos de cooperação para o desenvolvimento

[53] Explorando as suas potencialidades e capacidades particulares.
[54] É preciso tirar resultado de um maior conhecimento das necessidades reais de uma dada população num dado local de forma a responder as suas necessidades.
[55] Ou solidária.
[56] Solidariedade, Responsabilidade e Confiança.
[57] É indispensável existir um enquadramento benéfico e incentivador com uma renovação de mentalidades, para promover uma mudança social.

realizado pelo comité em 1985, uma das lições apreendidas é que a ajuda apenas pode ser tão eficaz como o ambiente político, económico e administrativo em que se processa. Assim, a ajuda tem de ir ao encontro das necessidades e com maior eficácia.

A cooperação para o desenvolvimento, nos últimos, tem tido uma perspectiva a longo prazo das políticas de desenvolvimento, com percalços no ritmo de desenvolvimento pretendido. A cooperação internacional tem tido cada vez mais consciência que é necessário uma maior cooperação a nível Norte-Sul, para agilizar o processo de melhoria das condições de vida, do acesso ao mercado de trabalho, o acesso à educação e à saúde. Deste modo, dá-se aos Países em Vias de Desenvolvimento o seu próprio percurso de desenvolvimento designado por desenvolvimento participativo, num mundo em constante mudança, permitindo às populações participar e beneficiar da globalização do progresso económico e social, que é uma via para alcançar o bem-estar e o progresso. A cooperação apenas faz sentido na perspectiva do desenvolvimento sustentado, ou seja, colaborando para a melhoria das condições de vida das populações. Através da conferência da Organização Mundial do Comércio de 2001, em Doha permitiu-se facilitar o acesso aos mercados internacionais[58], para haver uma melhor introdução das economias dos PVD. Porém, não teve o consenso esperado entre os países ricos e pobres, enquanto os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico mantiveram os subsídios agrícolas que levaram à concorrência desleal e às tarifas aduaneiras com taxas elevadas aos países fora da OCDE. No entanto, não houve um processo de desenvolvimento sustentável, mas sim uma continua injecção de dinheiro, de programas[59] vindos do exterior para fazer fase às disparidades existentes nos PVD.

Tanto em Portugal como na UE têm sido assinados acordos e realizadas parcerias no sentido de promover o desenvolvimento dos PVD. Para tal, elaborou-se um dos acordos/convenção que veio a reforçar as políticas e estratégias de desenvolvimento, isto é, assinou-se a Convenção de Lomé I em 1975 por um período de 5 anos, em que os 46 países de África, Caraíbas e Pacífico estabeleceram com a então Comunidade Económica Europeia uma cooperação para o desenvolvimento ao nível do comércio, indústria, financeira e técnica. Verificou-se que poucos progressos tinham sido atingidos, aquando da assinatura da convenção de Lomé I. Então acordou-se mais uma convenção: Lomé II assinada em 1979 entre os 9 membros da CEE e 58 Estados ACP. Com este novo acordo, pretendia-se

[58] Ponto de partida no processo de desenvolvimento das economias mais frágeis.
[59] Na cooperação internacional houve sempre um compromisso de dar mais eficácia à ajuda ao desenvolvimento e potencializar as economias mais fracas.

consolidar as aquisições de Lomé I e aperfeiçoar os seus mecanismos, visando o desenvolvimento das potencialidades minerais e energéticos dos Estados ACP (Machado, 2009).

A Convenção de Lomé III [60] pretende reforçar o desenvolvimento mais autónomo ou menos dependente dos Estados ACP. Esta convenção foi concebida numa óptica de acções, programas e políticas de desenvolvimento coerentes.

Os sucessivos falhanços e adaptações das convenções de Lomé foram evidentes. Os doadores e os países ACP envergaram-se por um novo caminho de cooperação para o desenvolvimento. O novo Acordo de Cotonou de cooperação UE-ACP[61] teve como objectivos a cooperação para o desenvolvimento, as relações económicas e comerciais, o diálogo político na luta contra pobreza na integração progressiva dos países ACP na economia mundial e o desenvolvimento sustentável. Este novo acordo assenta principalmente no alargamento do diálogo UE-ACP com a participação de novos actores não-estatais[62] (Guimarães, 2007).

1.3. Desenvolvimento Sustentável

A UNCSD (1996), inseriu uma lista de indicadores, reunidos de acordo com os capítulos da Agenda 21 em quatro grandes grupos: económicos, sociais, institucionais e ambientais. Hoje, o desenvolvimento sustentável é global, a sua prática é realizada baseando-se no desenvolvimento económico, na protecção do ambiente, na coesão social e na óptica institucional, ou política (Baptista, 2010). A óptica institucional mostra as questões relativas aos modos de governação das instituições e dos sistemas legislativos[63], nos seus diferentes níveis e para o quadro da participação dos clubes de interesse[64] e da sociedade civil[65], identificados como parceiros principais na escolha dos objectivos do desenvolvimento sustentável, definido como um processo de mutação *"*no qual a exploração, a direcção de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional estão

[60] Assinada em 1984 entre os parceiros ACP e UE.
[61] Assinado em 2000 por 20 anos.
[62] Procura conciliar o papel de liderança dos governos centrais no processo de desenvolvimento com a necessidade de estabelecerem ligações com os parceiros da UE.
[63] Transparência, flexibilidade, democracia.
[64] Associações Empresariais e Sindicatos.
[65] Organizações Não Governamentais, ONG.

todos em harmonia e ambos aumentam o potencial corrente e futuro para reunir necessidades e aspirações humanas" (WCED, 1987, p. 46).

Para avaliar o desenvolvimento integrado há que ter em conta os seguintes aspectos da sua definição: é um "processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; […] os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção […] etc*"* (Amaro, 2003, p. 59).

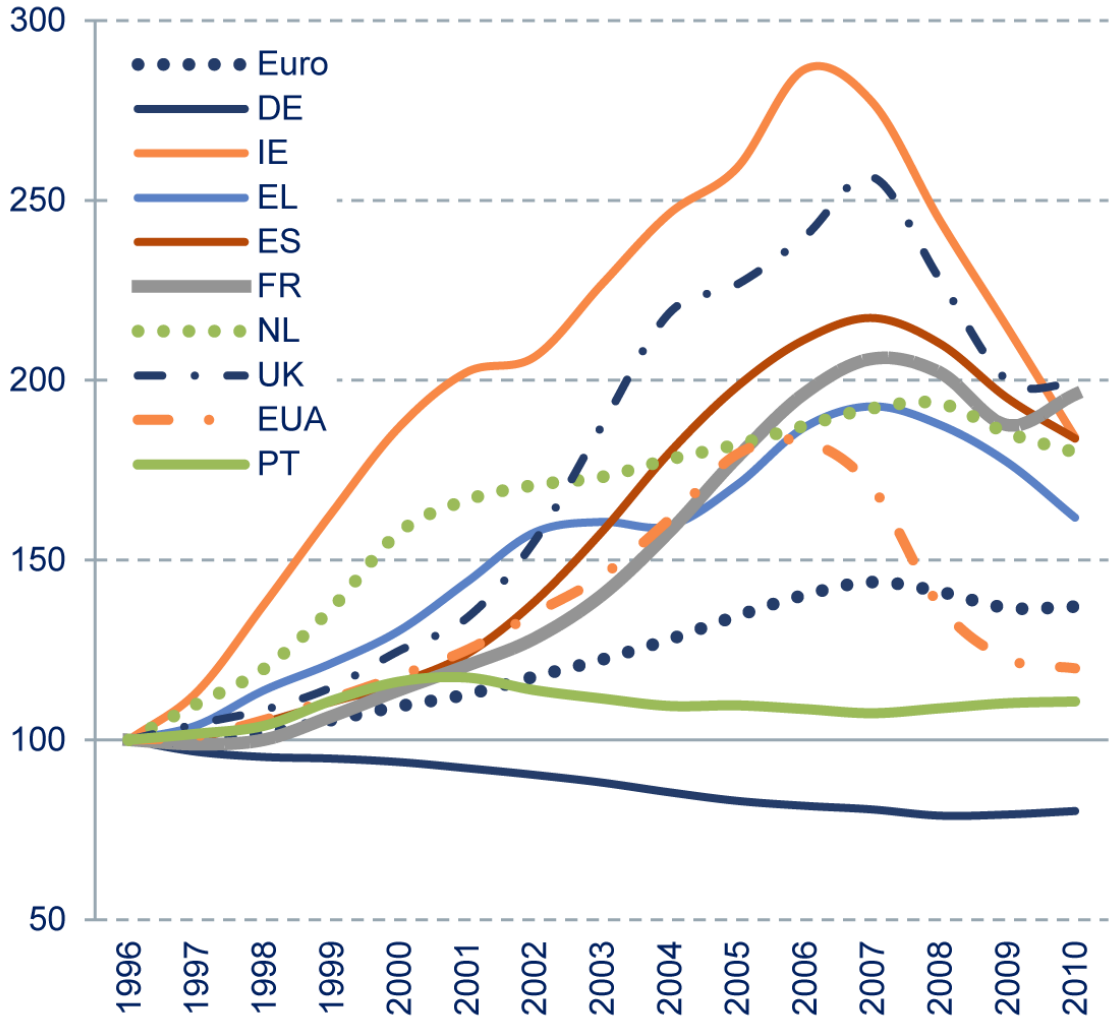
O Desenvolvimento Integrado, como objecto de estudo, não tem ainda o mesmo peso científico e institucional que os outros conceitos de desenvolvimento. A sua definição ainda passa por ser entendida como algo ambíguo, mas ao retirar-se a essência da palavra desenvolvimento faz sentido que haja o Desenvolvimento Integrado, ajustando todos os conceitos ao nível do Humano, Social, Local, Participativo, Comunitário, Ambiental e Sustentável.

1.4. Reflexos Económicos e Financeiros da Crise do Suprime para a Economia Mundial

Segundo a Caixa Geral de Depósitos (2011), a falta de bolha especulativa no sector imobiliário português e alemão é impulsionada pela evolução dos preços na década anterior à crise, segundo o Gráfico nº 1.

Entre o ano de 1996 e 2006, a valorização acumulada real dos preços da habitação excedeu os 80% nos EUA, na Holanda e na Grécia, os 90% em França, os 110% em Espanha, os 140% no Reino Unido e os 180% na Irlanda. Estas percentagens contrariam o aumento menor a 10% em Portugal e a desvalorização de longo prazo da Alemanha, apenas impedida em 2008, segundo o Gráfico nº 1.

Gráfico nº 1: Os Preços Reais da Habitação, entre 1996 e 2010



Fonte: AM&A com base em k e m: BCE, Banco da Grécia, HalifaxIndex/Loyds Bank e S&P/Case-Shiller Home Price Indices: OCDE e CGD (2011, p. 131).

1.5. Gestão do Risco Operacional

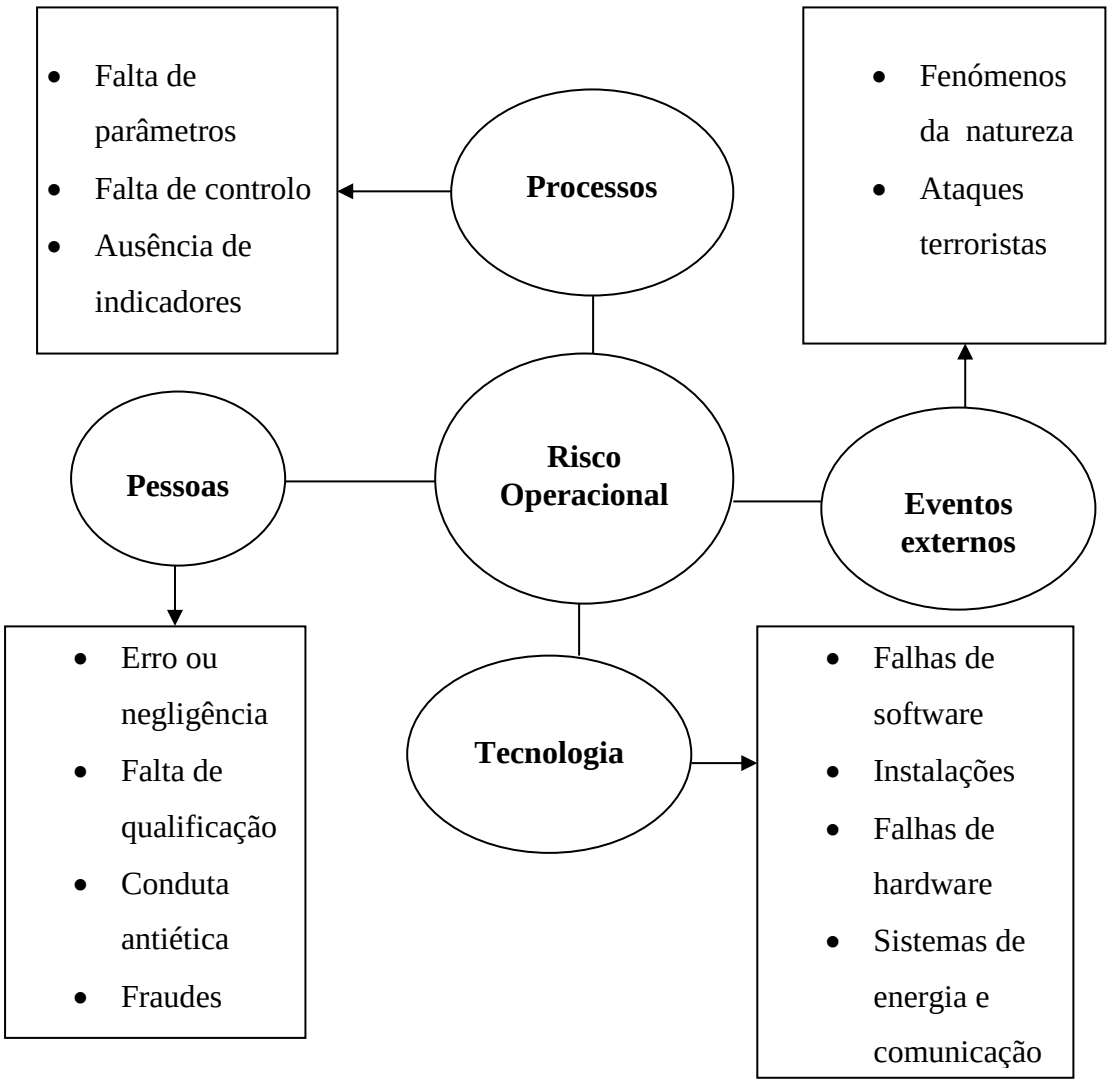
De acordo com Coimbra (2007), o risco operacional esteve sempre presente em todos os tipos de negociação, mas somente a partir do ano de 2001 a gestão de risco operacional obteve peso significativo no interior das organizações[66].

[66] Instituições Financeiras e Empresas.

O risco operacional é o risco de perda indirecta ou direta decorrente de falhas ou inadequações de processos internos, sistemas ou eventos externos, indivíduos e é intrínseco a todas as unidades da organização (Cordeiro, 2009).

Segundo o acordo de Basileia II[67], o risco operacional é o risco resultante da perda dos desiquilibrios de processos internos, sistemas e pessoas[68]ou eventos externos.

Figura nº 1: Fatores Determinantes do Risco Operacional



Fonte: BIS (2005) apud Sicomar Benigno de Araújo Soares. A Influência da Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil na Gestão do Risco Operacional de Uma Instituição Financeira, 2010.

[67] BIS (2005).
[68] Esta definição mostra todos os fatores que podem iniciar o risco em menção.

A gestão do risco operacional é um procedimento que está ligado ao conhecimento dos processos da instituição. Assim, todos os processos devem ter os seus riscos operacionais reconhecidos, monitorizados e controlados. A determinação do controlo interno é fundamental para uma gestão eficiente do risco operacional, apoiando também na diminuição do risco de grandes perdas, irregularidades de processos e sistemas da probabilidade de erros humanos.

Um sistema de controlo interno eficaz é um elemento fundamental para a gestão de um banco e suporte para operações bancárias seguras e saudáveis. Um robusto sistema de controlo interno pode apoiar os objetivos de uma instituição bancária, de forma a serem atingidos. Este sistema também pode auxiliar a assegurar a ligação do banco às leis, normas, as políticas, procedimentos e regulamentos internos, baixando o risco de perdas imprevistas. O compromisso da alta administração, no processo de gestão de riscos, é fundamental para o desenvolvimento de políticas de monitorização de riscos.

Apesar das diversas propostas de gestão de riscos, a mais usada e caracterizada pelo Comité de Basileia, é a que inclui só a identificação, avaliação, monitorização e mitigação ou controlo do risco, segundo o Bank for International Settlements (BIS, 2003).

Atualmente, verifica-se um interesse crescente na gestão de riscos, de modo a obter o seguinte (Beja, 2004):

- Determinar os sofisticados fluxos de informação e descrição entre os órgãos de gestão e as unidades operacionais;
- Desenvolver a cultura empresarial de percepção dos riscos;
- Orientar os departamentos de gestão do risco para funções de consultoria em execuções internas e aumento da respetiva exibição junto dos órgãos de gestão.
- Concepção de sistemas de controlo interno do risco de cada sector da organização;
- Consolidação entre aplicações de auditoria interna e de gestão de riscos.

1.5.1. Avaliação e Revisão de Controlo do Risco Operacional

As instituições financeiras[69] devem ter políticas, processos e comportamentos para controlar e reduzir a exposição aos riscos operacionais essenciais, ou seja, rever periodicamente a sua exposição, o sistema de controlo e adaptando-o segundo as suas estratégias.

[69] Empresas e bancos.

A alta administração, baseada no seu conhecimento de negócios e de ambiente interno, deve ser capaz de defenir qual o nível aceitável de tolerância ao risco. O primordial desafio é fazer com que a estratégia e a óptica de risco sejam comunicadas e percebidas por todos em todos os níveis da organização, mostrando esta posição no processo de tomada de decisões.
Para obter um entendimento completo é preciso avaliar o seguinte:
- Se os limites operacionais e estratégicos são adaptados e mostram a atitude corrente da gestão de riscos;
- Pesquisar se todos os riscos foram observados;
- Se as mudanças nos negócios estão refletidas nas avaliações de riscos;
- Verificar se a gestão de risco é divulgada consistentemente por toda a instituição.
- Se os gestores de negócios apropriam sua atitude em função dos limites estabelecidos pela gestão de riscos;

Essas todas políticas e processos devem ser baseados por uma robusta cultura de controlo, que possibilite a gestão do risco operacional. É necessário enaltecer que a gestão de riscos representa tomar ações deliberadas para modificar as probabilidades em vantagem própria, aumentando as probabilidades de resultados positivos e diminuindo as probabilidades de resultados negativos.[70]

1.5.1.1. Acordo de Basileia II

A sucessiva mudança no mercado financeiro e nos exercicios de administração de riscos, o Comitê sentiu a necessidade de melhorar o Acordo e por fim lançar no ano de 2004, o designado Acordo de Basileia II.

Promove a cooperação financeira e monetária internacional, funcionando como o banco dos Bancos Centrais. No seu contexto, foi determinado pelos governadores dos Bancos Centrais de G-10, como *The Basel Committee on Banking Supervision* em finais do ano de 1974[71]. Os objetivos[72] do novo acordo são os seguintes:
- Aperfeiçoar a igualdade competitiva, para que as novas regras não ofereçam estímulos para que os reguladores em alguns países façam as suas regras mais cativantes a bancos, para impulsionar investimentos ao nível do setor nos seus países;

[70] Borge, Dan (2001), The Book of Risk, John Wiley e Sons, New York (tradução do autor).
[71] Comité de Basileia.
[72] Crouhy, Michel et all (2004), Gerenciamento de Risco: Abordagem Conceitual e Prática. Tradução: Carlos Henrique Trieschmann e Luiz Frazão Filho. RJ: Qualitymark.

- Difundir a solidez e a segurança no sistema financeiro assente na manutenção, em termos de capital atualmente preservados pelos bancos;
- Salientar os bancos internacionais ativos, apesar de que os princípios que governam a abordagem devem ser adaptados para aplicação em bancos de diferentes graus de sofisticação e complexidade;
- Produzir uma abordagem mais ampla a riscos, para suprimir as críticas ao acordo de 1988 e para tapar mais tipos de riscos, como riscos de taxa de juro do risco operacional e na carteira de atividades bancárias;
- Imposições de dimensão mínima de capital;
- Controlar o mercado como uma alavanca para fortificar a solidez e segurança do sistema bancário;
- Garantir que os bancos acompanhem processos exigentes, avaliem corretamente tais exposições a riscos e tenham capital suficiente para cobrí-los. Assim, é possível um processo de revisão pela supervisão.

O Acordo de Basileia II auxilia-se de três pilares que estabelecem a eficiência de actividade de mercado e numa instituição financeira. A base das medidas propostas pelo Comité possibilita aumentar a segurança das instituições financeiras, ajudar na inclusão dos países na economia global, pelo que podem obter vantagens decorrentes de movimentação de fluxo de capitais. Contudo, pertence às instituições financeiras a acomodação da sua cultura própria e estrutura, aos novos padrões, em procura da responsabilidade por melhores resultados internos e para a economia do país, segurança para os depositantes, credores e transparência perante a comunidade.

Os métodos mais completos para lidar com o risco operacional ou crédito possibilitarão aos bancos ter cada vez mais segurança nas suas diferenciadas avaliações de risco, para estabelecerem em termos de capital o que necessitam de possuir. Assim, põem a responsabilidade de responder e avaliar os riscos no local mais adequado, particularmente nos próprios diretores do banco. O diretor está na melhor disposição para conhecer os seus riscos e os seus clientes. Deste modo, é mais adequado e relevante que incluam a sua responsabilidade[73] para gerir os ativos do banco e as suas atividades, de um modo responsável.

[73] Overview of The New Basel Capital Accord 2003, Third Consultative Paper, April, tradução do autor.

1.6. Três pilares

O primeiro pilar define as regras de capital mínimo, novos métodos de avaliação para quantificação do risco de crédito, a inserção do risco operacional ao nivel do cálculo mensurado de forma discriminada do restante. O segundo pilar determina a revisão no método de supervisão e o terceiro destaca a disciplina de mercado.

1.6.1. Pilar 1 – As Exigências de Capital Mínimo

O primeiro pilar concentra-se no cálculo dos requisitos mínimos de capital. O mesmo mostra abordagens para três distintos tipos de riscos que são o risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

1.6.1.1. Risco de Crédito

Segundo o Acordo de Basileia II expõe-se, como modo de quantificação do risco de crédito, o método normalizado, o método de *ratings* internos avançado e além disso, duas novas opções para quantifiação de risco de crédito apoiadas em classificações internas de risco[74], isto é, a base de mensuração interna. No método normalizado o banco realiza a prática da agência de *rating* na classificação de riscos.

1.6.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é determinado como o risco de perdas no balanço, resultantes das variações dos preços de mercado. Na abordagem padronizada, o cálculo dos ativos ponderados pelo risco usa a taxa de juro, opções, entre outros. Os cálculos são realizados como um ponderador determinado pela entidade de supervisão nacional.

Na análise dos modelos internos, o cálculo é apoiado na estimação diária do *Value-at-Risk*[75], ou seja, é preciso defenir a nível diario os fatores de risco como volatilidade cambial, o risco de spread de taxa de juro, entre outros.

[74] Internal Ratings Based-IRB.
[75] Com a siglaVaR.

1.6.1.3. Risco Operacional

Este risco cobre dois aspetos primordiais: a capacidade de manter a prestação de serviços e a integridade dos processos de negócio (BIS, 2004). O Acordo de Basileia II engloba três metodologias para o cálculo dos requisitos de capital associado ao risco operacional.

- O Indicador Básico associa uma percentagem de capital para cobrir o risco operacional com um único indicador no banco, que seja mais sensível para mensurar o total de exposição do banco ao risco. Deste modo, o indicador básico é calculado pelo produto de receita bruta com o ponderador definido pela entidade da Supervisão.
- A Abordagem Padronizada baseia-se em que o banco poderá dividir as suas atividades em áreas de negócio padrão. A percentagem de capital total que deverá ser alocado para cobrir o risco operacional do banco, será calculado baseado na soma dos indicadores básicos de cada seguimento. Assim, o capital necessário é conseguido multiplicando a receita bruta pelo ponderador definido pela entidade de supervisão.
- A Abordagem Avançada possibilita que os bancos usem um máximo rigor em relação aos padrões de supervisão, permitindo maior relevância aos cálculos internos para a determinação do capital proposto. A medida do risco é alcançada a partir de sistemas internos de mensuração do risco operacional.

1.6.2. Pilar 2 - O Processo de Supervisão

A supervisão bancária permite garantir a saúde do sistema financeiro, procurando o equilíbrio entre os interesses dos participantes do mercado. Esta supervisão em sentido vasto, inclui a regulamentação prudencial, autorização para funcionamento, avaliação dos riscos assumidos e da administração da instituição (Xavier, 2003).

Segundo Basileia II, a necessidade de supervisão bancária, enfatiza a relevância de os administradores dos bancos dinamizaram uma eficiente gestão de risco e um processo interno de quantificação de capital respeitante ao perfil de risco e controlo da instituição. Esses processos internos serão subordinados à aprovação da supervisão, podendo haver intervenção quando preciso. Ainda nesse pilar será tratado o exame de risco de taxas de juros nos arquivos dos bancos. As autoridades de fiscalização irão analisar os sistemas internos de quantificação

de risco e coordenar se as instituições financeiras estão a manter o capital respeitante ao nível do risco.

Para tornar súbtil o processo de supervisão e fiscalização bancária, o Comité determina quatro princípios chaves, que deverão ser analisados em concordância com os diversos princípios difundidos pelo comité [76].

O Princípio 1 delimita a necessidade das instituições financeiras dinamizarem um processo de avaliação da adaptação de capital global respeitante ao seu perfil de risco, procurando estratégias que apontem à manutenção dos níveis de capital em patamares exequíveis.

O Princípio 2 determina a necessidade dos órgãos fiscalizadores examinarem a adaptação de capital das instituições e suas estratégias para a manutenção de níveis apropriados de capital, tomando as medidas ajustadas caso não se satisfaçam com os resultados alcançados.

O Princípio 3 refere que as autoridades de supervisão bancária devem dinamizar modos de impor ou estimular os bancos a manterem níveis de capital acima do mínimo requerido, caso esses não o concebam de modo voluntário.

O Princípio 4 pressupõe a interferência das autoridades de supervisão bancária em estágios iniciais, dando suporte e evitando a manutenção de capital abaixo do mínimo requerido. De acordo com este princípio, as autoridades devem, ainda, impor que sejam tomadas ações de correção, caso os níveis de capital não sejam mantidos.

1.6.3. Pilar 3 - Disciplina do Mercado

Salienta-se as informações qualitativas e quantitativas que são fundamentais para a compreensão ao nível dos colaboradores das informações contabilisticas. Os diversos mercados são baseados em dois factores de evidenciação como as exigências legais e exigências de mercado (Uema, 2000). As exigências legais englobam as exigências de propagação pedida pelos órgãos reguladores via dispositivos legais. O segundo fator que clarifica o nível de evidenciação das instituições é a exigência do mercado, isto é, as exigências dos participantes do mercado.

[76] Core principles for effective banking supervision and core principles methodology BIS, 2004.(tradução do autor)

A proposição do Comité da Basileia constitui em usar os mecanismos legais,[77] para responder a eventuais perdas resultantes desses riscos, incitando a disciplina do mercado. A propagação dessas informações entregará subsídios aos participantes do mercado para investigarem a real situação das instituições e imporem a prática de metodologias com políticas de gestão eficiente aperfeiçoadas e cálcular os riscos dos mesmos.

As instituições que não cumprirem as imposições do terceiro pilar, estão sujeitas a sansões que levam à cobrança de multas[78].

As imposições de informação, a serem difundidas, podem fazer uma das maiores barreiras a serem enfrentadas pelas instituições financeiras, no propósito de se ajustarem ao novo acordo. A acomodação de sistemas e processos para que esses segurem as informações com um padrão ajustado elevado e no nível de pormenor exigido pelo acordo pode reproduzir um custo elevado para essas instituições. As imposições de propagação podem ser abreviadas do seguinte modo:

- Condições para cobertura de cada risco;
- Disposição de fundos próprios;
- Planos e Politicas ação para a gestão de riscos.

1.7. Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

Ramos (2013), define o IDE como a compra de acções de uma empresa residente no resto do mundo, desde que auxilie uma posição da empresa dominante de fora[79].

As nações com enormes dificuldades financeiras têm activado políticas[80] de atração de IDE, para suportar os projetos de investimento[81].

Hoje o que ocorre nos EUA tem efeitos em todos os pais do mundo[82]. Desde 2006 nos EUA, a crise mundial de cariz económica e financeira, atinge os bancos nacionais e internacionais, que não têm tido a liquidez pretendida para subvencionar os projetos de investimento[83].

[77] De modo a assegurar que as instituições propaguem informações quanto às metodologias praticadas.
[78] Considerando a relevância da informação ocultada, podendo o órgão supervisor proibir o uso de certas metodologias impróprias.
[79] O critério estatístico é desde que ultrapasse 10% do capital da empresa.
[80] É preciso apostar nos mercados externos para incrementar as vendas e IDE para transpor a diminuição do consumo interno devido à crise.
[81] Possibilita proteger empresas nacionais da falência.
[82] Por exemplo, quando o preço do petróleo sobe, o preço dos seus derivados também sobe em qualquer parte do globo.
[83] O globo tornou-se uma aldeia global.

A globalização proporcionou que as distâncias entre os países fossem diminuídas e uniu em especial os diversos continentes[84]. O benefício duradouro descomplica a relação de longa duração[85] entre a empresa e o investidor direto.

Segundo Aguiar e Gulamhussen (2009) aludem que o IDE[86] é um tipo de investimento ao nivel internacional efectuado por uma entidade residente num certo país[87] com o propósito de começar um interesse duradouro numa empresa residente inserida numa nação diferente daquela onde se encontra o investidor[88]. A escolha poderá comprar infra-estruturas[89] já feitas ou propiciar a construção de novas instalações de raiz.

Existem dois tipos de investimento com as suas diferenças, pelo que a Carteira de Investimento é de curto prazo e o IDE sustenta um investimento de longo prazo. A Carteira de Investimento não tem poder de decisão, ou seja, em termos de IDE, as decisões de gestão ou poder são transferidas para o país onde se investe.

Segundo a CMVM[90], considera-se a carteira de investimento[91] um conjunto de bases contratuais, passivas e activas, tomadas na compra/venda de produtos financeiros.

1.7. 1. Internacionalização

A internacionalização expõe um grande desafio para as empresas que desejam ficar globalizadas assentes nos mercados complexos, as diferenças culturais e os processos internos das empresas. Os diferentes factores são como principiar o processo da empresa nascente, a selecção do local, dimensão e segurança das praças, entre outros que podem inspirar o sucesso da internacionalização da empresa.

Nadia e Sheila (2011), referem que a inicial abordagem económica empregada para elucidar o fenómeno da globalização é o Paradigma Eclético, mencionado por Dunning em 1980[92], que salienta os três tipos de vantagens para uma empresa se internacionalizar:

[84] Tem colaborado nas relações socioeconómicas, politicas e comerciais entre os países.
[85] Bem como um nível principal de efeito executada, pelo investidor direto, sobre a gestão e controlo dessa empresa.
[86] A definição da OCDE.
[87] Investidor direto.
[88] Empresa de investimento direto.
[89]Carvalho (2010), refere ainda, que o IDE suporta as actividades cada vez mais diversas, desde a investigação e desenvolvimento (I&D) a indústria, publicidade, serviços como contabilidade marketing e formação, entre outras inclusões para bens e serviços finais.
[90] Comissão Mobiliária de Valores mobiliários.
[91] A terminologia anglo-saxónica.
[92] A partir da tese defendida por Hymer, em 1960.

- As particularidades da propriedade, exibindo as vantagens competitivas da empresa em termos das empresas do país alvo[93].
- A localização, registando a comparação entre os custos de produção estimados no país de origem e país alvo[94];
- Moura (2007), refere que a internacionalização, ocorrida da construção de uma estrutura de fora, faz manter a conjuntura da empresa nas intervenções que poderiam ser concretizadas por agentes económicos empregados no país alvo exibindo o seu *know-how*.

Segundo Simões (2010) e Martins (2011), a definição de globalização ao nível da economia conduz a diversos conceitos de internacionalização. Assim, Meyer salienta a internacionalização como o comportamento de uma empresa crescer em termos das suas actividades de valor, dinamizando-se no exterior do seu país de origem, sendo um processo de união crescente das empresas em intervenções internacionais.

A teoria da internacionalização, possibilita quando as operações se mudam de exportações simples para outras operações mais complexas, essas geram conhecimento passando a fazer parte da empresa (Rugman, 1981; citado por Schreiber, 2013).

A compra de empresas proporciona uma cadeia de valor, de modo a conseguir uma aptidão comercial e um conjunto de saberes sobre o mercado (Carvalho, 2010).

Maia e Ferreira, (2013) referem as formas de internacionalização, pelo que as empresas crescem para a internacionalização e passam por diversas fases: internacional, multinacional, global e transnacional, pelo que é certo nem todas as empresas se expandem, apoiado neste prosseguimento:

- Empresa global detém uma orientação mista, nem é completamente etnocêntrica, em 100% policêntrica. A empresa dinamiza a sua estratégia provendo esse mercado a partir de um único pais onde centraliza as operações, ou fornece-se nesse mercado global, para fazer a distribuição, apoiado nas vias do mercado interno, logo o mundo é observado como o mercado global;
- Empresa multinacional analisa no mundo um associado de mercados nacionais e em consequência promovem a sua estratégia, permitindo satisfazer as necessidades dos clientes considerando as suas diferenças de preferências;

[93] Como a sua tecnologia e *know-how*.
[94] Tendo em conta outros factores de mercado e económicos.

- Empresa internacional, faz negócios, mesmo fora das suas fronteiras, auxilia-se no tipo de clientes, concorrência e práticas idênticas ao seu mercado interno, designada como uma empresa internacional com conhecimento doméstico;
- Empresa transnacional tem orientação geocêntrica, identifica as diferenças e semelhanças e toma uma concepção global. É mais que uma empresa com investimentos, com operações e vendas em vários países.

Segundo a óptica dos gestores as formas de internacionalização e a forma de entrar nos mercados internacionais são certamente dissemelhantes, contendo o comércio externo, sendo a fase onde a empresa se depara.

1.7. 2. Parcerias e Alianças Estratégicas

A cooperação inter-empresas pode advir do reconhecimento, que não é provável conter de modo interno todas as competências indispensáveis, inovações, e recursos para competir, pelo que os modos de parcerias são um meio para alcançar os recursos de que não contém (Maia e Ferreira, 2013).

Ranf e Todarita (2009), referem antes que instituem e participem redes entre si para conseguir mercados, dinamizar tecnologias, investigar novas geografias ou ingressar em projetos de investimentos indispensáveis.

A parceria pode ser entendida como um trabalho concretizado em conjunto por empresas com finalidades comuns de obter vantagens de modo mutuo.

Quanto às Alianças Estratégicas o êxito é conseguido assente na capacidade competitiva, com a união dos mercados locais originando um mercado global baseado no avanço tecnológico de forma a aproximar tudo e todos proporcionando uma maior acessibilidade diminuindo o espaço e tempo.

Martins (2011), define as alianças com empresas locais são uma forma eficiente e rápida, formando uma rede global de negócio numa certa área.

Carvalho (2010), salienta que as parcerias são uma cooperação sendo uma troca de "teres e saberes" num espaço de tempo em que existem disparidades de teor relevante para o negócio entre as partes enroladas. A negociação é um processo de tomada de decisão em conjunto no âmbito de interação estratégica, onde distintos participantes tendem a procurar fortalecer as suas posições, interligando entre si formas de cooperação. Assim, os acordos permitem distribuir de modo vantajoso para obterem os proveitos.

As empresas que têm como desígnio alargar a sua quota de mercado e aumentar os seus negócios podem ser obrigadas a cooperar com outras empresas assinaladas de forma inter-organizacionais.

A aliança estratégica favorece o intercâmbio recíproco e favorável de tecnologias, produtos ou qualificações. É uma parceria comercial que aumenta a eficiência das estratégias competitivas das organizações participantes (Mattana, Noro e Estrada, 2008).

Um país ou uma organização julga-se mais competitivo, equiparado com outros, quando este no progresso dos seus artigos ou serviços utiliza menos recursos e menos tempo, para o seu fabrico em relação aos seus concorrentes.

A noção de eficácia e eficiência são pertinentes para entender este conceito, a eficiência entende-se como o número de recursos minimos aplicados para obter um custo mínimo e óptimo, isto é tirar o máximo rendimento dos recursos e permitir uma boa gestão e racionalização dos mesmos. A eficácia permite a rapidez que faz ligar a equidade[95] à eficiência, para que os recursos não desactualizem a nível de dotação financeira e o projecto possa estar sempre ajustado às necessidades[96]. É necessário uma maior preocupação na análise da intensidade de tempo entre a equidade e eficiência (eficácia), de modo a afectar os recursos óptimos suficientes sem haver desactualização do beneficio gerado com a morosidade do decurso do projecto. Assim, não deverão ser permitidas novas dotações financeiras para o mesmo projecto, ou seja, ser mesmo eficaz.

Por outro lado, a eficácia procura conceber o que é principal para obter certo objetivo, com o intuito de satisfazer uma necessidade, centrando-se na seleção da melhor e mais célere maneira de alcançar o resultado desejado.

1.8. O Conceito de Estratégia

O conceito de estratégia equivalente[97] é mais relevante do que outros empregados nas negociações, por exemplo o conceito de estratégia referente às decisões relevantes[98] e a estratégia referente ao longo prazo[99] (Martins, 2003 e Baptista, 2010).

[95] Distribuição dos rendimentos de forma igualitária, ou seja, dar riqueza aos mais pobres em detrimento dos mais ricos.
[96] Apostar no Just in Time, atuar e aplicar os recursos no momento certo, sem os desperdicar.
[97] Por oposição à táctica.
[98] E táctica às remanescentes.
[99] Táctica ao curto prazo.

Na óptica militar, estratégia é a determinação respeitante ao lugar, ao tempo e às condições da guerra. A táctica é a distribuição e o movimento das forças durante a guerra.
A estratégia possibilita diminuir as disparidades em Portugal e a táctica exibe como o fazer. A estratégia é o conjunto das acções e decisões da Administração Central que, de um modo sólido, procura possibilitar a Portugal mais valor do que o fornecido pela concorrência (Baptista, 2010).

1.8.1. As Estratégias para o Desenvolvimento em Portugal

A ENDS compreende o desenvolvimento de um ajuste com as gerações vindouras, diligenciando o pleno desenvolvimento dos individuos e melhoria da qualidade de vida. A ENDS forma-se como um procedimento político que deseja tornar funcional uma inclusão harmoniosa a nível social, ambiental e económica na implantação das diferenciadas políticas públicas. Deste modo, são direccionadas no médio e longo prazo tornando um Portugal mais moderno, com maior justiça social, mais convergente com os restantes Estados Membros da Europa. Assim, Portugal pode tornar-se um país dedicado na construção da UE e com uma maior iniciativa na construção da ordem internacional, que estimule a paz e o desenvolvimento sustentável à escala global *(*Mota et all, 2005).

A finalidade deste desempenho prospectivo está consagrado na proposta de actuação definida pela CRP como uma das competências prioritárias do Estado, ou seja progredir com a subida *do bem-estar socioeconómico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável* (artigo 81.º, alínea a). A nível nacional, na continuação das OEC[100] para a UE, a Administração Central também determinou uma ENDS[101] para a época entre 2005 e 2015, um agrupado organizado de acções que, partindo da situação presente de Portugal, com as suas potencialidades e fragilidades, possibilitem num periodo de 12 anos assegurar um crescimento económico rápido e pujante, um alto e gradual protecção do meio ambiente e uma melhor coesão socioeconómica.

Desde 2005, o governo assumiu o seu Programa Nacional de Reformas denominado Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE 2005/2008), Estratégia

[100] Orientações Estratégicas Comuns.
[101] Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

de Lisboa – Portugal de Novo como um programa de apoio de modernização, pelo que foram ligados programas sectoriais de índole transversal, em especial o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), Plano Nacional de Emprego (PNE) e o Plano Tecnológico (PT).

O PNACE 2005/2008 consistiu num programa de apoio para a realização e a implementação, quer da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2006-2015), quer do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), como grandes referenciais estratégicos.

Na sua implantação, o PNACE combinou de modo incorporado as dimensões da sustentabilidade social e ambiental e da competitividade. Nesta óptica, a aprovação da Estratégia Nacional para a Protecção Social e a Inclusão Social (ENPSIS), baseada no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), e a divulgação do Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural, unida com a aprovação da Estratégia Nacional para a Energia e com o seu enquadramento na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, assegurou a transversalidade das políticas e o equilíbrio entre os seus impactos socioeconómicos e ambientais.

1.9. Requisitos para Assegurar o Sucesso

Para que o sistema participativo seja bem concretizado, é essencial seguir algumas regras básicas aquando da sua utilização:

- A participação não pode ser obrigada nem imputada, deve sim resultar de uma obtenção gradual. Porém, quanto mais o cidadão estiver envolvido no sistema, mais sólida será a sua ideia acerca da participação, baseada na Governança.
- Os técnicos de desenvolvimento devem estar cientes das implicâncias das suas ações, pois assim poderão confirmar de forma crítica as relações de interesse e aproveitar o processo participativo, fortalecendo o desenvolvimento sustentável.
- O sistema não deve ser obrigatório, apenas a iniciativa voluntária da participação.
- Segundo Macedo (2006), deve ser assegurada a obtenção da informação, porque esta adesão faculta o diálogo, as limitações e discórdias entre as partes envolvidas e a interpretação dos problemas no sistema.
- Considerar a contribuição das comunidades, os seus conhecimentos, as suas competências, as suas potencialidades e as suas valências.

O Comité Nobel reconheceu que as dificuldades económicas atribuem, actualmente, desafios relevantes. Todavia, não deverão afastar a UE do seu empenho na luta pela paz e reconciliação entre os países, dos direitos humanos e na sensibilização da democracia[102]. O percurso burocrático da organização, que foi criado pelas suas elites, separou os cidadãos europeus de Bruxelas. Recentemente, segundo os dados do Eurobarómetro, os europeus na UE mostram uma diminuição de confiança para 31%, em comparação com o que se passava há cinco anos atrás, que registou 57%. Presentemente, os europeus estão céticos em relação à UE.

Segundo os estudos económicos do Banco de Portugal (2014), a taxa de variação média anual do PIB será de 0,9% este ano e de 1,5% e 1,6% em 2015 e 2016, o que exibe um crescimento médio superior ao projectado para a Zona Euro.

[102] O Nobel deste projecto de paz pode estar em causa.

Só nos anos 2003 e 2006, que antepassaram a crise do *subprime*, a valorização acumulada nominal dos preços da habitação aproximou-se dos 40% nos EUA, Irlanda e Reino Unido e dos 30% na Grécia, em oposição com os 5% de Portugal, dos 50% em Espanha e França e a quebra de -1% na Alemanha.

A OCDE, em 2010, identificou a Alemanha e Portugal como os dois países da área do euro onde os preços reais da habitação não "apressaram" desde 1980. A baixar, desde 2007, o peso do crédito atribuído à construção e à habitação valia 60% da carteira total de empréstimos do sector bancário no final de 2010 (CGD, 2011). Os líderes dos maiores bancos norte-americanos estavam preocupados com a enorme promoção de riscos nos mercados e como desgaste dos padrões de subscrição, mas também explicavam a fatal concessão destes empréstimos direccionados pela desmedida concorrência[103] (Paulson, 2010). Quando o mercado começou a dar sinais de falhas, logo a compra de títulos de hipotecas de devedores retraiu-se. Assim, os bancos passaram a disfarçá-los através de um processo complexo de segurança. Porém sobre este comportamento mostra que uma das vantagens desse processo, pelo que *o comprador desse papel em geral não tem muita noção do risco que está comprando, porque ele não vê as hipotecas (...)* (Carvalho, 2008, p. 19).

Este processamento de segurança continha prós e contras: a grande vantagem para as instituições era a distribuição dos riscos, que não ficava apenas centrado nos bancos[104]. Esta prática foi bastante propagada na década de 1980 e utilizada para outros tipos de activos, como financiamento de carros e aquisição de cartão de crédito (Paulson, 2010).

O corre-corre para vender estes títulos foi agressivo e alargou-se a outros papéis do mercado de capitais. Embora, sem a exacta grandeza da dimensão da falha, o impulso dos investidores foi vender rapidamente os seus papéis, antes que os mesmos perdessem mais capital. Os bancos estavam bastante interligados, como os bancos de investimentos, designados por *Lehman Brothers* e *Bear Stearns* (Paulson, 2010). Uma possível bancarrota do *Bear Stearns* atingiria muito além de seus accionistas. Este banco estava ligado a outras instituições financeiras, fundos de pensão de Estado, como bancos, corretoras, seguradoras, fundos hedge e fundos mútuos. No entanto, se o Banco *Bear* quebrasse, todas iriam buscar os seus direitos de empréstimos, ou seja, geraria uma queda geral dos preços dos activos.

[103] Com os bancos confiados na economia norte-americana, as hipotecas *subprime* dispararam.
[104] Isso aumentou a densidade do mercado.

A ideia de que os mercados se auto-regulavam e eram sólidos era defendida por Mihm e Roubini (2010). Paulson (2010) partilha da mesma opinião dos outros autores e considera a ajuda da regulação desfasada como elemento principal para a falha do sistema financeiro[105].

As normas de aquisição de capital poderiam ter sido um dos obstáculos nos lucros dos bancos. Portanto, as enormes instituições bancárias começaram a controlar as empresas externas aos bancos originais.

Durante as distintas crises vividas pelas economias capitalistas, nota-se que as bolhas de activos estão ligadas a uma oferta exagerada de crédito, que normalmente é consequência do desleixo do governo em supervisionar o sistema financeiro, ou da debilidade do banco central e a sua ligação com a política fiscal[106]. Todavia, países como Islândia, Reino Unido, Letônia, Nova Zelândia e Dubai, também passavam por situações de fraca regulação e de fácil oferta de crédito[107].

Em Krugman (2009), Mihm e Roubini (2010) existia a ideia de que a economia se autorregularia, de forma que a presença de uma entidade que praticasse esses papéis era dispensável[108]. A maioria dos economistas tradicionais do início do século XX acreditava na ideia de que a economia é uma entidade autorregulável e o pleno emprego seriam resultados indispensáveis. Assim, essa estranha confiança *desapareceu com a Grande Depressão. Esse acontecimento o transformou a disciplina da economia*. (Mihm e Roubini, 2010, p. 57). Na crise financeira de 2008[109], os excessos económicos foram controlados durante, pelo menos um quarto de século, com essas limitações internas nos Estados Unidos (Mihm e Roubini, 2010).

Na época do pós-guerra, tanto o empréstimo de última instância como o seguro de depósito tornaram-se a norma não só nos Estados Unidos, mas também na maioria das nações capitalistas (Mihm e Roubini, 2010). Desta forma, teve um custo para os bancos intervenientes: estes deveriam desistir de parte de sua autonomia em troca de protecção para evitar o obstáculo de risco moral. Os bancos subordinaram-se à regulação no modo de controlo sobre sua liquidez, alavancaram o capital, pelo que, inevitavelmente, influenciam a limitação do seu potencial de lucros. Consequentemente, a actividade bancária tornou-se um negócio fiável. Em 1971, os EUA deixaram o padrão-ouro e em consequência, o Sistema de

[105] As agências reguladoras e as regras de regulação não acompanharam as mutações dos mercados.
[106] Mas, os problemas sentidos nos Estados Unidos não eram unicamente seus.
[107] Em 1907, esta crise mostrou a necessidade de um banco central que apoiasse o sistema bancário, o regulasse e exercesse a função de empréstimo nos momentos de crise
[108] A Grande Depressão da década de 1930 mudou essa visão.
[109] Grande Depressão.

Bretton Woods teve que suportar ajustes. Os défices fiscais dos Estados Unidos, consequentes da Guerra do Vietname, levaram o país a abandonar o padrão-ouro. Assim, o mundo começou a empregar o sistema cambial de taxas flexíveis[110] (Mihm e Roubini, 2010).

Segundo Mihm e Roubini (2010), a Grande Depressão deveria ter banido a óptica do *laissez faire* no sistema financeiro, mas na década de 70 a visão de que os mercados eram eficientes e racionais foi muito divulgada nas Universidades dos EUA[111]. A Comunidade Internacional aceitou uma regulação admitindo fiscalizar a actividade bancária baseada na exigência de diversos limites. A este cenário foi dada a designação de Comité de Supervisão Bancária da Basileia. A missão deste Comité[112] foi a de produzir princípios eficientes de regulação[113] de bancos; as recomendações geradas não possuem sinal de obrigatoriedade[114].

A rígida regulação bancária provocou, uma evasão intencional das instituições financeiras em procura de diferenças mais elevadas, ou seja, levou à criação de um mercado de bancos paralelos[115] (Cintra e Farhi, 2009; Mihm e Roubini, 2010).

Nos anos da crise, os bancos comerciais eram bem regulados, pelo que ganhavam o direito de ter uma rede de segurança em termos governamentais, através dos seguros de depósito. Apesar da protecção, os acordos fixados com o governo impossibilitavam os banqueiros de tomarem mais riscos. Deste modo, surgiu um resultado sabido como arbitragem de regulação, elucidado pela fuga[116], de instituições reguladas para outros tipos de instituições, menos reguladas, ou seja, os banqueiros passaram a realizar as transacções bancárias, através de instituições, que actuavam como bancos[117]; contudo não eram reguladas como bancos (Mihm e Roubini, 2010; Wessel, 2009).

O impacto da arbitragem de regulação foi fortalecido pela pobreza de ideias relacionada com a auto-regulação dos mercados: os reguladores criavam uma série de regras gerais a serem acompanhadas; o melhor modo de segui-las deveria ser explicado pelas próprias instituições financeiras. A possibilidade de escolha conduziu as instituições a escolherem modelos de regulação que desrespeitavam a eventualidade de maiores riscos e

[110] Sendo uma lacuna de mercado, por vezes resolvido com a intervenção do Estado (câmbios fixos), para regular a oferta com a procura.
[111] Assim, foi mostrada a Hipótese do Mercado Eficiente que se tornou num senso comum.
[112] Fundado em 1974 e seus elementos eram seleccionados dos bancos centrais das economias, respeitantes ao G-10.
[113] E supervisão.
[114] Mas, possuem uma grande influência.
[115] Antes da crise de 2008, o chamado *Global Shadow Banking System (GSBS)*, era caracterizado, por instituições financeiras que não tinham acesso aos seguros de depósitos.
[116] Na actividade financeira.
[117] Aparentavam a estrutura de um banco.

logo não impunham o valor de retenção de capital necessário para encarar uma oscilação na economia (Mihm e Roubini, 2010).

Capítulo 2 – A Evolução do PIB em Portugal

Este capítulo tem como finalidade analisar a situação económica ao nível do PIB e da dívida pública do estudo de caso para Portugal. Assim, é relevante recordar que para a análise do comportamento do PIB de um determinado país[118] é imperativa a diferenciação entre o PIB nominal e o PIB real. Deste modo, o PIB nominal é calculado a preços correntes no ano em que o produto é produzido e comercializado, enquanto o PIB real é calculado a preços constantes, sendo seleccionado um ano-base para suprimir o efeito da inflação[119].

2.1. A Evolução da Economia

As últimas cinco décadas assinalaram colossais fatos na economia nacional e internacional, que se deveram a um extenso processo de abertura económica. A integração de Portugal na EFTA desencadeou o começo de profundas mudanças na economia, bem como na sociedade em geral.

A trajectória das mudanças e o ajustamento da economia nacional a novas realidades[120], foram sinalizados por enormes processos internos e externos. Depois da Segunda Guerra Mundial, diversos foram os esforços efectuados para industrializar o país e ao mesmo tempo que se procurava proteger as industrias locais, as indústrias estrangeiras procuravam instalar-se no mercado nacional. Assim, é importante referir alguns dos principais processos que marcaram o trajecto de ajustamento da economia.

No contexto interno, com a integração numa Zona de Comércio Livre, desenrolou-se um movimento crescente de abertura comercial, aumentando-se a concorrência com as economias extremamente desenvolvidas.

O final do Regime Salazarista, que impôs a democracia na sociedade portuguesa e a descolonização das antigas províncias ultramarinas, alterou bastante, no âmbito das nações ao nível internacional, a posição da sociedade portuguesa, o tecido empresarial, as relações laborais e as razões da organização do Estado.

A modernização dos modelos de produção e consumo na economia nacional e o reforço do investimento em infraestruturas relevantes para o apoio ao desenvolvimento da

[118] Ou região.
[119] O PIB real será o mais indicado para análises.
[120] Institucionais e de mercado.

qualidade de vida da sociedade e do tecido empresarial, tiveram como base a plena integração europeia.

No contexto internacional, salienta-se a primeira crise do sistema monetário internacional, nos inícios da década de 70, originária dos acordos de Bretton-Woods[121]. Ainda, se destaca a constituição de uma nova geografia do comércio internacional de bens e serviços, promovida pela disciplina da Organização Mundial do Comércio, sucedendo os acordos do GATT e pelo novo desenvolvimento das numerosas economias emergentes e em transição.

A compreensão do conceito de Financiarização do PIB, as respectivas componentes e as suas inter-relações funcionais, são fundamentais para analisar a transmissão da crise, as falhas e responsabilidades. Neste capítulo, são apresentados algumas bases empíricas e algumas definições apresentadas por autores que retratam este tema.

2.1.1. Financiarização

Hoje a noção de Financiarização é muito referenciada, pelo que, na maioria das vezes é confundida com a globalização. Na verdade existem várias definições sobre esse conceito, no entanto podemos encontrar alguns pontos comuns entre as diferentes definições. Apresentam-se aqui algumas das definições possíveis e as mais referenciadas para o caso em estudo[122]. Orhangazi (2007), apresenta várias definições:

A Financiarização é a supremacia crescente da indústria financeira, no valor total da actividade económica[123], de activos financeiros comercializados, particularmente das acções, como um mercado para controle corporativo na decisão de estratégias empresariais, e de flutuações no mercado de acções como um determinante dos ciclos de negócios (Dore, 2002).

A Financiarização é o papel gradual de causas financeiras[124], no funcionamento das economias a nível nacional e internacional (Epstein, 2005).

Segundo Wade (2005) a Financiarização define-se com apoio em três partes:
A Financiarização consiste no progressivo domínio da economia financeira sobre a economia real assentando em três bases: Primeira, como um bloqueio da pressão institucional e

[121] Acordos que acabaram com o regime de câmbios fixos do padrão dólar-ouro no final da Segunda Guerra Mundial e ao mesmo tempo, promoveu a expansão dos mercados cambiais, passando a dispor-se sobre o regime de taxas de câmbio flutuantes.
[122] Hoje procura-se uma única definição.
[123] De controladores financeiros na gestão de empresas.
[124] Mercados financeiros, os agentes financeiros e instituições financeiras.

coerência normativa em volta dos interesses dos possuidores de riqueza. Segunda, a normativa rápida da renda nacional para o capital/proprietários e distância do trabalho[125]. Terceira, a rápida redistribuição da renda nacional para os mais ricos com 10% e 1% para as famílias.

Para as finalidades deste estudo e aplicando a definição de Orhangazi, usar-se-á o conceito em dois níveis: um geral e outro específico. Em termos gerais, a Financiarização destina-se a um aumento na grandeza e importância dos mercados financeiros[126]. Em termos mais específicos, usa-se a Financiarização para representar modificações na relação entre o sector empresarial não-financeiro e os mercados financeiros. Estas últimas mudanças abrangem, em primeiro lugar, um aumento nos investimentos financeiros e nos rendimentos financeiros, portanto, do Sistema Nacional Financeiro e em segundo lugar, um aumento na pressão do mercado financeiro sobre a gestão do SNF. Este aumento de coerção, que é divulgado através de debates, circula em torno de "valor para o accionista"[127].

2.1.2. O Capital Fictício

A Financiarização é um conceito que define uma das características básicas da economia mundial capitalista das últimas décadas. O processo de Financiarização está relacionado com o excesso de confiança criado por ganhos futuros, sendo importante para esta investigação salientar o conceito de capital fictício.

Marx (1970) define capital como o dinheiro que encontra o seu valor, através da compra da mercadoria, em especial com a força de trabalho. O capital fictício é a forma pelo qual o valor do capital se desvincula da sua materialidade e busca a sua valorização na forma de capitalização do rendimento esperado de futuras transacções. O autor apresenta ainda, o conceito de capital de empréstimo, sendo a forma onde o capital[128] assume a sua condição de funcionar como uma mercadoria e obter a sua valorização ao ser cedido a terceiros[129].

[125] Dependente de salários e vencimentos.
[126] Transacções e instituições.
[127] Resulta em uma crescente transferência de recursos do SNF aos mercados financeiros nos modos de pagamentos de juros, compras de acções e dividendos.
[128] Sob a forma de dinheiro.
[129] Que lhes devolvem a quantia mais o pagamento de juros, com o capital seguindo o circuito reduzido.

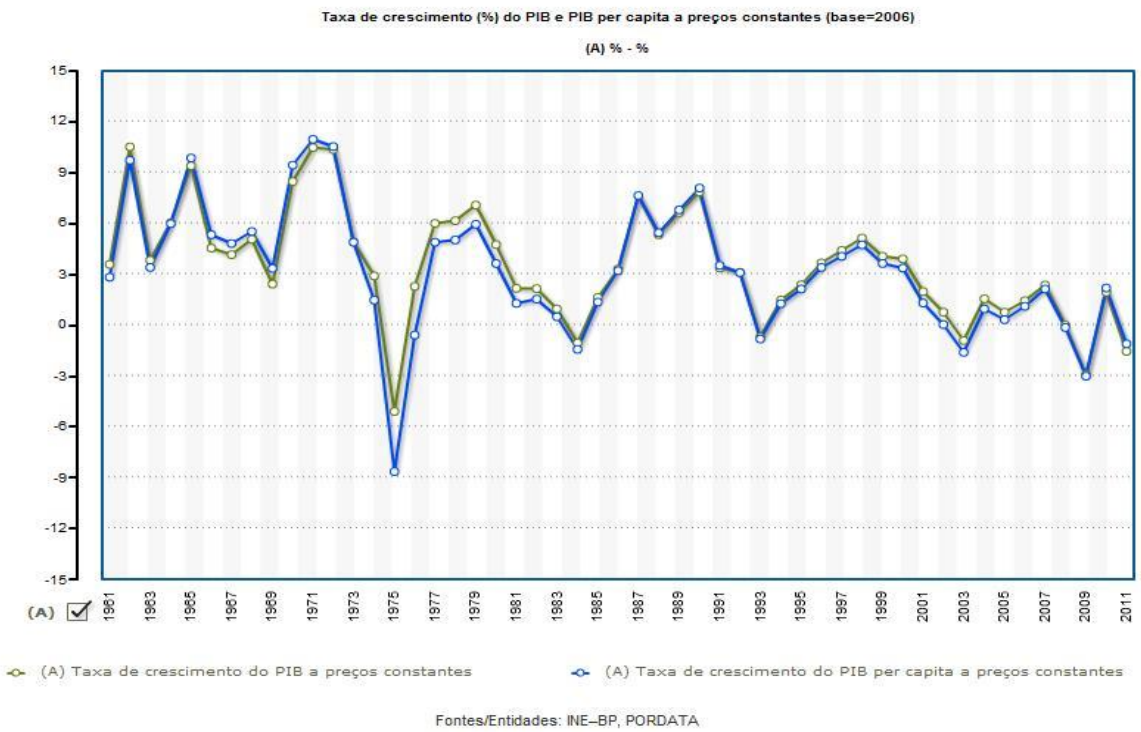
2.2. Análise Económica da Evolução do PIB, 1980-2011

A seguir a 1973, no caso de Portugal, desencadeou-se uma situação menos positiva que levou ao crescimento de sectores com uma produtividade do trabalho mais baixa, o que contribuiu para a diminuição do crescimento da produtividade média do país e por conseguinte para uma queda no ritmo de convergência.

O que mais contribuiu para o abrandamento do crescimento do PIB em Portugal após 1973, foi a diminuição da taxa de crescimento da produtividade total dos factores. Depois de 1973, aumentou o peso dos sectores industriais com uma maior intensidade de utilização de trabalho, manifestando-se de duas maneiras:

- Especialização em sectores mais intensivos em mão-de-obra, que resultou na integração da economia portuguesa na UE;
- O incremento da importância dos sectores dos produtos alimentares e têxteis, que teve um efeito negativo sobre o crescimento da produtividade industrial.

Gráfico nº 2: Taxas de Crescimento do PIB



Da leitura do Gráfico nº 2, a taxa de crescimento do PIB em 1962 foi de 10,53%, devido ao salto que se verificou nas transferências de tecnologias provenientes do exterior. Nos primeiros anos da década de 60, deu-se um crescimento bombástico de tecnologia, que

foi consequente do investimento estrangeiro que, apesar de ter sido direccionado para actividades protegidas, foi também direccionado para outras indústrias, adaptando-se ao novo paradigma da economia.

No ano de 1963, constatou-se uma descida da taxa para os 3,84%, mas o ano seguinte mostrou uma nova subida para os 6,05% e em 1965 passou para os 9,41%, um valor mais próximo do de 1962. Salienta-se que a simples adesão à EFTA provocou uma liberalização dos movimentos de capitais estrangeiros que, associada a uma nova lei de 1965 sobre os movimentos de capitais, trouxe ao país um enorme peso de investimentos externos. Nos anos seguintes, os valores das taxas foram abaixo dos 5,6%. No período em referência, a razão que contribuí para a situação da economia, foi a consistência na transferência do capital humano de actividades de baixa para actividades de alta aprendizagem. Os anos 60 fecharam com uma taxa de crescimento do PIB em baixa com cerca de 2,63%. Embora, ainda no mesmo período, sucederam outros deslocamentos intersectoriais, ou seja as actividades mais tradicionais e de tecnologia rudimentar, tais como a produção de cortiça e conserva de peixe deram lugar às actividades complexas como a metalomecânica e os têxteis.

Os anos 70 tiveram um começo brilhante com a taxa de crescimento do PIB a atingir os 8,47%[130]. Nos dois anos seguintes os valores foram muito elevados com 10,49% em 1971 e 10,38% para 1972 respectivamente. Entre 73 e 74 dava-se o princípio às novas modificações políticas, mas mesmo assim, as taxas foram de 4,92% e 2,91%[131]. Neste ano a economia portuguesa registou uma taxa de crescimento negativa de 5,10%. Este era o primeiro ano de um novo governo democrático que sucedia a um outro governo de ditadura. Este ano de novo governo implementou novos valores à sociedade, trazendo consigo uma mutação na conjuntura nacional.

A reduzida taxa de 1975 explica-se pela incompetência do governo. Entre 1973 e 1974, deu-se o primeiro choque petrolífero que pôs fim aos trinta anos de glória na Europa[132].

No ano de 1976 a taxa passou para 2,29% e nos 3 anos seguintes registou valores elevados. Em 1977, passou para 6,02%, para 6,17% em 1978 e 7,1% em 1979. Nos anos 80, as taxas de crescimento foram inicialmente baixas, de 2,17% em 1981, passando para 0,97% em 1983. Mas, o pior desempenho económico foi em 1984 quando se alcançou uma taxa negativa de 1,04%. A Europa estava em crise.

[130] Em 1970.
[131] O pior desempenho da economia de que há conhecimento, a seguir ao pós-guerra, foi o de 1975.
[132] Não significa que as perturbações revolucionárias não tenham contribuído para o agravamento da situação.

Com a queda do Estado Novo, em 1974, todos os governos que vieram a seguir procuraram aproximar o nível de desenvolvimento do país, com o resto da Europa desenvolvida. Logo, promoveram uma abertura ainda maior promovendo a descolonização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que iniciou um retorno dos emigrantes das ex-colónias em 1975. Contudo, surgiram alguns acontecimentos que vieram dificultar os objetivos de desenvolvimento e crescimento económico. O primeiro choque petrolífero, entre 1973 e 1974, conteve uma etapa de progresso económico da altura.

Entre 1974 e 1984[133], o ano de 1975 regista a pior queda de sempre. Entre 1977 e 1978, na tentativa para tirar o país da crise, foi efectuado um pedido de assistência financeira ao Fundo Monetário Internacional, no sentido de aliviar os défices, a acentuada subida de desemprego, dos preços de energia e a subida das pressões inflacionistas.

Para além do ambiente de mudanças políticas e sociais, com a recessão mundial deu-se o segundo choque petrolífero em 1979, responsável pelo agravamento da situação de crise que já se vivia na Europa. A economia portuguesa era novamente atingida por um forte choque externo, implicando por um lado o aumento do preço do petróleo e por outro, a queda da procura para as exportações.

Em 1980, Portugal adoptou uma política económica expansionista, pelo que a política monetária se tornou menos restritiva. As prestações da segurança social e os salários tiveram uma subida significativa, dando-se novos incentivos ao investimento e permitindo-se um incremento no consumo público[134].

A orientação da política económica no sentido oposto a que as situações de ordem externa determinavam, teve um preço alto para os portugueses. Os governos, por causa das eleições, tomaram as decisões inadequadas e por consequência, foram adiando medidas impopulares de ajustamento que se tornavam cada vez mais indispensáveis, deixando ascender o défice para níveis nunca obtidos. Com efeito, esta situação agravou-se de tal modo que, em 1983, Portugal teve que pedir uma vez mais ajuda ao FMI, para fazer face aos desequilíbrios na balança comercial, à recessão que predominava[135].

Até ao ano de 1985, teve lugar o período de ajustamentos do pós intervenção do FMI. Nos finais de 1985, entrava-se numa nova etapa quando comparado ao período desde o fim do

[133] Registou-se um pior desempenho na economia.
[134] Contrariando as orientações políticas dos outros países europeus, segundo as políticas contracionistas,
[135] Aos défices elevados e às altas taxas de juro no estrangeiro.

Estado Novo. A entrada, em 1986, para a Comunidade Europeia, estabeleceu novas alterações e trouxe novas vertentes à economia.

Segundo Alexandre (2006), no período 1990-1995, o nível de vida das famílias portuguesas assinalou uma melhoria significativa, com uma aproximação dos padrões de consumo aos padrões médios da Comunidade Europeia. No mesmo período, constatou-se um ligeiro aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos (ver Gráfico nº 2).

Com impacto, o rendimento disponível dos agregados familiares apresentou um significativo aumento em todos os escalões de rendimento, naquele período, mas ao ser mais destacado nos escalões com rendimento mais elevado, veio a aumentar as assimetrias existentes[136]. No que se refere à receita mediana[137] a taxa de crescimento foi de 24,7%, abaixo da taxa de crescimento da receita média com 27,3% (Alexandre, 2006).

Entre o ano de 1995 e 1999, a economia portuguesa cresceu 1,2 % acima da média da UE, crescimento este que foi alcançado através de uma dinamização da procura que se mostrou insustentável. Assim, cerca de 90% do crescimento do PIB naquele período foi devido ao crescimento do consumo. O papel do Estado no crescimento deve-se aos seguintes elementos: justiça, infra-estruturas, ensino, saúde, segurança social e regulação da actividade económica. A relação entre as alterações de política económica e as mudanças nas tendências de crescimento e convergência é, porém, mais ténue do que habitualmente se afirma. Assim, pretende-se salientar o declínio do crescimento da economia portuguesa (Alexandre, 2006).

Segundo o Ministério das Finanças (2000) e Baptista (2006), as receitas correntes, em percentagem do PIB, mantêm-se constantes ao longo do período do Pacto de Estabilidade e Crescimento, apresentando o efeito conjugado de sinais opostos. Por um lado, o desagravamento fiscal com a finalidade de melhoria da competitividade das empresas nacionais e da redução de distorções na economia e por outro, os ganhos de eficiência associados à luta contra à evasão e fraude fiscais, à implantação de novas medidas no âmbito de reforma fiscal e ainda, da natureza crescente de alguns impostos.

De acordo com a política de contenção das despesas correntes primárias e da política fiscal, o excedente primário subirá de 1,7 % do PIB no ano de 2000 para 2,9 % do PIB em 2004.

[136] Por exemplo, enquanto a receita média dos agregados familiares pertencentes ao 1º decil da distribuição de rendimentos registou um crescimento de 18,6%, a receita média dos agregados familiares pertencentes ao 10º decil aumentou 30,7%.
[137] Receita média dos agregados situados no centro da distribuição de rendimentos.

O esforço de investimento público resulta dos objectivos definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), que se apresenta pela manutenção das despesas de capital, líquidas das receitas de capital, ao longo do período do PEC em cerca de 4% do PIB. As despesas de capital ultrapassam de modo significativo o défice global público pelo que, a regra de ouro das finanças públicas é conseguida.

O ganho corrente público sobe de 2,4 % do PIB no ano de 2000 para 4% do PIB em 2004. Deste modo, é o resultado de uma política norteada para aumentar a poupança do sector público, libertando deste modo os recursos necessários para o investimento empresarial.

No último ano do Programa, as finanças públicas vão estar em equilíbrio e segundo os efeitos normais do ciclo económico no saldo orçamental, a situação orçamental portuguesa cumpre já em 2002 o objectivo fixado no PEC, no sentido de que, no caso de uma recessão com uma quebra de 1% do PIB real, não se obteria uma situação de défice enorme.

Entre 2008 e 2011, a crise *Suprime* começou a evidenciar-se vinda dos EUA. Em 2009 houve uma queda da taxa da variação do PIB, porque houve uma restrição do crédito ao consumo e à habitação, logo as vendas no mercado habitacional diminuíram. Em 2011, com a entrada em funções do novo Governo de Passos Coelho, houve um pico que se manifesta pela descida da taxa de variação do PIB, com o pedido de ajuda do programa de assistência financeira internacional. Assim, em 2012 a taxa da variação do PIB continuou a descer com os pacotes de austeridade, implicando um recuo da produção, através da diminuição do poder de compra, com os cortes dos subsídios, pensões, salários e ainda o aumento dos impostos. Deste modo, as pessoas e as empresas não conseguiam pagar as suas dívidas e os bancos tiveram que ser recapitalizados. Em 2013, a situação agravou-se com a crise política, originando um aumento dos juros da divida para os 8% e houve uma forte queda da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL). A recessão do PIB agravou-se para os -3,4%, havendo uma queda da confiança por parte dos investidores. Assim, houve um compromisso de "Salvação Nacional", para que Portugal não tenha que passar por um novo resgate e possa voltar de novo aos mercados.

2.2.1. O Cariz Económico da Crise Politica em Portugal

Ultimamente, estamos longe da liberdade, tendo-nos sido imposto o programa de austeridade[138], que somos pedidos a acompanhar e a privar do princípio da soberania.

A Itália, concomitantemente com a Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda mergulhou numa crise económica e financeira[139].

A Europa está em queda por causa da crise sem fim[140]. Para haver uma moeda única, deve haver um mínimo de orçamento, princípios de investimento e regras de contabilidade pública. O federalismo implica a regressão social, a subida do desemprego, a insegurança, o aumento da pobreza[141], a redução do poder de compra e incumprimento do pagamento das dívidas por parte das famílias e empresas aos bancos. A austeridade leva a austeridade e os países ingressam numa espiral recessiva sem saída. Deveria haver uma integração política fortalecida na UE, senão a Europa morre e desaparece (Alexakis *et all*, 2013). A interveniência da *Troika* com os fundos de solidariedade, através do Banco de Estabilização como o FMI[142] e BCE[143], somente serve para atrasar o fim e entreter a ilusão de uma continuação da Europa como organização (Alexakis *et all*, 2013). Com a crise *Suprime* em Portugal desde 2008, com a *Troika* e a intervenção do Tribunal Constitucional na reprovação de quatro medidas do Orçamento de Estado de 2013, o Ministro das Finanças implantou mais cortes na Educação, Saúde e nas Prestações Sociais[144]. O prazo do pagamento da dívida foi alargado para sete anos.

Em 03 de Julho de 2013, as estratégias utilizadas pelas partes para lidar com o conflito[145] tiveram a intervenção da CGTP.

2.2.1.1. Impacto Económico do Processo Negocial

O PR tinha solicitado a garantia de êxito do plano de resgate internacional, deferido à nação em Maio de 2011[146].

[138] Através da *Troika.*
[139] Através da crise *Suprime* dos EUA.
[140] Todos nós sentimos que não é resolvida em tudo.
[141] 25% da sociedade portuguesa estava em 2010, em risco de pobreza (Observatório das Desigualdades, 2010).
[142] Fundo Monetário Internacional.
[143] Banco Central Europeu.
[144] Com o *Plano B* do Orçamento de 2013.
[145] Politico.
[146] O líder do PS lutou para que o governo pusesse fim à sua política de austeridade.

Portugal comprometeu-se a determinar um plano de cortes e reformas em troca de um empréstimo internacional de setenta e oito biliões de euros, que provocou uma recessão económica e uma taxa de desemprego maior que o imaginado[147].

A ineficácia das estratégias usadas no conflito confirma que estamos na mesma e não se resolveu o problema do crescimento, nem se diminuiu o desemprego, nem tão pouco se consolidaram as finanças públicas, embora segundo o Banco de Portugal (2014) se preveja um crescimento entre 0,8% e 1%, para 2014. O desemprego tem vindo a diminuir estando actualmente, em cerca de 13,2%, segundo o INE (2013). Deste modo, esta redução da taxa de desemprego deve-se não só à forte emigração, mas também às formações de emprego de inserção (Programas Ocupacionais).

Nas Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, discutiram-se as possibilidades de financiamento daquelas duas cidades no âmbito do QCA[148] de 2014-2020. O próximo QCA, entra em vigor em um de Janeiro de 2014[149]. Num contexto de escassez de crédito resulta numa escassez de investimento privado[150]. As únicas quantias que subsistem libertas para investir são os fundos comunitários[151].

2.2.1.2. Impacto Económico do Período Pós-Negociação

O juro da dívida subiu para 8%, houve quedas da bolsa e a divida pública aumentou para 127,4%[152].

Segundo Alexakis *et all* (2013), os Estados-membros da UE a nível político têm de ser tratados como regiões e como um poder central[153]. A "Salvação Nacional" assenta na congregação de esforços dos partidos políticos para a resolução do problema da dívida pública e entrarmos nos mercados. Assim, é necessária uma maior coesão entre a taxa de juro da divida que está a descer e a bolsa está em queda. As estratégias para retirar a nação da crise deveriam ser sustentadas no crescimento e no emprego.

[147] Afirmou o líder do PS.
[148] Quadro Comunitário de Apoio.
[149] O Governo assumiu que para o primeiro semestre do ano 2014 "já não há condições de o aproveitar".
[150] Com a insuficiência de recursos não há investimento público.
[151] Que são tratados com esta ligeireza.
[152] As consequências dos conflitos dos quinze dias de crise política implicaram a perda da confiança por parte dos investidores.
[153] Os resultados finais deste conflito mostram que os esforços que os portugueses fizeram têm sido em vão, pelo que a divida piorou.

Actualmente, o Tribunal Constitucional reprovou a medida da requalificação dos funcionários públicos que permitiria os despedimentos e a redução da despesa do Estado. Para tapar o buraco do orçamento houve um corte de 6% e 5% no subsídio de desemprego e de doença[154]; prevê-se cortes nos salários e pensões que vão desde os 2,5% a 11% para 2014.

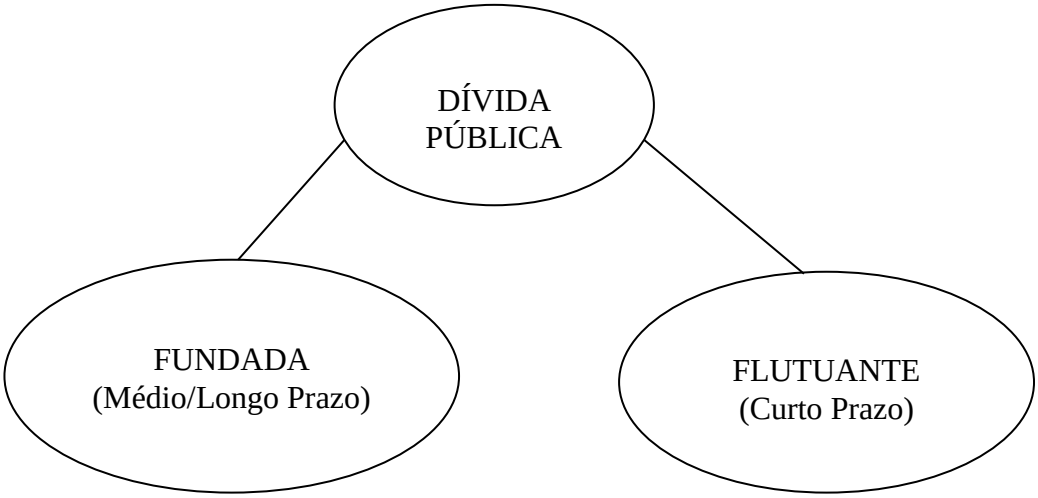
Com o Orçamento de 2014 verificou-se um agravamento do IRS e cortes nos salários dos funcionários públicos, que vão perder cerca de um subsídio[155] e prevê-se um programa cautelar ou um novo resgate da *Troika*, todavia com a redução do desemprego, o aumento das exportações e a entrada nos mercados bolsistas, não foram necessários nem o programa cautelar nem um novo resgate, como se esperaria. Estes cortes e desconfiança implicam uma redução do poder de compra das famílias e leva muitas empresas à falência[156], prejudicando a banca[157] e as finanças[158]. Com a restrição ao crédito, as empresas e o sector imobiliário também não vendem. Os preços dos combustíveis aumentam e as vendas do sector automóvel baixam. O consumo em geral é reduzido e o empobrecimento aumenta.

2.3. Evolução da Dívida Pública

Sempre que o valor das despesas correntes transpõe a quantidade das receitas correntes, o Estado tem necessidade de recorrer a empréstimos para fazer face ao défice orçamental. O total de empréstimos que o Estado tem de contrair para tapar o défice orçamental constitui a Dívida Pública, que pode ser fundada ou flutuante (ver Figura nº 1).

[154] Com efeitos retroactivos desde 25 de Julho de 2013.
[155] Natal ou de férias. No privado estes subsídios vão ser pagos em duodécimos.
[156] Devido à subida de impostos.
[157] Incumprimento do pagamento das dívidas.
[158] Redução das receitas via impostos.

Figura nº 2: A Dívida Pública



Fonte: Elaboração Própria (2013)

A dívida pública é fundada quando as despesas correntes são maiores que as receitas correntes e o Estado tem necessidade de recorrer a empréstimos, a amortizar nos Orçamentos de Estado dos anos seguintes[159]. É logo uma dívida de médio/longo prazo. Quando existem desequilíbrios de tesouraria, é possível socorrer-se a financiamentos de curto prazo [160] e trata-se da dívida pública flutuante cujo empréstimo, ainda que implique recurso a crédito, é amortizado no próprio ano em que é solicitado.

A gestão da dívida pública nacional está a cargo do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). Numa situação de incerteza e alguma volatilidade dos mercados, tal gestão é um desafio[161].

A emissão de Obrigações do Tesouro é um dos instrumentos mais usados pelo Estado para se financiar. Regularmente estas emissões de OT são destinadas a investidores institucionais[162]. Este novo instrumento de financiamento da dívida pública, pretende ser um incentivo à poupança.

[159] Neste caso o Governo precisa de ter autorização da AR para poder alcançar o financiamento de médio e longo prazo.
[160] Sem ser necessário obter autorização da AR.
[161] Deste modo, a composição da carteira da dívida tem vindo a ser modificada, como modo de melhor se adaptar aos mercados.
[162] Embora o contexto actual de crise, que obrigou muitos países a subir os seus níveis de endividamento, levasse a que alguns governos, incluindo o português, considerassem a emissão de OT destinadas especificamente a particulares.

O problema da dívida pública portuguesa está estritamente ligado no recurso ao crédito exorbitante, no endividamento do sector Estado e no perigo bem real da incapacidade de cumprimento do pagamento da dívida.

Depois do aparecimento da democracia, em 1974, não houve um único ano em que as contas do sector público administrativo não tenham tido défice. Após 1974 e até ao início dos anos 90, os défices foram financiados em termos monetários[163], através de empréstimos da banca comercial e do Banco de Portugal. Deste modo, a inflação desencadeada multiplicou os preços por 12, entre o ano de 1975 e 1990, causando a redução do valor real da dívida pública[164]. Com efeito as receitas das privatizações, não chegaram a ultrapassar os 65% do PIB[165] (Lopes, 2002 e Baptista, 2006).

Constâncio (2004) e Baptista (2006) referem que desde 1974 a economia portuguesa aumentou, em média, acima da economia europeia[166]. Entre 1974 a 1985, a taxa média de crescimento foi de só 2,2%[167]. Todavia, após a adesão à UE, desde 1986 a 2001, o crescimento acelerou para o nível de 3,6% ao ano[168].

2.3.1. Período de 1974 a 1985

O intervalo de 1974 a 1994 apresenta *uma taxa média anual de aumento do PIB não além de 2,5%, ou seja, bastante menos de metade da que havia sido alcançada no quarto de século anterior* (Lopes 1997, p. 23). A actividade económica iniciou a flutuação de forma elevada, com a alternância de períodos de crise e de recuperação. As taxas de inflação e desemprego subiram para níveis muito superiores aos dos anos de 60. Até 1985, os desequilíbrios das contas externas alcançaram níveis insustentáveis em diferentes anos, que provocaram a necessidade de dois acordos de estabilização com o FMI[169]. Estas causas foram as que desenvolveram a economia portuguesa durante os anos de 60[170].

[163] E inflacionistas.
[164] Devido às taxas de juro reais negativas para dívida pública que a ela estiveram inerentes.
[165] Se as taxas de juro tivessem sido positivas, em termos reais, os mesmos défices reais teriam provavelmente feito disparar a dívida pública para níveis insustentáveis.
[166] Apesar das variações que o processo democrático atravessou inicialmente.
[167] Contra 2% na UE.
[168] Contra 2,8% na média europeia.
[169] A explicação certa está na influência dos factores de ordem externa.
[170] E que igualmente ajudaram o afrouxamento do crescimento e piorar a instabilidade económica no período que vai de 1974 a 1985.

2.3.2. Período de 1986 a 1994

No período de 1986 a 1994, a economia portuguesa ingressou numa nova fase, com características distintas das dos dez anos anteriores. Ausentaram-se as pressões da balança de pagamentos, que geravam obstáculos a partir do ano de 1974. A entrada na CEE[171], abriu novas ópticas à economia e transformações (Lopes, 1997). A chefia por Cavaco Silva, baseada por maiorias parlamentares absolutas a partir de 1987, trouxe, pela primeira vez desde o 25 de Abril, um período de estabilidade política de significativa duração.

De acordo com estes factores benéficos, a produção de 1985 a 1993 atravessou um ciclo económico muito semelhante ao ciclo de 1976 a 1984. Durante a fase de expansão, entre o ano de 1985 e 1989, o PIB subiu à taxa média anual de 4,4% ao ano[172]. Na fase da depressão que veio a seguir, entre 1989 e 1993, a taxa média anual foi de 1,6% contra 0,4% entre 1980 e 1984. Durante o segundo ciclo a taxa média de crescimento do PIB foi de 3,1% ao ano em comparação com 2,9% no primeiro. À semelhança o nível de vida melhorou mais rapidamente depois de 1986 do que nos anos anteriores. Assim, as duas causas foram: o crescimento da população foi menor e houve lucros significativos nos termos de troca. A população aumentou ao ritmo de 1,1% ao ano entre 1975 e 1984[173] e estagnou nos nove anos seguintes[174].

As melhorias apuradas no equilíbrio macroeconómico, incluindo até aos primeiros anos da década de 90, foram generalizadas. A inflação[175]desceu de 21% em 1984 para 8,9% em 1987, voltando porém a subir para 13,7% no ano 1990. A balança de transacções correntes apresentou saldos positivos pela primeira vez desde 1973, em 1985, 1986 e 1989 e os défices dos anos posteriores foram sempre muito moderados. A taxa de desemprego baixou de 8,7% em 1985 para 4,1% em 1991. O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e os outros capitais externos convergiram até 1991 em montantes não alcançados antes. O défice do sector público administrativo desceu, mas com irregularidade, de 9,6% do PIB em 1985 até 4% em 1992. Os aglomerados de empresas públicas não financeiras desceram entre 1985 e 1991 de 88 para 31 milhões de euros, a preços de 1993. Entre 1991 e 1992 desceram a ritmo bastante superior ao dos outros países da Europa.

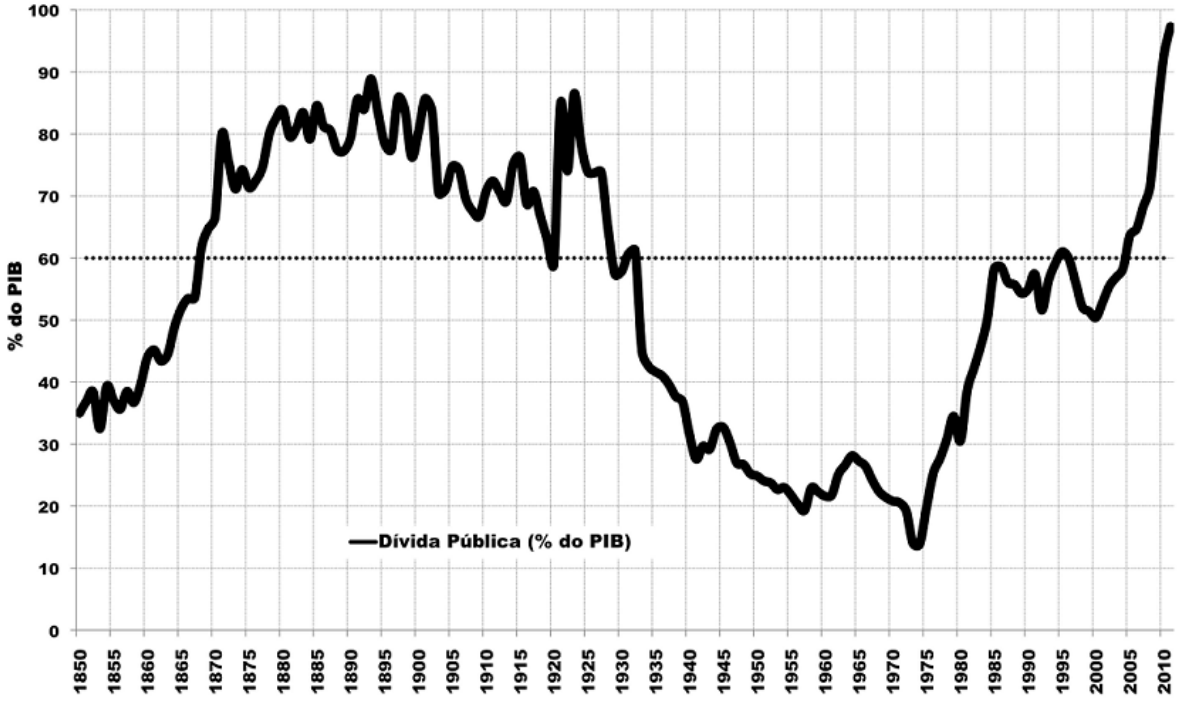
[171] Em 1986.
[172] Em comparação com 5,0% de 1976 a 1980.
[173] Em consequência dos afluxos dos retornados.
[174] A taxa de aumento da capitação do produto nacional foi, em média, de 1,8% ao ano durante o primeiro desses períodos e de 3% ao ano durante o segundo.
[175] Medida na base das variações do índice de preços no consumidor entre o princípio e o fim de cada ano.

Segundo o Departamento de Coordenação e Planeamento (DCP, 1994), as dificuldades apontadas para a política cambial ter baixado de 1992 a 1994, deveram-se a algumas depreciações do escudo em 1992-1993 e à travagem dos aumentos dos salários em 1993 e 1994. O valor acrescentado bruto nas indústrias transformadoras baixou cerca de 5%, em termos reais, entre 1990 e 1993 e terá estacionado em 1994. A formação bruta de capital fixo subiu menos de 3% entre 1991 e 1994, apesar do grande volume de obras públicas financiadas pelos fundos comunitários. Entre 1990 e 1993 a produção agrícola baixou cerca de 20%. A insuficiência dos investimentos nos sectores produtivos, o abandono de tantas explorações agrícolas e o encerramento de bastantes empresas provocaram o receio de que a crise de 1991-1994 acabasse por não ter só características cíclicas, mas que mostrasse também transformações estruturais capazes de afectarem de um modo negativo o desenvolvimento económico durante diversos anos mais da década de 90 (Baptista, 2006).

2.3.3. Período de 1995 a 2011

De acordo com o MF (2000), a dívida bruta do Sector Público Administrativo, avaliada na óptica das Contas Nacionais, reduziu em percentagem do PIB ao longo do período de 2000 a 2004, seguindo, assim, a trajectória descendente dos últimos anos. Com um impacto relativo de 57,9 % no ano de 1999, ao nível do SEC 79 e de 56,6 % ao nível do SEC 95, reduziu em 2004, para 48,4 % ao nível de SEC 95 (ver Gráfico nº 3).

Gráfico nº 3: Evolução da Dívida Pública Portuguesa (1980-2010)



Fonte: Pordata (2012).

Da leitura do Gráfico nº 3, a dívida pública teve os seus picos máximos em 1924 e 2008 que excede o critério de convergência dos 60% do PIB. Assim, a estratégia de gestão da dívida pública tem vindo a pautar-se pelos objectivos de redução do impacto da volatilidade das taxas de juro nos encargos da dívida e da subida da liquidez dos instrumentos respeitantes.

A concentração do financiamento em instrumentos de taxa fixa e de maturidades longas, ou seja, de cinco e dez anos, tem conduzido a uma subida progressiva da duração da carteira. Esta estratégia será desenvolvida nos próximos anos, mantendo-se as seguintes linhas de acção:

- Financiamento baseado num número baixo de instrumentos, tendo como objectivo a promoção da sua liquidez;
- Desenvolvimento de uma rede de distribuição sólida e ampliada, baseada na área do euro, para a distribuição dos valores do Tesouro;
- Definição da área do euro como o horizonte espacial de referência, para a colocação da dívida pública portuguesa.

Segundo o MF (2000), simulou-se o impacto de uma variação de 0,3 % no crescimento do PIB, no período 2001-2004, resultante de uma variação da procura externa. Entre o ano de 2000 e 2004, a queda do défice orçamental em percentagem do PIB foi de

1,5%[176]. Esta evolução apresenta a melhoria estrutural das finanças públicas no período do PEC.

A República Portuguesa (2005) menciona que o rácio da dívida pública manteve em 2004 a trajectória de grande crescimento que vem registando desde 2000, colocando-se no final do ano em 61,9% do PIB, mais 1,8% do PIB do que no final de 2003. Esta subida deveu-se ao diferencial positivo entre a taxa de juro implícita da dívida pública e a taxa de crescimento nominal do PIB, bem como aos altos ajustamentos défice-dívida, que decorreram particularmente dos pagamentos de dívidas comerciais de anos transactos decididos no âmbito do OR do ano de 2004[177].

A diminuição do défice público, entre o ano de 2003 e 2004, passou de 5,4% para 5,2% do PIB, quando excluídas as receitas extraordinárias[178]. O saldo global e o saldo primário inerentes melhoram 0,5% e 0,4% do PIB, no ano de 2004. A variação do défice do ano de 2003 para 2004, em percentagem do PIB, excluindo as receitas extraordinárias, desenvolve-se do seguinte modo: a receita corrente e a despesa corrente primária aumentaram 1,3% e 0,8% do PIB (República Portuguesa, 2005 e Baptista, 2006).

O Orçamento de Estado é um documento executado pelo MF e que o Governo subordina à aprovação da Assembleia da República, onde se descrevem as despesas que o Estado pressupõe efectuar e as receitas que estima receber, durante o ano que se segue à sua aprovação. É um instrumento de intervenção essencial, porque salienta as prioridades do Governo para o ano em questão. As despesas de maior valor condizem às áreas de actuação política em que o Governo está a apostar mais intensamente[179].

Sintetizando, o OE constitui um elemento económico, porque permite realizar uma previsão financeira dos gastos e receitas[180] da Administração Pública (AP), como um constituinte político, na medida em que a sua aprovação dá autorização para a actuação prevista no documento[181] (ver Figura nº 2).

[176] É acompanhada por uma redução sustentada do défice estrutural que, ao nível acumulado, é igual a 1,3% do PIB.
[177] Aprovado no último trimestre do ano.
[178] E de 5,7 para 5,3% do PIB quando se excluem igualmente as vendas de activos.
[179] Pois, neste contexto, todas as decisões divulgam uma intenção ou linha de orientação.
[180] O modo como é alcançada a receita, também pode dar indiciações sobre os objectivos do Governo.
[181] É como um elemento jurídico, pois o próprio documento é apresentado sob a forma de lei.

Figura nº 3: O Equilíbrio Orçamental

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL
Despesas Correntes = Receitas Correntes
DÉFICE ORÇAMENTAL
Despesas Correntes > Receitas Correntes
SUPERÁVIT ORÇAMENTAL
Receitas Correntes > Despesas Correntes

Fonte: Elaboração Própria (2013)

Como em qualquer orçamento, para existir equilíbrio, é essencial que as despesas correntes sejam cobertas pelas receitas correntes.

De acordo com a RP (2005) relativo à despesa corrente primária, a variação esteve centrada nas transferências correntes para as famílias, isto é, mais 0,7% do PIB do que no ano de 2003, embora o consumo intermédio das administrações também tenha aumentado 0,1% do PIB. Portanto, como nos anos passados, a subida das transferências para as famílias evidenciam a subida da despesa com o pagamento de pensões, em mais de 0,6% do PIB[182]. Porém, não foi a despesa corrente primária que explicou a ligeira baixa do défice no ano de 2004. A melhoria dos indicadores de saldo subjacente deveu-se, apenas à enorme subida da receita corrente, que passou de 40,3% do PIB, no ano de 2003, para 41,6% em 2004. Esta melhoria é difundida a todas as grandes componentes da receita corrente, com peculiar realce para os impostos sobre o rendimento e património e para as contribuições sociais. Quanto às contribuições sociais, a melhoria é apenas óbvia[183]. Tendo em conta a receita de impostos sobre o rendimento e património, o aumento concentrou-se no IRC, que aumentou 0,4% do PIB face ao ano de 2003. No cenário de crescimento económico muito prudente e da baixa da taxa deste imposto de 30% para 25% introduzida no OE para 2004, a subida é explicada especialmente por alguns factores especiais que influenciaram a cobrança do imposto, por algumas iniciativas dos serviços tributários no sentido da melhoria da cobrança de impostos em atraso e ainda, por o impacto da baixa da taxa sobre a suspensão de pagamentos por conta[184] no final do ano de 2004 não ter sido claro[185]. Todavia, significa que a receita que mais contribuiu para a melhoria do saldo no ano de 2004, foi a receita dos impostos sobre

[182] Para o aumento que resta contribuem essencialmente as despesas com a saúde.
[183] Deve-se à subida da transferência do Estado para a CGA, destinado a cobrir o défice de exploração do sub-sistema de pensões dos funcionários públicos.
[184] Adiantamenrto do IRS/IRC ao Estado.
[185] O que implica que se fará sentir apenas nas cobranças em 2005.

produção e importação, mostrando uma subida no ano de 2004[186] de 0,2%. Deste modo, mais de metade desta subida[187] é devida ao factor especial ligado com a cobrança do Imposto sobre o Tabaco.

No OE para o ano de 2005, foi contido um aumento deste imposto. Assim, a principal empresa produtora teve que antecipar a inserção no consumo de enormes quantidades de tabaco, ainda à taxa anterior, para fornecer o mercado antes da referida subida. Logo, uma decisão do OE para o ano de 2005 acabou por beneficiar a receita de 2004, esvaziando de forma simétrica a receita deste imposto no ano de 2005.

Os recebimentos de dividendos de empresas públicas[188], incluídos nas outras receitas correntes, foram beneficiados em 2004 quer por recebimentos de carácter não repetível, quer por antecipações de entregas de dividendos que, em situação normal, apenas deveriam ter sido recebidos pelo Estado no ano de 2005.

O Expresso de 25 de Fevereiro de 2008, salienta que o Relatório Conjunto de 2008 sobre a Protecção e Inclusão Social, actualmente difundido em Bruxelas, mostra que, em Portugal, "o risco de pobreza após transferências sociais e as desigualdades na distribuição dos rendimentos são das mais altas da UE". Este documento mostra ainda que a população mais idosa[189], as mulheres e as crianças são as mais afectadas pela pobreza, pelo que as despesas com a protecção social mostravam 24,9% do PIB[190]. Na análise detalhada que faz do cenário português, Bruxelas reconhece "seis riscos multidimensionais e sistémicos que influenciam substancialmente a inserção em Portugal", sendo o primeiro dos quais a “pobreza infantil” e “pobreza dos idosos”.

A participação baixa em acções de aprendizagem ao longo da vida, a info-exclusão, as desigualdades no acesso aos direitos dos indivíduos com deficiência e ainda dos imigrantes, são outros riscos identificados. Quanto à teoria e à certeza histórica dos modos de desenvolvimento, podemos aludir uma lista generalizada de políticas e instituições que demarcam o sucesso dos países a longo prazo como os mercados eficientes, grau elevado de abertura da economia sem grandes distorções, estabilidade macroeconómica, recursos humanos com alto nível de educação, desenvolvimento da tecnologia[191], administração

[186] Em percentagem do PIB.
[187] 150 milhões.
[188] Ou empresas com participação pública no capital.
[189] E especialmente do sexo feminino.
[190] Afastada da média de UE de 27,3 %.
[191] Da investigação e da inovação.

pública qualificada, sólido e estável estado de direito, com justiça independente[192]. Assim, parece ser o essencial para um bom governo que garanta o desenvolvimento do país (Baptista, 2006).

A seguir ao momento em que o escudo foi substituído pelo euro[193], a inflação e o financiamento monetário deixaram de poder ajudar para fazer face aos défices orçamentais[194].

O dilema da sustentabilidade das finanças públicas passou a ser de elevada gravidade. O avanço do défice público, rectificado das receitas das privatizações e dos artifícios da cosmética orçamental, a que tão amplamente se socorreu, mostra que os sucessivos governos estiveram longe de se mostrarem à altura da responsabilidade de contenção orçamental[195], nos anos 90. Não obstante, a democracia portuguesa contínua, como no passado, a ser incapaz de assegurar a necessária disciplina orçamental[196]. Até agora, Portugal tem sido o único país da União Económica e Monetária a violar as regras do PEC, apesar da dureza das sanções que lhe podem vir a ser aplicadas[197], reforça a presença dessa hipótese[198] (Baptista, 2006). Até agora, a disciplina do PEC não se tem apresentado suficiente. Porém, sem ela, o risco da dívida pública se vir a tornar insustentável seria, sem dúvida, muito mais elevado. Sem o PEC, acabaria por sobressair a restrição dos mercados financeiros e essa seria, sem dúvida, muito mais perigosa, além de que poderia chegar tarde demais sob o modo de um *default*. Nos últimos anos o PEC tem proporcionado que o nível das taxas de juro da dívida, em Portugal, não seja muito maior do que o da Alemanha ou da França[199]. Assim, poderá alegar-se que talvez nenhum outro país da Zona Euro tenha beneficiado tanto com o PEC como Portugal.

[192] Assegurando os direitos e boa execução dos contratos.
[193] Março de 2001.
[194] E à acumulação da dívida pública.
[195] Que a adesão ao euro veio a impor.
[196] O espectro de uma bancarrota como a de 1981, embora longínquo, não seria totalmente de afastar, se não nos fosse imposta uma disciplina externa adaptada.
[197] Por não cumprir as metas do défice do PIB e da divida pública.
[198] Ser multado pelo montante em divida e até sair do PEC e do Euro.
[199] Sem este pacto, ocasionava prémios de risco altos.

Quadro nº 1: Evolução do Saldo Orçamental

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
U E	-7,2	-4,2	-2,7	-1,9	-1,0	0,6	-1,5	-2,6	-3,2	-2,9	-2,4	-1,4	-0,8	-2,3	-6,8	-6,5	-4,4
Zona Euro	-7,5	-4,3	-2,8	-2,3	-1,5	-0,1	-1,9	-2,7	-3,1	-2,9	-2,5	-1,3	-0,6	-2,0	-6,3	-6,2	-4,2
Alemanha	-9,5	-3,4	-2,8	-2,3	-1,6	1,1	-3,1	-3,8	-4,2	-3,8	-3,3	-1,6	0,2	0,0	-3,3	-4,2	-0,8
Áustria	-5,8	-4,0	-1,8	-2,4	-2,3	-1,7	0,0	-0,7	-1,5	-4,4	-1,6	-1,6	-0,6	-0,4	-3,4	-4,5	-2,5
Bélgica	-4,5	-4,0	-2,2	-0,9	-0,6	0,0	0,4	-0,1	-0,1	-0,1	-2,7	0,3	-0,2	-1,2	-6,0	-3,7	-3,7
Bulgária	:	:	:	1,2	0,1	-0,5	1,1	-1,2	-0,4	1,9	1,9	3,0	0,1	1,8	-3,9	-3,1	-2,0
Chipre	-0,9	-3,2	-5,1	-4,2	-4,3	-2,3	-2,2	-4,4	-6,6	-4,1	-2,4	-1,2	3,4	0,9	-6,1	-5,3	-6,3
Dinamarca	-2,9	-2,0	-0,6	0,0	1,3	2,3	1,5	0,4	0,1	2,1	5,2	5,2	4,5	3,4	-2,7	-2,5	-1,8
Eslováquia	-3,4	-9,9	-6,3	-5,3	-7,4	-12,3	-6,5	-8,2	-2,8	-2,4	-2,8	-3,5	-1,9	-2,3	-6,8	-7,7	-5,1
Eslovénia	-8,3	-1,1	-2,3	-2,4	-3,0	-3,7	-4,0	-2,4	-2,7	-2,3	-1,4	-1,3	0,0	-1,7	-5,5	-5,9	-6,3
Espanha	-7,2	-5,5	-4,0	-3,0	-1,3	-0,9	-0,5	-0,3	-0,3	-0,1	1,0	2,0	1,9	-4,1	11,2	-9,6	-9,6
Estónia	1,1	-0,3	2,2	-0,7	-3,5	-0,2	-0,1	0,3	1,7	1,6	1,6	2,3	2,6	-2,7	-1,7	0,2	1,1
Finlândia	-6,1	-3,4	-1,3	1,7	1,7	7,0	5,1	4,2	2,6	2,5	2,8	4,0	5,2	4,2	-2,2	-2,5	-0,7
França	-5,5	-4,0	-3,3	-2,6	-1,8	-1,5	-1,5	-3,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5	-7,1	-5,3
Grécia	:	:	:	:	:	-3,7	-4,5	-4,8	-5,6	-7,5	-5,2	-2,9	-3,7	-7,7	13,6	-10,7	-9,5
Hungria	-8,8	-4,4	-6,0	-8,0	-5,5	-3,0	-4,1	-9,0	-7,3	-6,5	-7,9	-9,3	-5,0	-3,8	-4,0	-4,3	4,3
Irlanda	-2,2	-0,3	1,0	2,2	2,6	4,9	0,9	-0,4	0,4	1,4	1,7	3,0	0,3	-7,3	14,3	-30,6	-13,1
Itália	-7,4	-7,0	-2,7	-2,7	-1,9	-0,8	-3,1	-3,1	-3,6	-3,5	-4,3	-3,3	-1,5	-2,7	-5,3	-4,5	-3,8
Letónia	-1,6	-0,4	1,5	0,0	-3,9	-2,8	-2,0	-2,3	-1,6	-1,0	-0,4	-0,5	-0,3	-4,1	-9,0	-8,1	-3,6
Lituânia	-1,5	-3,2	-11,7	-3,0	-2,8	-3,2	-3,5	-1,9	-1,3	-1,5	-0,5	-0,4	-1,0	-3,3	-8,9	-7,2	-5,5
Luxemburgo	2,4	1,2	3,7	3,4	3,4	6,0	6,1	2,1	0,5	-1,1	0,0	1,3	3,7	2,9	-0,7	-0,8	0,1
Malta	-3,7	-7,9	-7,4	-9,7	-6,9	-5,7	-6,3	-5,7	-9,0	-4,6	-2,9	-2,6	-2,2	-4,5	-3,8	-3,5	-2,8
Países Baixos	-9,2	-1,9	-1,2	-0,9	0,4	2,0	-0,2	-2,1	-3,1	-1,7	-0,3	0,5	0,2	0,7	-5,3	-5,1	-4,3
Polónia	-4,4	-4,9	-4,6	-4,3	-2,3	-3,0	-5,3	-5,0	-6,2	-5,4	-4,1	-3,6	-1,9	-3,7	-7,1	-7,9	-5,0
Portugal	-5,4	-4,9	-3,7	-3,9	-3,1	-3,3	-4,8	-3,4	-3,7	-4,0	-6,1	-3,9	-2,6	-2,8	-9,4	-9,8	-4,3
Reino Unido	-5,9	-4,3	-2,2	-0,1	0,9	3,5	0,4	-2,1	-3,5	-3,5	-3,1	-2,6	-2,7	-4,9	11,5	-10,1	-7,7
República Checa	-12,8	-3,1	-3,6	-4,8	-3,6	-3,6	-5,6	-6,5	-6,7	-2,8	-3,6	-2,6	-0,7	-2,7	-5,9	-4,7	-3,2
Roménia	-2,0	-3,6	-4,4	-3,2	-4,4	-4,7	-3,5	-2,0	-1,5	-1,2	-1,2	-2,2	-2,5	-5,4	-8,3	-6,8	-5,6
Suécia	-7,4	-3,2	-1,5	0,7	0,9	3,6	1,5	-1,3	-1,0	0,6	2,3	2,5	3,8	2,5	-0,5	0,3	0,2

Fonte: Eurostat, *Euroindicators*, 2014.

Geralmente para todos os países registaram-se taxas negativas ao longo dos anos. Entre os anos de 1995[200] a 2011, para a UE as taxas são decrescentes, embora em 2008 até 2010 têm sido mais negativas. Em 2011 baixou para -4,4% tendo havido uma ligeira subida. No ano de 2000 houve uma excepção com a única taxa positiva ao longo dos anos e estudo.

[200] Segundo o INE (2013), apenas existem dados para a Dívida Pública e Saldo orçamental, desde 1995 e não entre 1980 a 1994. Embora se houver dados a partir de 1980, não são comparáveis devido a diferentes metodologias de cálculo.

Na zona euro ao longo dos anos constata-se que todas as taxas são negativas, para todos os países em estudo, no entanto o menor decréscimo verifica-se em 2000 com 0,1%. Em 2008 houve um aumento das taxas negativas com a entrada da crise diminuindo ligeiramente em 2011 para -4,4%.

Em Portugal as taxas também são todas negativas com um maior agravamento entre 2008 e 2010.

Em 2009, de acordo com o Eurostat (2010), o país revelou um défice de 9,4% do PIB e uma dívida pública de 76,8%[201]. Estes valores situam-se claramente muito acima do desejável, o que deixa a economia portuguesa numa posição muito fraca. O sinal dessa vulnerabilidade, reside no facto de ultimamente as principais agências de *rating* terem revisto em baixa o *rating* para o país.

O problema do país é, antes de mais, um problema de sobreendividamento[202]. Portugal tem tido, desde sempre, um problema antigo de finanças públicas. Os contínuos governos, mesmo com algum crescimento económico, foram incapazes de equilibrar as contas públicas. Entre 1974 e 1985, a dívida pública ascendeu cerca de 14% para 58% do PIB, como resultado de insistentes défices orçamentais. Nas duas décadas seguintes, de 1986 a 2007, pouco aumentou, mas pode alegar-se que este é um efeito evidente, pelo que os défices públicos mantiveram-se e a taxa de crescimento do produto não foi suficiente para manter constante o quociente da dívida/produto. Em 2009 a Estónia, a Finlândia e a Suécia revelaram ser os melhores comportados e cumpridores dos critérios com -1,7, -2,2 e -0,5.

[201] Isto significa, que a dívida pública alcançou mais de 76% do total da riqueza criada em Portugal, riqueza essa medida pelo PIB.

[202] Ao reduzir o *rating*, a restrição ao financiamento externo atinge contornos débeis e a posição do país fica comprometida.

Quadro nº 2: Evolução da Dívida Pública

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
UE	:	69,9	68,1	66,2	65,6	61,8	60,9	60,3	61,9	62,2	62,7	61,3	58,7	61,6	73,6	80,0	82,4
Zona Euro	72,0	73,7	73,2	72,8	71,7	69,2	68,2	68,0	69,2	69,6	70,1	68.3	66	69,4	78,7	85,4	87,3
Alemanha	55,6	58,5	59,8	60,5	61,3	60,2	59,1	60,7	64,4	66,2	68	67,6	65	66	73,2	82,5	80,0
Áustria	68,2	68,1	64,1	64,4	66,8	66,2	66,8	66,2	65,3	64,7	63,9	62,2	59,5	62,6	66,5	72,3	72,8
Bélgica	130,2	127,2	122,5	117,2	113,6	107,8	106,5	103,4	98,4	94,0	92,1	88,1	84,2	89,8	96,7	95,7	98,0
Bulgária	:	:	108,3	77,6	77,6	72,5	66,0	52,4	44,4	37,0	29,2	22,7	18,2	14,1	14,8	16,2	16,3
Chipre	51,8	53,1	57,4	59,2	59,3	59,6	61,2	65,1	69,7	70,9	69,1	64,6	58,3	48,4	56,2	61,3	71,5
Dinamarca	72,6	69,4	65,4	61,4	58,1	52,4	49,6	49,5	47,2	45,1	37,1	32,1	27,4	34,2	41,6	42,7	46,4
Eslováquia	22,1	31,1	33,7	34,5	47,8	50,3	48,9	43,4	42,4	41,5	34,2	30,5	29,3	27,7	35,7	41,0	43,4
Eslovénia	18,6	21,9	22,4	23,1	24,1	26,3	26,5	27,8	27,2	27,3	15,8	26,7	23,4	22,6	35,9	38,7	47,1
Espanha	63,3	67,4	66,1	64,1	62,4	59,4	55,6	52,6	48,8	46,3	43	39,6	36,1	39,7	53,2	61,7	70,5
Estónia	8,2	7,6	7,0	6,0	6,5	5,1	4,8	5,7	5,6	5,0	4,6	4,5	3,8	4,6	7,2	6,7	6,1
Finlândia	56,6	57,0	53,9	48,4	45,7	43,8	42,5	41,5	44,5	44,4	41,8	39,3	35,2	34,2	44	48,7	49,2
França	55,5	58,0	59,2	59,4	58,9	57,3	56,9	58,8	62,9	64,9	66,4	63,7	63,8	67,5	77,6	82,4	85,8
Grécia	97,0	99,4	96,6	94,5	94,0	103,4	103,7	101,7	97,4	98,6	100	97,1	95,7	99,2	115	148,3	170,3
Hungria	85,6	72,4	62,9	60,9	60,8	56,1	52,7	55,9	58,6	59,5	61,8	65,6	65,9	72,9	78,3	82,2	82,1
Irlanda	80,1	72,1	63,6	53,0	47,0	37,0	34,5	31,8	31,0	29,4	27,6	24,9	25	43,9	64	91,2	104,1
Itália	120,9	120,2	117,5	114,3	113,1	108,6	108,3	105,4	104,1	103,7	106	107	104	106	116	119,3	120,7
Letónia	15,1	13,9	11,1	9,6	12,5	12,4	14,1	13,6	14,7	15,0	12,4	10,7	9	19,5	36,1	44,4	41,9
Lituânia	11,5	13,8	15,4	16,5	22,7	23,6	23,0	22,2	21,0	19,3	18,4	18	16,9	15,6	29,3	37,8	38,3
Luxemburgo	7,4	7,4	7,4	7,1	6,4	6,2	6,3	6,3	6,2	6,3	6,1	6,6	6,7	13,7	14,5	19,5	18,7
Malta	34,2	38,6	46,7	51,8	55,2	53,9	58,9	57,9	66,0	69,8	70,2	63,6	69,1	63,7	69,1	66,8	69,5
Países Baixos	76,1	74,1	68,2	65,7	61,1	53,8	50,7	50,5	52,0	52,4	51,8	47,4	45,5	58,2	60,9	63,4	65,7
Polónia	49,0	43,4	42,9	38,9	39,6	36,8	37,6	42,2	47,1	45,7	47,1	47,7	45	47,2	51	54,9	56,2
Portugal	59,2	58,2	55,5	51,8	51,4	50,7	53,8	56,8	59,4	61,9	63,6	64,7	63,6	66,3	76,8	94,0	108,2
Reino Unido	51,2	51,3	48,7	45,8	43,0	40,5	37,3	37,1	38,7	40,3	41,8	43,5	44,7	52	68,1	78,4	84,3
República Checa	14,0	11,9	12,6	14,5	15,8	17,8	23,9	27,1	28,6	28,9	29,7	29,4	29	30	35,4	38,4	41,4
Roménia	6,6	10,6	15,0	16,8	21,7	22,5	25,7	24,9	21,5	18,7	15,8	12,4	12,6	13,3	23,7	30,5	34,7
Suécia	72,8	73,3	71,2	69,9	64,3	53,9	54,7	52,5	51,7	50,3	51	45,7	40,8	38,3	42,3	39,4	38,6

Fonte: Eurostat, *Euroindicators*, 2014.

Em geral entre os anos de 1995 a 2008, para todos os países em estudo, a dívida tem vindo sempre a subir até 2011.

Para a UE, desde 1995 a 2008, tem oscilado em torno dos 60% aproximadamente. A partir de 2009, o valor passou os 70% e foi sempre a subir atingindo os 82,4% em 2011.

No período entre 1995 a 2008, na zona Euro, oscila em torno dos 70% e em 2009, transpõe os 80%, subindo até aos 87,3% em 2011.

Entre 1995 a 2007, para Portugal tem vindo sempre a subir, embora em 2008 com a entrada da crise teve uma subida maior, atingindo os 108,2 em 2011.

Em 2013, com a crise política, a dívida pública do PIB agravou-se para os 127,4%, a taxa de desemprego ultrapassou os 17%, com cerca de um milhão de desempregados e a taxa de desemprego jovem rondou os 40%.

A evolução recente do défice e da dívida pública não podem ser separadas da crise económica e financeira começada no segundo semestre do ano de 2008[203].

No ano de 2008, o défice orçamental para a UE (ver Quadro nº 1), em percentagem do PIB, subiu 1,5% e 1,4% na Zona Euro. Comparativamente à dívida pública (ver Quadro nº 2), analisam-se aumentos de 2,9 % e 3,4% para a UE e para a Zona Euro, respectivamente.

Em 2008[204], os únicos países que não assinalaram uma queda das finanças públicas foram a Hungria, a Bulgária, a Áustria e os Países Baixos. Apenas sete países mostraram remanescentes orçamentais: Bulgária, Dinamarca, Luxemburgo, Chipre, Países Baixos, Finlândia e Suécia[205]. Os maiores acréscimos registaram-se na Espanha, na Irlanda, na Estónia, no Reino Unido e na Grécia. Assim, Portugal registou um aumento de apenas 0,2%, respeitante ao ano de 2007.

Quanto à dívida pública, também se assinalaram aumentos exorbitantes[206]. Os Estados-Membros que mostraram rácios em percentagem do PIB mais elevados, muito acima dos 3% do valor de referência, foram a Grécia, a Espanha, Portugal, a Irlanda e o Reino Unido.

De acordo com o Quadro nº 1, em 2009, a tendência declinante das contas públicas[207] agravou-se. Os valores subiram 4,5% e 4,3% para a UE e para a Zona Euro respectivamente.

Os maiores défices em percentagem do PIB foram atingidos pela Irlanda e pela Grécia. Portugal foi o quinto maior défice assinalado[208]. Os doze Estados-Membros mostraram valores acima dos 60% da divida pública de referência, pelo que Portugal registou o sexto pior valor com 76,8%.

Segundo o Eurostat (2010), quanto à crise actual na economia portuguesa, o grande problema da economia portuguesa é o actual sobreendividamento. Os valores de 2008

[203] A falência do banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers* conduziu a uma subida geral da aversão ao risco e dos níveis de incerteza. As expectativas e os níveis de confiança dos agentes diminuíram de forma radical.
[204] Esta evolução é quase universalizada.
[205] As maiorias dos países membros encontram-se em situação de défice orçamental.
[206] O aumento das necessidades de financiamento e a baixa do crescimento nominal do PIB.
[207] Saldo Orçamental.
[208] Nenhum país registou um ganho orçamental.

mostram que o endividamento total externo de Portugal em relação ao PIB era de 106% e a crescer entre 8% a 9% do PIB ao ano[209]. O PIB já não é um indicador adaptado, porque a taxa de endividamento em relação ao exterior é enorme. Os juros pagos ao exterior são bastante superiores ao que se cobra de aplicações realizadas. Nos últimos anos, o valor real do crescimento do PIB acaba por ser muito baixo em relação ao assinalado nas estatísticas, devido exactamente à quantidade de juros pagos[210].

Este aumento de financiamento externo resulta do caso dos agentes económicos[211] terem um ritmo de endividamento alto. Se não houvesse este endividamento, não seria possível obter as taxas de investimento e consumo que Portugal tem tido nos últimos anos.

Apesar da situação portuguesa ser diferente da Grécia e da Islândia, existe o risco de nos próximos anos, virem a acontecer os mesmos problemas.

Em 2009, a economia portuguesa evidencia uma particularidade. Apesar dos valores da dívida pública serem cerca de 77%, o valor real é superior, ficando nos 108%.

Consequentemente, é necessário analisar o endividamento de toda a economia, logo as empresas públicas financiam-se com crédito bancário para os grandes projectos de investimento. Deste modo, o Estado arrasta as empresas através de *project finance* para alcançarem financiamentos bancários[212]. O governo português segue o método de contabilização que analisa só a dívida directa do Estado[213], embora a verdadeira dívida seja a soma de três elementos: a dívida directa, a dívida das empresas públicas e os encargos assumidos com parcerias público-privadas.

Segundo Pereira (2009), em 2009 a dívida pública era estatisticamente superior a 100 % do PIB com 76,8% exibidos pelo Eurostat, devido fundamentalmente a três tipos de medidas: desorçamentação, privatizações e aumento da carga fiscal. A resolução é vender o património do Estado para diminuir a dívida [214] e outro subir a carga fiscal para evitar défices enormes [215]. A estratégia foi afastar do sector da Administração Pública as instituições que

[209] Será difícil medir o rendimento e o bem estar de Portugal em termos do PIB.
[210] Segundo António José Seguro, a Angela Merkel pede dinheiro a 1% ao BCE e empresta a pelo menos 5% a Portugal. A emissão da divida é superior nos países do norte como a Alemanha, porque geram mais liquidez. Têm maior capacidade de emprestar dinheiro, logo a taxa da emissão da divida reduziu de 3,5% para 1%.
[211] Empresas e famílias.
[212] Actualmente, é dívida que não está orçamentada.
[213] Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia alega que Portugal está preocupado só com a consolidação orçamental e tem de implementar mais medidas directas para resolver o desemprego.
[214] Algo já feito por governos anteriores e muito criticado. Por exemplo, a Ministra Manuela Ferreira Leite com a venda da PT.
[215] Algo que está a ser feito pelo actual Governo e igualmente muito criticado. O PM alega que já não há margem para subir mais os impostos.

necessitam de recorrer à dívida e inclui-las no Sector Público Empresarial (SPE)[216]. Assim com estas estratégias houve alterações na dívida.

Esta insustentabilidade crónica das finanças públicas gerou uma carga nas gerações vindouras[217]. Os encargos e os juros poderiam ter usos opcionais, ou seja, para amortização da dívida. Tudo o que é investimento público e que não tem rentabilidade, sobrecarregará as gerações vindouras, especialmente quando os pagamentos do Estado às empresas são tardios[218].

De acordo com a Macroeconomia, o aumento dos gastos do Estado estimula o rendimento nacional[219], sendo essencial antes de mais, ver em que medida esses gastos serão financiados. Com os novos investimentos[220] a dívida do Estado irá ser cada vez maior, porque todo este investimento está assente em mais endividamento. Assim, existe todo um custo de oportunidade[221] ligado aos recursos empregues nestes novos investimentos, pelo que o rendimento por eles criado não é directo[222].

Em Março de 2010, neste cenário de crise, houve uma actualização do PEC. Esta actualização pressupõe a correcção do défice exagerado até 2013, através de um conjunto de medidas específicas. Em Maio de 2010, foram definidas medidas orçamentais adicionais[223] e tinham como objectivo a rapidez da consolidação orçamental do país.

2.3.3.1. Risco da Dívida Pública

O risco aumenta à medida que a dívida pública aumenta. Os *Credit Default Swaps* são seguros financeiros que ajudam os titulares da dívida da falência do emissor. Os CDS de Portugal, quer a cinco quer a dez anos, têm vindo a aumentar. O CDS é uma taxa de juro[224] paga para livrar do risco quem compra títulos da dívida pública[225]. O mecanismo acaba por funcionar como um círculo vicioso. Assim, se os CDS aumentam, o *rating* corre o risco de ser

[216] Já que a quase totalidade da dívida do SPE não está contabilizada como dívida pública.
[217] Desenvolvimento Sustentável.
[218] É necessário reflectir sobre a aposta do Governo nos grandes investimentos públicos.
[219] Modelo IS/LM, assenta no equilíbrio entre o mercado de bens e serviços e o mercado monetário. IS assenta no equilíbrio entre os aforradores e os investidores. LM mostra a procura de moeda que tem de ser compensada com a oferta de moeda.
[220] O TGV, as novas estradas concessionadas, o novo aeroporto, entre outros.
[221] Alternativa para obter mais de um recurso, sendo necessário sacrificar o outro recurso (eficiência de Pareto).
[222] Em alguns casos é mesmo discutível.
[223] Entre as quais o aumento da carga fiscal do IRC e IRS.
[224] Os CDS são produtos do mercado não regulamentados, mais particularmente seguros da área financeira, que estiveram na base da crise iniciada em 2007 e que ganhou significado em 2008.
[225] Como por exemplo as Obrigações do Tesouro.

cortado e o preço da dívida pública sobe. Deste modo, o país passa a pagar mais taxa de juro pelo dinheiro que pede emprestado.[226] Quanto maior é o risco, mais alto é o retorno pedido pelos investidores que compram títulos da dívida pública.

2.3.3.2. Perspectivas e Cenários Futuros

Os cenários que se traçam para a economia portuguesa não são os mais benéficos. O objectivo de desenvolvimento da economia e a retoma do crescimento económico pela via do emprego, são dificultados pelo endividamento exagerado da economia nacional.

O presente modelo de crescimento económico português, baseado no endividamento, tem que ser infalivelmente mudado. A dívida pública está a aumentar a um ritmo demasiado exorbitante. Porém, mesmo que durante a próxima década a economia portuguesa consiga obter níveis de crescimento semelhantes aos da UE[227], com os actuais níveis de crescimento anual do endividamento estão a diminuir-se valores percentuais ao PIB[228].

Apenas daqui a uma década, a dívida directa do Estado deverá ficar inferior a 60% do PIB. Esta é, pelo menos, a opinião conciliada de alguns economistas [229].

Baseados a estes valores, expostos no estudo do BPI, está a dívida directa do Estado, os compromissos líquidos das empresas públicas, das regiões autónomas e dos municípios. Assim, afirmou Fernando Ulrich[230] "com o crescimento económico baixo, o superavit primário não é suficiente para cancelar os efeitos automáticos da dívida pública. Consequentemente, a dívida pública consolidada vai crescer".

No quadro mais optimista, se as receitas crescerem mais depressa do que tem sucedido nos últimos anos, a dívida reduz-se até aos 115 % do PIB até 2040. Num quadro intermédio, o endividamento do Estado passa para 147% do PIB. No quadro mais pessimista, as receitas aumentaram já a partir de 2013, mas será necessário o equivalente a três anos de produção do país para pagar toda a dívida.

Em torno da actualidade do tema, este é infalivelmente uma matéria sem fim. Falta esperar que as últimas medidas de consolidação orçamental forneçam resultado e que o equilíbrio das contas públicas seja uma realidade nacional.

[226] Dado que o mercado considera que o risco de incumprimento subiu.
[227] O que não se tem evidenciado.
[228] Se a situação não se modificar, daqui a uns anos ter-se-á regredido aos níveis da pré-adesão à CEE de 1986.
[229] Entre eles Miguel St. Aubyn, numa entrevista concedida à Lusa, em Janeiro de 2010.
[230] Presidente do BPI.

A economia portuguesa assinalou uma grande recessão no ano de 2009, registando-se uma forte queda do emprego e uma subida sem precedentes da taxa de desemprego. Neste sentido a evolução das finanças públicas, no ano de 2009, ficou assinalada pela subida exagerada no rácio da dívida pública e no défice orçamental.

Esta situação permanece envolvida de um alto nível de incerteza, já que o aumento das receitas fiscais é difícil de reconhecer, num cenário como o contemporâneo.

A preocupação desta investigação é salientar o papel das mobilizações sociais e mostrar o seu contributo na comunidade. Assim, numa localidade onde o poder central não consegue fazer chegar o seu poder para promover esse local, a mobilização social é um modo de as sociedades locais, que se encontram na orla do poder político, conseguirem alcançar os seus objectivos em prol das regiões onde as sociedades estão inseridas.

A investigação desta dissertação concentrou-se no desenvolvimento da crise, crescimento económico e planeamento participativo, caracterizando o seu contributo nos projectos e nas sociedades envolventes. A óptica da participação como modo de *empowerment* das sociedades[231], começa a ganhar relevo e a ser habitual nos desenvolvimentos dos projectos.

O *empowerment* colectivo salienta a importância do respeito pelas identidades culturais[232], em todas as etapas do exercicio do desenvolvimento. Com base no planeamento participativo procura-se integrar o conhecimento da população no projecto, ou seja, pode-se salientar que a participação decorre de uma aprendizagem social, que é compartilhada por todos (Friedmann, 1996).

A concepção de desenvolvimento aparece usualmente relacionada com a resolução dos problemas de desenvolvimento de muitos países pobres, supondo o desenvolvimento que haja crescimento económico para uma mudança socioeconómica[233].

A matéria do desenvolvimento através das necessidades principais, pelo que a concepção dos critérios do surgimento das oportunidades ocasiona um total desenvolvimento social, físico, da personalidade humana e mental. O desenvolvimento endógeno exibe a importância do exlibris dos recursos locais no decurso do desenvolvimento (Streeten 1977, cit

[231] Consentem o seu lugar no processo de tomada de decisões, que na nossa opinião, é uma das características-chave deste processo.
[232] Enaltecendo a participação democrática dos pobres.
[233] A teoria neo-marxista define a carência de desenvolvimento como um factor do capitalismo.

in Diniz, 2010:34). Um desenvolvimento integrado[234], neste prisma abrange toda a área social, económica e ambiental, entre outras.

O conceito de desenvolvimento é visto no aspecto de um país rico e não na prespectiva dos PVD. Deste modo os princípios de desenvolvimento, de bem-estar e qualidade de vida não são iguais em todas as comunidades.

Segundo o PNUD (2010:70) e Murteira (1983) a concepção de desenvolvimento, relacionado com a liberdade, é um novo paradigma da sociedade actual. Assim, possibilita ter um papel decisivo na construção dos seus quadros políticos, sendo a liberdade humana fundamental no desenvolvimento. É um processo que deriva de factores de mudança social e liga-se ao desenvolvimento do adequado sistema capitalista mundial.

A concepção de desenvolvimento abrange a noção de crescimento, ou seja, o desenvolvimento traduz a diversidade das formas socioeconómicas, sendo um processo inclusivo do alargamento das liberdades ao nível económico, político, e de participação. Na minha opinião, na última década, investiu-se muito em betão, centros comerciais, auto-estradas e agora não há uma administração que suporte tais serviços. Logo, houve um semifalhanço dos fundos comunitários nas últimas decadas.

As escolhas de desenvolvimento a adoptar pelas várias regiões do país, do período de programação de 2007 a 2013, não podem deixar de tomar em reconhecida ponderação o quadro de referência nacional e comunitário de orientações, políticas e prioridades que foram continuadas durante esse período. As orientações que envolveram as estratégias regionais, encontram-se estabelecidas nos seguintes documentos: Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN); Orientações Estratégicas Comunitárias para a Política de Coesão (OECPC), Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE).

As orientações seguiram o percurso avançado pelo Conselho Europeu de Lisboa, em 2000. Nessa conjuntura, a Europa deve actualizar os suportes da sua competitividade, fomentando o seu potencial de crescimento e a sua produtividade, fortalecendo a coesão social e promovendo especialmente o crescimento, no enaltecimento do capital humano, na inovação e na criatividade.

Os Fundos Estruturais são parte incluída da Estratégia de Lisboa, tomando os objectivos defenidos e passando a ser um vector principal da sua execução, baseado nos

[234] Termo introduzido no Rio de Janeiro em 1993 com o desenvolvimento sustentável que deu origem à actual agenda 21 local com os projectos municipais e intermunicipais participativos, passando a haver uma maior aposta na governança.

programas de desenvolvimento a nivel nacional e regional. As Orientações Estratégicas para a Política de Coesão no período de programação financeira definem três grandes preferências para o uso dos recursos estruturais comunitários e aumentam o desempenho das regiões como fortalecer a atração dos Estados-membros e das localidades, estimular a criatividade, gerar mais e melhor emprego e o espírito da empresa, promovendo crescimento económico da inovação. A Política de Coesão é uma ferramenta favorecida desse processo, dando um auxílio nas regiões menos favorecidas de Portugal.

A ajuda dos Fundos Estruturais e de Coesão, para a concretização dos referidos objectivos, poderá concretizar-se particularmente assente em: auxílio à realização de estratégias coerentes a médio e longo prazo, desenvolvimento de sinergias e apoios com outras políticas comunitárias, melhoria da governação, implementação de uma análise incorporada da coesão territorial, aplicação de recursos adicionais, investimento nos sectores com alta capacidade de crescimento, investimento nos fatores de crescimento e do emprego. Destaca-se a extensão territorial da interferência estrutural comunitária, sobretudo a pertinência que é dada às regiões como pólos de aglomeração e motores de processos de desenvolvimento, baseados na posse do conhecimento e da tecnologia.

As regiões deveriam envolver planos de sustentabilidade nos objectivos de estratégia nacional e suas políticas. Existem poucas Entidades da Administração Local e Regional a realizá-lo de modo rigoroso. Existem alguns esforços recentes merecedores de referência, por exemplo, os estudos das CCDRs, com relevo para a região do centro de Lisboa e Vale do Tejo e a Estratégia de Lisboa. A CCDRC (2010), ao nivel do QREN, atestou-se que, até 30 de Junho de 2010, foram aprovadas na Região Centro 8.297 candidaturas, abarcando 3.241 milhões de euros de fundos comunitários e um investimento total de 8.343 milhões de euros. Estes projectos aprovados na Região Centro ostentavam 26,5% do total do país de fundos comunitários recebidos e 29,3% do número de candidaturas aprovadas em Portugal. No Programa Operacional Regional do Centro, até esta data, tinha sido autorizado um valor total de FEDER de 1.013 milhões de euros, mais 133 milhões de euros do que no final de Março, a que possibilitava um investimento total de 3.054 milhões de euros.

A Região Centro descreve-se por alguma estabilidade em todo o tempo, assinalando em 2007 um PIB *per capita* de 64,7% da média europeia com mais de 1,4% do que em 1995. A despesa do FEDER, na situação do Mais Centro, assinalou um principal acréscimo, o que gerou uma taxa de execução de 8,3% no final de Junho de 2010. Evidenciaram-se dois momentos, pelo que se presenciou uma marcante convergência positiva para a média

europeia: entre 1998 e 1999 e entre 2002 e 2003. Assim, Lisboa é a única região com um PIB *per capita* acima da média da UE em toda a época desta prática, isto é, de 1995 a 2007. Todavia Lisboa teve um idêntico valor de PIB *per capita* em 1995 e em 2008.

A Estratégia de 2020 para a UE e Portugal tem mais como finalidade a gestão do território como coesão, sustentabilidade e inovação. O QREN (2007-2013) e o Tratado de Lisboa eram muito setoriais e pretendiam mais a vertente do desenvolvimento das empresas para a competitividade. A produtividade está em queda na Europa e esta precisa de crescimento. É essencial centralizar o foco na educação, de modo a melhorar os níveis de educação, particularmente assente na redução do abandono escolar para um nível inferior a 10% e que pelo menos 40% de adultos entre os 30 e 34 anos finalizem o ensino superior ou analogo, até o ano de 2020.

Na circunstância destes grandes objetivos, os países da UE deverão confinar as suas próprias metas, a elucidar no quadro de Programas de Reformas Nacionais. A UE e a Comissão prosseguirão, para facilitar a estratégia apoiada nas suas sete iniciativas:

- O aumento da juventude, para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e ajudar a inclusão dos adolescentes no emprego;
- A inovação, para possibilitar que as novas ideias sejam transfiguradas em bens e serviços, para aumentar o crescimento e emprego;
- Agenda Digital para a Europa, de modo a aligeirar o acesso à Internet de alta velocidade, para que as empresas e as famílias obtenham o resultado de um mercado digital, em termos único;
- A agenda para novas qualificações para os mercados de trabalho, de forma a elevar a participação no mercado de trabalho assente numa maior mobilidade dos funcionários;
- Uma Europa eficiente em termos de recursos, pronta a colaborar no crescimento económico da prática dos recursos, assegurando o avanço para uma economia hipocarbónica[235], de modo a fazer face à concorrência mundial;
- O Tratado supõe, nos artigos 121º e 148º, a aceitação de Orientações Gerais para as Políticas Económicas e de direções para as Políticas Empregos para os países da UE.
- Eliminação da pobreza, para que a coesão territorial e social promova uma alargada distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego, reduzindo a exclusão social; Assim, foram criadas as dez Orientações Incluídas:

[235] Ampliar o uso das fontes de energia renováveis, modernizar o nosso sector dos transportes e progredir a eficiência energética.

Existem seis objetivos que contêm as Orientações Gerais das Políticas Económicas dos paises-membros e da UE para a prática da Estratégia Europa 2020, que foram autorizadas pelo ECOFIN, em 13 de Julho de 2010.

- Retificar os desequilíbrios macroeconómicos;
- Assegurar a sustentabilidade e a qualidade das finanças públicas;
- Ativar a ajuda à I&D e à inovação, revigorar a ligação do conhecimento e promover a economia digital;
- Reduzir os desequilíbrios na zona do euro;
- Aperfeiçoar a eficiência em termos de recursos e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa;
- Aprimorar a incorporação para amodernização das empresas e os consumidores, a fim de assegurar o bom funcionamento do mercado interno.

As quatro direções que faltam abrangem as Orientações para as Políticas do Emprego dos membros da UE para a aplicação da Estratégia Europa 2020, que necessitarão de ser aprovadas em termos de Decisão pelo EPSCO, em 21 de Outubro de 2010.

- Aumentar a participação das mulheres e dos homens no emprego, estimulando o emprego de qualidade e reduzir o desemprego estrutural;
- Impulsionar uma mão-de-obra habilitada e especializada, para a resolução das necessidades do mercado de trabalho, e progredir com uma formação continua;
- Melhorar a qualidade e a realização dos sistemas de ensino e de formação a todos os seus níveis e aumentar a participação no ensino superior;
- Coragem para permitir um melhor Estado social e reduzir a pobreza.

O Prémio Nobel da Paz foi concebido em 1901. Em 12 de Outubro de 2012, a UE foi proclamada como a grande vencedora. Este prémio tem como finalidade relembrar as conquistas europeias passadas e novas na obtenção da paz. O Comité da Noruega, ao deferir o Prémio Nobel da Paz à UE, deu início às mais diversas reacções da sociedade em termos internacionais. Reconhece-se a actual situação de crise socioeconómica, financeira e politica nomeada *Suprime*, que se principiou nos EUA em 2008, constituindo um "boom" de construção de casas novas e crédito fácil[236] para as empresas e famílias.

[236] Respeitante à banca.

Martin Schulz[237] apresentou a mesma opinião, os valores da honra humana, democracia, liberdade, igualdade, estado de direito e respeito pelos direitos humanos são inteiramente primordiais para a UE e dirigem todas as suas actividades.

A UE reunificou o continente através de métodos pacíficos e juntou arqui-inimigos por um objectivo comum. Apesar das adversas condições económicas, a UE é sinónimo de estabilidade, prosperidade e democracia, acrescentou Schulz" (Parlamento Europeu, 2012:1).

A prosperidade da Europa passa pelas marcas de que a política europeia vai mudar. O BCE[238] quer preservar o euro. Os Estados Membros da UE estão a modificar-se, na sua grande maioria. As políticas de austeridade conduzirão os Estados Membros a uma situação de insucesso, pelo que é necessário urgente modificar o rumo por medidas mais eficientes, para livrar os Estados da tirania dos mercados. A Alemanha, dadas as modificações da oposição alemã[239], ficou mais atenta e a lição da sua permanência na Grécia foi essencial. Assim, sucedem-se as cimeiras, alteram-se os termos, mas os actos ainda não.

A evolução história, mostra que os riscos financeiros, sempre tiveram maior importância como risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado entre outros, quer na identificação dos riscos operacionais, quer na gestão. Embora, haja descrições de que o risco operacional foi responsável em grande parte dos insucessos sucedidos, especialmente nas instituições financeiras[240].

Estes insucessos e crises foram mais evidentes na década de 90, com escândalos sucedidos em empresas de notoriedade mundial como o Crédit Lyonnais-1994, Bankers Trust-1994, Daiwa Bank-1995, Barings-1995, entre outros o que conduziu os órgãos reguladores à conclusão de que a gestão da indústria financeira não era suficiente só com os riscos acima mencionados, mas havia uma necessidade de manter o controlo de risco operacional.

De acordo com Gallo e Nicolini (2002), os novos escândalos financeiros e pressões de mercado sucedidos nos últimos anos, possibilitaram a necessidade de inserir todos os bancos em termos globais, num sistema de informação na área de risco, permitindo a gestão do risco de forma eficaz. O Banco de Compensações Internacionais[241] expressou uma proposta para determinar um acordo de capitais fundamentado em apoios[242]. O Acordo de Basileia II

[237] O Presidente do Parlamento Europeu.
[238] Banco Central Europeu.
[239] SPD e Verdes.
[240] Bancos e empresas.
[241] ou Bank of International Settlements (BIS), sendo a entidade responsável por essa função a nível mundial .
[242] De modo, a que os bancos e supervisores avaliem corretamente os diferentes riscos que o banco defronta.

permite determinar a ligação entre a qualidade da gestão dos riscos e adaptação do capital baseado em três pilares principais[243]. Em primeiro lugar nos requisitos mínimos de capital; em segundo lugar no controlo da supervisão e em terceiro lugar na disciplina de mercado.

Um aperfeiçoamento na adequação abrange a adoção de um grande destaque na gestão do risco e o estímulo de sucedidas otimizações da capacidade de avaliação do risco, por parte dos bancos. O Comité permite o alinhamento das condições de capital dos bancos com modernas experiências de gestão de risco, garantindo o realce no risco, levando a experiências de disciplina de mercado e de supervisão, baseado na difusão da relação risco-capital.[244]

É evidente que a dificuldade das novas normas para a gestão dos bancos[245] está a impor que se adiantem as suas renovações internas, particularmente em termos da qualificação dos seus recursos humanos, das técnicas usadas de controlo e modernização dos riscos da atividade.

O risco operacional relaciona-se com perdas resultantes de processos internos impróprios, pessoas e sistemas ou eventos externos, passando desta forma a ser uma grande preocupação do sistema financeiro internacional. A falha das instituições financeiras, por falta de controlo das suas disposições, proporcionou que o risco operacional ganhasse pertinência.

Ao longo dos anos, tem-se entendido que a estabilidade económica de um país está diretamente relacionada com a solidez do seu sistema financeiro. Essa solidez, por sua vez, significa não apenas que os elementos desse sistema cumprem as suas funções tradicionais de intermediação financeira, mas também mantêm um nível de confiança tolerável no mercado.

Os bancos têm o seu funcionamento como o de qualquer outra empresa, que obtém recursos para modificá-los em produtos ou serviços. Os bancos diferenciam-se das restantes empresas pelo que, na generalidade dos casos, possuem recursos de terceiros para efectuar as suas funções principais.

Neto (2006) refere que o Sistema Financeiro tem nos bancos os seus agentes de maior relevância, tanto a nível histórico como em quantidade de intermediação financeira.

[243] E que reciprocamente se fortalecem para garantir a confiabilidade e a segurança do sistema financeiro internacional.
[244] *Speech: New Basel Capital Accord, 5 December 2003*.
[245] E outras instituições financeiras.

Capítulo 3 - Análise Empírica: Regressão Linear Múltipla

Neste caso, a variável dependente seleccionada é a Quota de Exportação, tendo-se escolhido igualmente duas variáveis independentes para o período de 1980 a 2011[246]: Consumo Privado Total e Receitas da Administração Pública. Para manuseamento dos dados estatísticos[247], como se pode observar a seguir, aplicou-se o programa Eviews 6. A escolha deste período prende-se com o facto de o mesmo estar enquadrado no QCAI (1989-1992), QCAII (1993-1999), QCAIII (2000-2006) e no QREN (2007-2013).

A justificação da selecção destas variáveis está relacionada com o contexto de estas explicarem melhor o desenvolvimento socioeconómico, ou seja, a causa da crise económica e financeira. A sustentabilidade visa o aumento das exportações como é explicada, através da variável Quota de Exportações. A autonomia financeira é analisada a partir da variável das Receitas da Administração Pública. A variável do Consumo Privado Total permite apresentar o nível do bem-estar e da qualidade de vida em termos de poder de compra. As variáveis seleccionadas foram condicionadas pela informação disponível para Portugal (Baptista, 2013).

A abertura de Portugal iniciou-se cedo, no período pós guerra, com a adesão do país à OCDE, em 1948. Todos os países que pertenciam a esta organização, acabaram ou reduziram o conjunto de barreiras ao comércio. Todavia, esta abertura era embrionária, pelo que a maior abertura deu-se com adesão à EFTA[248], ao Banco Mundial, ao FMI e ao GATT[249].

A política do Estado Português, em exercício na altura, era uma política industrial que estimulava a indústria pesada e a substituição das importações. O sucesso destas políticas estava dependente de um mercado interno fechado pelo que, aliado a um mercado com pouco significado, as políticas mostraram-se ineficientes. A simples adesão à EFTA, cancelou a possibilidade de perpetuar por muito mais tempo a política do Estado Novo e abriu novas oportunidades aos mercados internacionais, para a instalação de outras indústrias no território nacional e incentivar as exportações.

A intenção é usar nesta investigação empírica o seguinte modelo:

[246] Análise para um período de trinta e dois anos.
[247] Espaciais.
[248] European Free Trade Agreement significa Associação Europeia de Comércio Livre.
[249] General Agreement of Trade and Tariffs significa Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

$X_t = B_0+B_1X1_t +B_2X2_{t+} \varepsilon_t$

Sendo X, o vector coluna das n variáveis endógenas no momento t.

X_t = Quota de Exportação $_{\text{para o ano t}}$,

$X1_t$ = Consumo Privado Total $_{\text{para o ano t}}$,

$X2_t$ = Receitas da Administração Pública $_{\text{para o ano t}}$.

B_i, com i=1,2 representa os coeficientes a estimar do modelo.

ε_t o vector de perturbações estruturais que se pretende identificar.

Como se pode observar, trata-se de um modelo múltiplo com três variáveis, Quota de Exportação (Controlo Externo), Consumo Privado Total e Receitas da Administração Pública (instrumento de Política Orçamental). No decurso da elaboração da dissertação poder-se-á inserir mais variáveis que se venham a demonstrar importantes.

Com base nesta equação, conseguimos medir o significado das variáveis independentes na variação da Quota de Exportação.

Tendo em conta a importância da Política Económica, em especial, da Política Orçamental e do Controlo Externo que conduzem a economia dos países da UE, pretende-se, com a estimação deste modelo, obter resultados que nos possibilitem dar resposta à seguinte questão[250]:

Sendo Y o PIB, C o consumo, G os gastos públicos, I o investimento, X as exportações e M as importações. Depois de aprofundado o conceito de PIB, estamos em condições de poder continuar com a análise das devidas componentes.

Segundo a CGD (2012) a quota das exportações portuguesas que se tinha multiplicado por duas vezes e meia entre 1981 e 1985 e 1995 e 1999, passando de 0,4% para 1,1% baixou para menos de metade em 2010 com 0,5%.

O outro enorme destino das exportações portuguesas é o mercado espanhol, apareceu com a plena integração europeia na UE, com a quota das exportações nacional a multiplicar-se por cerca de cinco vezes entre 1985 e 2010 com 0,8% e 3,9% respectivamente (CGD, 2012).

[250] Para a zona económica e monetária da UE farei uma síntese utilizando o Peersman and Smets, (2001) como suporte para elaboração da análise empírica.

Na zona da economia mundial, as exportações portuguesas mostram uma dificuldade na realização de percursos de diferentes mercados e de acompanhamento da modificação da procura[251] e da geografia económica do crescimento.

Em consequência, as oportunidades de exportação aproveitadas pela economia portuguesa têm-se centrado nos factores da proximidade geográfica[252]. Assim, no crescimento da quota de mercado na África do Norte, no crescimento lento mas sustentado no Mercosul e nas evoluções na África Subsaariana, imputáveis de forma significativa ao mercado angolano[253].

Deste modo, as exportações portuguesas tendem a mostrar uma robusta centralização dos seus mercados. Com impacto, os cinco principais mercados de destino das exportações portuguesas ainda centralizavam 62,4% do total das exportações no ano de 2010, bem acima do comprovado, logo antes da passagem democrática com 54,3% em 1973. A adesão às Comunidades Europeias regista 50,6% em 1985 e pouco abaixo do confirmado antes do alargamento da UE com 65,1% no ano de 2003 (CGD, 2012). No entanto, actualmente a AICEP (2014) exibe um maior fluxo de exportações para a China, Dubai, Chile, Brasil, Moçambique, Guiné-Conacri (a nível de aparelhos e máquinas), entre outros.

A ordem da exportação é considerada uma ordem de reposicionamento estratégico da economia portuguesa, num jogo complicado[254] das oportunidades de comércio e de investimento ao nível internacional[255].

3.1. Regressão Linear

A regressão linear[256] proporciona relacionar os desvios da variável dependente[257] aos desvios de outras variáveis independentes, assente na existência de correlação entre elas, explicando no seu todo a variação da variável dependente.

[251] Designadamente, no que toca aos mercados emergentes.
[252] Ou histórica.
[253] Manifesta-se uma grande oscilação no peso relativo de cada um dos seus principais mercados de destino.
[254] A nível económico, mas também, institucional, regulamentar, cultural, logístico, diplomático.
[255] Criadas pela nova ideologia de uma economia mundial global operando com grandes desequilíbrios e a diversas velocidades.
[256] Análise ecomométrica realizada com base em Baptista (2010).
[257] Variável explicada.

Quadro nº 3 : Matriz dos Coeficientes e do R^2 (Coeficiente de Determinação)

Dependent Variable: QEXP
Method: Least Squares
Date: 07/23/14 Time: 20:34
Sample: 1980 2011
Included observations: 32

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.566246	0.022259	25.43933	0.0000
CPRT	4.84E-06	3.67E-07	13.20746	0.0000
RAP	-1.02E-05	8.91E-07	-11.44819	0.0000

R-squared	0.859184	Mean dependent var	0.402156
Adjusted R-squared	0.849473	S.D. dependent var	0.080829
S.E. of regression	0.031360	Akaike info criterion	-3.997509
Sum squared resid	0.028520	Schwarz criterion	-3.860096
Log likelihood	66.96015	Hannan-Quinn criter.	-3.951961
F-statistic	88.47154	Durbin-Watson stat	1.394713
Prob(F-statistic)	0.000000		

Fonte: Pordata (2012).

3.1.1. Coeficientes e Multicolinearidade

De acordo com a análise dos coeficientes, mais concretamente da coluna de *prob*, pode-se inferir a qualidade das variáveis do modelo.

Segundo os valores expostos, independentemente de serem inferiores ou superiores a *alpha*, testa-se a hipótese das variáveis serem significativas a nível estatístico. Neste caso, os valores são todos inferiores a 0,05, rejeitando-se a hipótese de os coeficientes de todas as variáveis em análise serem igual a zero. Todas as variáveis em investigação podem ser incluídas no modelo e são significativas. A variável Consumo Privado Total é a que tem menor variação com 4.84E-06, mostrando o menor impacto na Quota de Exportação. A variável com maior variação negativa é as Receitas da Administração Pública com -1.02E-05, tendo uma relação inversa com a Quota de Exportação, ou seja, maior é a autonomia financeira e mais rico é o país, porque tem capacidade de se auto-financiar. A Quota de Exportação e o Consumo Privado Total explicam o risco operacional suportado pelo crédito da banca e a sua internacionalização (Baptista, 2010).

Da leitura do quadro, a correlação entre o todo das variáveis é significativa[258], sendo o R^2 igual a 0,86. A dimensão da amostra é 32, logo é grande, porque é superior a 30.

3.1.2. Auto-Correlação

A auto-correlação através do teste *Durbin-Watson* é usada para funções cronológicas[259], sendo o caso das funções de crescimento da Quota de Exportação. Este teste mostra a probabilidade de o valor dos desvios[260] para a regressão ter um elemento de auto-regressão de primeira ordem[261]. O valor de DW é 1,39, considerando-se inconclusivo.

Porém, o D_L= 1,309; D_U=1,574; $4-_{DU}$=2,426 ;$4-_{DL}$=2,691. O valor DW de permite observar, através da barra de autocorrelação, que é inconclusivo.

Quadro nº 4: Matriz da Multicolinearidade

	QEXP	CPRT	RAP
QEXP	1.000000	0.472006	0.110311
CPRT	0.472006	1.000000	0.915122
RAP	0.110311	0.915122	1.000000

Fonte: Pordata (2012).

De acordo com a multicolinearidade entre as variáveis, através do teste de Farrar-Glauber, constata-se que $X^2_{obs}<X^2_c$, ou seja, -0,6681314793<17,71 pelo que não existe o fenómeno da multicolinearidade.

3.1.3. Significância Global

O teste estatístico F, mostra a realização do teste de significância geral, permite testar a hipótese de todos os coeficientes das variáveis serem nulos ao mesmo tempo.

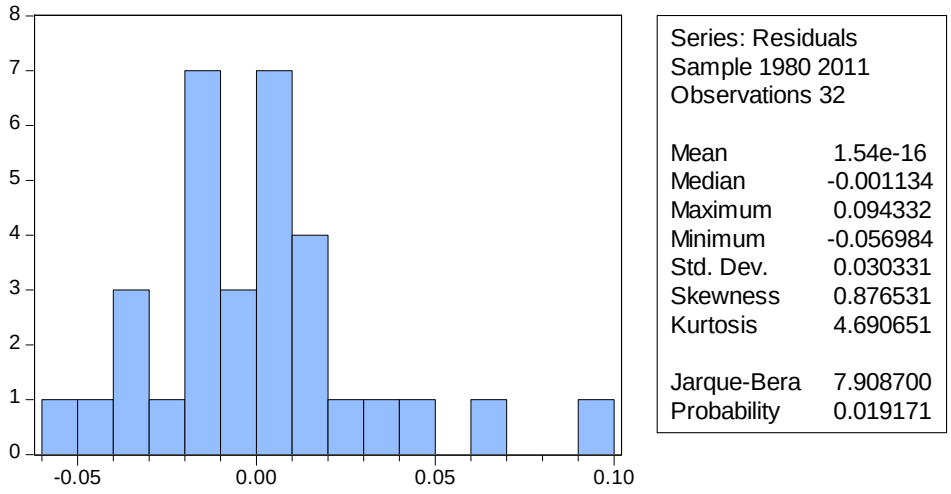
O valor de *prob* na tabela do teste F é 0,000<0,05, logo não rejeitamos a hipótese que considera que o nosso modelo é forte e viável. O valor do prob obtido pelo teste F é zero, isto

[258] Para as ciências sociais um $R^2 > 0,50$ é considerado aceitável no ajustamento do modelo.
[259] *Time Series.*
[260] Erros.
[261] Os desvios de auto-correlação mostram o modo da função que se tenta ajustar pode não ser adequada para os dados das observações.

é, inferior ao valor de significância 0,05. Isto mostra que as variáveis usadas são dependentes e $R^2>0$.

Pelo Teorema do Limite Central a nossa amostra é superior a 30, logo significativa, pelo que se aproxima a uma distribuição normal e prevalece sobre qualquer teste da normalidade.

Gráfico nº 4: Teste da Normalidade



Fonte: Pordata (2012).

Pelo teste de Jarque Bera, verifica-se que não existe a normalidade.

O Teste Dickey-Fuller (DF) da Estacionaridade, mostra-nos que o Prob.=0,3805>0,05; logo a série não é estacionária[262]. Outra forma de apurar é se o ADF<Test Critical Values; logo a série não é estacionária.

[262] Para este efeito tive que aplicar uma diferença.

Quadro nº 5: Matriz da Estacionaridade

Null Hypothesis: QEXP has a unit root
Exogenous: Constant
Lag Length: 0 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

		t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic		-1.785276	0.3805
Test critical values:	1% level	-3.661661	
	5% level	-2.960411	
	10% level	-2.619160	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
Dependent Variable: D(QEXP)
Method: Least Squares
Date: 07/23/14 Time: 21:10
Sample (adjusted): 1981 2011
Included observations: 31 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
QEXP(-1)	-0.140307	0.078591	-1.785276	0.0847
C	0.060000	0.032287	1.858357	0.0733

R-squared	0.099021	Mean dependent var	0.003484
Adjusted R-squared	0.067953	S.D. dependent var	0.036598
S.E. of regression	0.035332	Akaike info criterion	-3.785694
Sum squared resid	0.036203	Schwarz criterion	-3.693178
Log likelihood	60.67825	Hannan-Quinn criter.	-3.755536
F-statistic	3.187209	Durbin-Watson stat	1.948277
Prob(F-statistic)	0.084680		

Fonte: Pordata (2012).

O Teste de White possibilita testar a Heterocedasticidade, de acordo com o alfa de 0,05 o X^2_{obs}=0,5017>0,05. Deste modo, não rejeitamos Ho.

Quadro nº 6: Matriz da Heterocedasticidade

Heteroskedasticity Test: White

F-statistic	0.653270	Prob. F(2,29)	0.5278
Obs*R-squared	1.379547	Prob. Chi-Square(2)	0.5017
Scaled explained SS	2.090767	Prob. Chi-Square(2)	0.3516

Fonte: Pordata (2012).

Contudo, não há heterocedasticidade, mas existe homocedasticidade, ou seja, as variâncias são iguais e não existem desvios.

Conclusão

As hipóteses enunciadas inicialmente e os resultados alcançados levaram a concluir que:

- a hipótese um se confirma em parte, pelo que destaca a subida da Quota de Exportação que aumenta com o grau de Consumo Privado Total. Assim, o Consumo Privado Total tem um impacto positivo pouco significativo na Quota de Exportação, ou seja, o consumo estimula a produção de bens e serviços, pelo que o seu excedente é exportado como se provou com a regressão linear múltipla.
- a hipótese dois, em geral não se confirma, ou seja, o grau de desenvolvimento de Portugal está associado negativamente aos esforços das Receitas da Administração Pública. Deste modo, mostra que o país tem ainda uma autonomia financeira pouco significativa, que não está dependente só das exportações, pelo que a sua varição e crescimento também se mostra muito ténue. O país tem ainda capacidade para gerar a suas próprias receitas, através da procura e esforço fiscal interno, permitindo alguma descentralização.

Prova-se com a análise econométrica que o Consumo Privado Total (efeito positivo) e as Receitas da Administração Pública (efeito negativo ou inverso), têm um efeito pouco significativo na Quota de Exportação. A Quota de Exportação não está muito dependente do efeito do Consumo Privado Total e das Receitas da Administração Pública. O crescimento económico deve-se à Quota de Exportação, estando neste momento em crescimento, com cerca de 2%. As empresas estão dependentes da Banca e a lei permite ficar com o IVA em caixa até os clientes pagarem. As empresas estão cada vez mais voltadas para o mercado externo, uma vez que o mercado interno tem pouco poder de compra[263]. A Banca favorece os créditos para estimular as nossas exportações e aligeira a tesouraria das empresas.

O desenvolvimento local tem de transfigurar a crise em oportunidade. O modo mais claro de fugir das turbulências externas é beneficiar da expansão do mercado interno. Tem de se aproveitar o furor das políticas governamentais, para expandir as políticas distributivas, possibilitando que os indivíduos da base da pirâmide tenham acesso a bens que lhes são indispensáveis, dinamizando ao mesmo tempo a circunstância para auxiliar as empresas nacionais[264]. No entanto, é necessário dar maior preocupação aos pequenos negócios, para ganhar uma saída sustentável para a crise[265]. Tem que se apostar nos negócios e nas empresas

[263] Devido a redução dos salários, dos subsídios e das pensões.
[264] As resoluções do global nem sempre estão cupridas na integra.
[265] Desta forma que não seja, apenas um espaço de concentração até a próxima crise.

voltadas para o mercado externo, porque o mercado interno tem pouco poder de compra devido aos cortes. É preciso incentivar as exportações para haver crescimento económico, para reduzir a divida pública e Portugal voltar a manter-se nos mercados financeiros. Todavia despoletar o desenvolvimento local é a primordial luta do mundo contemporâneo. É preciso cortar na despesa, mas não aumentar os impostos. É fundamental aumentar a protecção social para os desempregados e carenciados. É urgente apostar na inovação para aumentar a competitividade. Deve haver uma harmonização fiscal para baixar o IRC, nas empresas nascentes. É necessário baixar o IRS dos juros recebidos. Tem de haver benefícios fiscais para as empresas que reinvistam os seus lucros.

Nas insuficiências durante a execução desta dissertação, deparamo-nos com a falta de estatísticas actuais ao nível da Governança e PIB concelhio para o nosso país. Informa-se que, por vezes, os serviços não as disponibilizam na altura.

Por outro lado, foi inexequível executar inquéritos aos colaboradores, líderes e promotores de projectos, permitindo uma auditoria limitada. Constata-se, igualmente, falta de conhecimento sobre a regulamentação das atribuições e competências ao nível concelhio, bem como as sobreposições em termos regionais. Existem poucos estudos de avaliação de planos estratégicos, o que impossibilitou a análise mais averiguada sobre os diversos planos no que toca à aplicação das acções estratégicas sugeridas.

Para transpor as limitações aqui aludidas, seria preciso concretizar uma consulta afundada de diplomas legais, isto é, baseada na delegação de quase todas as competências e atribuições das jurisdições que tenham sido assunto de legislação especial. Realizar inquéritos aos colaboradores das jurisdições ou Administração Central para obter informações e executar indicadores de governança mais absolutos.

Como opções para futuras linhas e ideias de melhorias prováveis para a dissertação de investigação, deve-se analisar a junção da intensidade de tempo entre equidade e eficiência, salientando a eficácia na afectação dos fundos para dinamizar as exportações e as variáveis do desenvolvimento sustentável (Baptista, 2006 e Mateus et all, 2013).

Bibliografia

Artigos

AIGINGER, Karl. (2009). "The Current Economic Crisis: Causes, Cures and Consequences". WIFO Working Paper.

ALEXAKIS, Vassili *et all* (2013). A Europa ou O Caos, Tradução de Maria Tapia.

ALEXANDRE, Fernando (2006), "O Crescimento e Convergência da Economia Portuguesa", Licenciatura em Economia da Universidade do Minho, 2005/2006.

AMARO, Rogério R. (2003). "*Desenvolvimento - Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria*". Cadernos de Estudos Africanos, n.º 4, pp. 35 – 70.

ANGELES, Leonora C. (2000). *Using Gender-Aware Participatory Research Methods in Community Poverty Profiles, Project Planning and Policy Assessment.* Vancouver: UBC Women's Studies.

BANDEIRA, Pedro (1999). *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*. Acedido em 12 de Dezembro de 2008, em http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_630.pdf.

BIS (2003). Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk, Basileia.

BIS (2004). Basel II International Convergence of Capital Measurement and capital Standards: a Revised Framework, June 2004. Acedido em 02 de Fevereiro de 2013, em http://www.bis.org/publ/bcbs107.htm.

BIS (2005). Apud Sicomar Benigno de Araújo Soares. A Influência da Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil na Gestão do Risco Operacional de Uma Instituição Financeira, 2010.

BORDO, Michael. HAUBRICH, Joseph. (2009). "Credit Crisis, Money and Contractions: An Historical View".

BUITER, Willem H. (2007). "Lessons from The 2007 Financial Crisis". CEPR Policy Insight No. 18.

CARVALHO, Fernando Cardim (2008). *Entendendo A Recente Crise Financeira Global*. *In* Dossiê da Crise. Associação Keynesiana Brasileira: Campinas, em http://www.ppge.ufrgs.br/akb.

CAVAGNOLI, Irani (2009). Gestão e Inovação, Processo de Negociação. Acedido em, 06 de Agosto de 2009, em http://gestaoeinovacao.com/?p=861.

CGD (2011). A Actualidade do Sector Imobiliário Residencial: Ajustamentos e Desafios, Novembro, 2011, pag. 131. Acedido em 04 de Novembro de 2011, em https://www.cgd.pt/Research/Notas-Tematicas/Documents/Nota-Tematica-Sector Imobiliario_4NOV2011.pdf.

CHAMBERS, Robert (2007). "From PRA to PLA and Pluralism: Practice and Theory*". IDS Working Paper*, 286.

CINTRA, Marcos António Macedo; FARHI, Maryse; FREITAS, Maria Cristina Penidode; PRATES, Daniela Magalhães (2008). *A Crise e Os Desafios para A Nova Arquitetura Financeira Internacional*. *In* Dossiê da Crise. Campinas: Associação Keynesiana Brasileira, em http://www.ppge.ufrgs.br/akb.

Coady International Institute (2008). *Participatory Project Planning and Management - Course Manual*. Antigonish-Nova Scotia: St-Francis Xavier University.

CONSTÂNCIO, V. (2004). *"Intervenção do Governador Vítor Constâncio no 1º Congresso da Democracia"* - 11 de Novembro.

CORDEIRO, Rafhael (2009). *Risco Operacional em Tempos de Crises.* Acesso em 27 de Julho de 2010, em, http://www.oguardiaodoseudinheiro.com.br/2009/05/07/risco-operacional-em-tempos-de-crise/.

DALAL-CLAYTON, Barry e DENT, David (2001). *Knowledge of The Land - Land Resources Information and Its Use in Rural Development*. Oxford: Oxford University Press.4.

DCP (1994). *"Informação Económica, nº 27",* Outubro- Novembro. Lisboa.

Directrizes das Centrais Sindicais dos Países Nórdicos e da Holanda FNV, LOFTF, LOTCO, LO Noruega, SASK. *Manual para O Planejamento Participativo de Projetos – Parte 1*. [s.l.] [s.n.]

DURAIAPPAH, Anantha K., RODDY, Pumulo e PARRY, Jo-Ellen (2005). *Have Participatory Approaches Increased Capabilities.* Winnipeg: International Institute for Sustainable Development.

EDSON, Pereira Bueno Leal (2009). Capitalismo – Crise em 2007, em http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/capitalismo-crise-em-2007/29796/.

ESTRATÉGIA EUROPA (2020). Acedido em 16 de Novembro de 2014, em http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020/.

Federal Reserve Website. Federal Reserve Act., em, www.federalreserve.gov.

Federal Reserve Website. *The Twelve Federal Reserve Districts*., em, www.federalreserve.gov.

FRANKEL, Allan (2006). *Prime or Not so Prime?*: An Exploration of US Housing Finance in The Century. BIS Quartely Review, em http://ssrn.com/abstract=1632442.

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (2009). Ministério das Finanças e da Administração Pública - *Boletim Mensal de Economia Portuguesa, nº11 Nov.*

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (2010). Ministério das Finanças e da Administração Pública - *Boletim Mensal de Economia Portuguesa, nº4 Abr*.

GALLO, Galantino e NICOLINI, Daniel (2002). Basilea II y La Fragilidad Bancária em Países Emergentes: Caso Peruano 1997-2000. Lima: Universidad del Pacific.

ICMM, WORLD BANK e ESMAP (2005). *The Community Development Toolkit*. [s.l.] [s.n.]

LOPES, J. S. (2002). *"Manutenção Eliminação ou Modificação",* PEC.

LYNN, Matthew (2013). Holanda Pode Provocar o Colapso do Euro, Esquerda. Net, em http://www.esquerda.net/artigo/holanda-o-pa%C3%ADs-que-far%C3%A1-estourar-o-euro/27846.

MACEDO, Júlio C. (2006). "Processo Participativo da População na Construção da Agenda 21 Local: O Caso de Parnamirim-RN". Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Acedido em 22 de Dezembro de 2008, em http://bdtd.bczm.ufrn.br/tedesimplificado/tde_arquivos/7/TDE-2007-09-03T041633Z-838/Publico/JulioCM.pdfl:.

MACHADO, Tânia (2009). ONGD: O Papel da Comunicação no seu Conhecimento e Reconhecimento. Escola Superior de Comunicação Social – Instituto Politécnico de Lisboa. Acedido em 03 de Dezembro de 2014, em http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/364/1/Tese%20ONGD%20Portuguesas_Do%20Conhecimento%20ao%20Reconhecimento.pdf.

MAIA, T., e Ferreira, M. (2013). Especificidades de Ativos e Alianças Estratégicas no Setor Farmacêutico Brasileiro.

MF (2000). "Programa de Estabilidade e Crescimento 2000/2004".

MOURA, Paulo Guilherme D'Albuquerque Silveira (2007). O Processo de Internacionalização do Desenvolvimento de Produtos em Empresas Multinacionais Brasileiras, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Brasil: Editora Ribeirão Preto.

OLIVEIRA, Luiza Santana e Carnevali, Rafaella Oliveira (2012), Prêmio Nobel da Paz, Conjuntura Internacional, Curso de Relações Internacionais – PUC Minas. Acedido em 29 de Novembro de 2013, em, http://pucminasconjuntura.wordpress.com/2012/10/26/premio-nobel-da-paz/.

OLTHETEN, Theo M. P. (1995). **"**Participatory Approaches to Planning for Community Forestry". Roma: FAO. Acedido em 6 de Dezembro de 2008, em, http://www.fao.org/docrep/006/x2103e/X2103E04.htm#TopOfPage.

Parlamento Europeu (2012). UE vence Nobel da Paz 2012: "Este Prémio é para Todos Os Cidadãos Europeus".

PEREIRA, Paulo Trigo (2009). Investimento Público e Finanças Públicas – *Finanças Públicas: da Efemiridade do Voto à Reformas das Instituições*.

PERROUX, François (1975). "Politique du Développement et Lacunes du Calcule Économique." *Mondes en Développement* (10): 191-202.

Rádio Televisão Portuguesa – *Entrevista realizada a Fernando Ulrich*. Acedido em 18 de Maio de 2010, em, http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Fernando-Ulrich-presidente-do-BPI-avisa-que-a-divida-portuguesa-nao-e financeiramenteviavel.rtp&headline=46&visual=9&article=345551&tm=6.

RIJO, Daniel (2012). Estarreja Recebe Prémio de Boas Práticas de Política Familiar, 24 de Outubro, LOCAL.PT, Notícias Locais de Portugal. Acedido em 11 de Junho de 2013, em http://local.pt/estarreja-recebe-premio-de-boas-praticas-de-politica-familiar/.

ROLO, José Manuel (1987). Redescobrir A África: A Cooperação no Contexto da Cooperação Internacional para O Desenvolvimento por Publicação. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

RP (2005). *"Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009",* Junho de 2005, Acedido em 27 de Outubro de 2005, em http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/07D85E4F-BB00-47C3-86C9-EF0D17AFE42E/0/Programa_Estabilidade_Crescimento.pdf.

Sapo Notícias (2012). Nobel da Paz deixa União Europeia orgulhosa. Acedido em 3 de Dezembro de 2013, em, http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/nobel-da-paz-deixa-uniaoeuropei_5003.html.

SEGURO, António José (2013). Fracassam Negociações para Acabar com Crise Política em Portugal, Economia, Zona do Euro. Acedido em 19 de Julho de 2013, em http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/07/fracassam-negociacoes-para-acabar-com-crise-politica-em-portugal-4206011.html.

SIMÕES, A. (2010). Internacionalização das Empresas Portuguesas. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.

SOARES, Mário (2012). O Impasse Europeu, Arquivo e Biblioteca, Fundação Mário Soares. Acedido 28 de Novembro de 2013, em http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/002/481.pdf.

UNHSP (2009). "Las Siete Normas para La Gobernanza Urbana", UN-HABITAT, ROLAC.

Wageningen University and Research Centre, "Participatory Planning Monitoring & Evaluation". Acedido em 6 de Dezembro de 2008, em http://portals.wi.wur.nl/ppme/?Participation.

XAVIER, P.H.M. (2003).Transparência das Demonstrações Contábeis dos Bancos no Brasil.

YU, Wei-Choun. KESLER, David W. TESSEMA, Mussie (2009). "The Great Destruction: Causes of The Global Financial Crisis in 2008". Winona State University.

Artigos de Jornal

Diário Económico (2010). *O que Querem As Agências de Rating?* Acedido em 25 de Março de 2010, em http://economico.sapo.pt/noticias/o-que-querem-as-agencias-de-rating_85136.html.

Diário Económico (2010). *Seguros sobre Dívida Portuguesa são dos Mais Procurados na UE.* Acedido em 25 Março de 2010, em http://economico.sapo.pt/noticias/seguros-sobre-divida-portuguesa-sao-dos-mais-procurados-na-ue_84751.html.

Expresso (2008). Desigualdade na Distribuição de Rendimentos é das Mais Elevadas da UE. Acedido em 03 de Novembro de 2014, em http:www.expresso.sapo.pt/desigualdade-na-distribuicao-de-rendimentos-e-das-elevadas-da-ue=f251081.

GREENSPAN, Alan. (2009). "The Fed Didn't Cause The Housing Bubble". Wall Street Journal. 11 de Março de 2009. Página Consultada a 20 de Julho de 2011.

GRUMET, Louis (2009). *Bring Back Glass Steagall.* CPA Journal vol. 79, Ipswich, no 12, p. 7 de Dezembro, em http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=47327851&lang=ptbr&site=ehost-live.

Jornal Público (2010). *Portugal Arrisca-se a Ser Um Cheque sem Cobertura por Causa do Endividamento.* Acedido em 05 de Maio de 2010, em http://economia.publico.pt/Noticia/portugal-arriscase-a-ser-um-cheque-sem-cobertura-por-causa-do-endividamento_1369695.

Portal G1, "Prêmio Nobel da Paz de 2012 vai para a União Europeia". Acedido em 2 de Dezembro de 2013, em http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/10/premio-nobel-da-paz-de-2012-vai-para-uniao-europeia.html.

Artigos em Revista

BAPTISTA, Manuel (2010). "Autonomia Financeira e Desenvolvimento Sustentável das Autarquias Portuguesas". Tese de Doutoramento em Economia. Revista Economia e Empresa. Série II, nº11, 2010. Lisboa: Universidade Lusíada.

BAPTISTA, Manuel (2013). "Impacto do Desenvolvimento Sustentável das Autarquias Portuguesas no Poder de Compra". Economia e Empresa. Série II, nº17, 2013. Lisboa: Universidade Lusíada.

CINTRA, Marcos António Macedo (2009). FARHI, Maryse. *A Arquitetura do Sistema Financeiro Internacional Contemporâneo. In* Revista de Economia Política, vol. 29, no (115), PP. 274 . 294, Julho-Setembro.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollenberg (2011). Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise Actual Universidade de Brasília, Revista Economia Brasil, Setembro/Dezembro 2011, em http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p475_496.pdf.

NADIA, V., e Sheila, A. (2011). Decisão de Internacionalizar. Brasil: Revista Electrônica de Negocios da ESPM.

ORHANGAZI, Özgür (2007). "Financialization and Capital Accumulation in the Non-Financial Corporate Sector," Working Paper Series, no. 149, Political Economy Research Institute, October.

PEERSMAN, G. and Smets Frank (2001). "The Monetary Transmission Mechanism in the Euro Area: More Evidence from Var Analysis", Working Paper nº 91, Eurosystem Monetary Transmission Network, ECB.

RANF, Elena e TOARITA, Elida (2009). Alliance Management, *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica, 11(2).*

STREETEN, Paul (1977). "The Distintive Features of a Basic Needs Approach to Development", International Development Review, nº 3.

Colóquios

UEMA, R. K. (2000). *Disclosur*e: Fundamental para Transparência no Sistema Financeiro – Recomendações Internacionais. In: Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil, 9. Brasília: Anais Eletrônicos.

Estudos

Banco de Portugal (2014). Estudos Económicos, Projeções Económicas, Publicações. Acedido em 16 de Dezembro de 2014, em http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Projecoeseconomicas/Publicacoes_2014-16_p.pdf.

CGD (2012). "Exportação, Valor e Crescimento". Relatório sobre O Desenvolvimento da Economia Portuguesa: Gabinete de Estudos da CGD elaborado pela Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.

Eurostat (2010). *Euroindicators*, 22 de Abril.

INE (2012). Parque Habitacional em Portugal: Evolução na Última Década, 2001-2011, Destaque da Informação à Comunicação Social.

MATEUS, Augusto et all (2013). 25 Anos de Portugal Europeu. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MOTA, A. I. et all (2005). "Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável" ENDS, 2005-2015.

Observatório das Desigualdades (2010). Indicadores, Risco de pobreza: O Limiar em Portugal Diminuiu para 421 euros.

PNUD (2012). Sobre o PNUD. Acedido em 11 de Junho de 2013, em, http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx.

UEMA, R. K. (2000). *Disclosur*e: Fundamental para Transparência no Sistema Financeiro – Recomendações Internacionais. In: Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil, 9. Brasília: Anais Eletrônicos.

UNCSD (1996). United Nations Commission on Sustainable Development. "*Indicators of Sustainable Development"* New York: UNCSD.

World Bank (1996). *The World Bank Participation Sourcebook*. Washington: Publication Data.

Livros

AGUIAR, S., e GULAMHUSSEN, M. (2009). O Impacte do Risco Político no Investimento Direto Estrangeiro. Lisboa: Sílabo.

BEJA, Rui (2004). Risk Management, Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio; Áreas Editora, S.A.

BORGE, Dan (2001). The Book of Risk, tradução do autor, New York: John Wiley e Sons.

BUCKLEY, P. J. (1995). in: *Foreign Direct Investment and Multinational Enterprise,*UK, Edith Penrose.

CARVALHO, R. (2010). *Compreender + África:Fundamentos para Competir no Mundo,* Lisboa: Temas e Debates.

CASSON, M. (1992). "Internalization Theory and Beyond", in: BUCKLEY, P. J. (ed.), *New Directions in International Business,* England, Edward Engar Ltd., pp. 5-26.

COIMBRA, Fábio (2007). *Riscos Operacionais*: Estrutura para Gestão de Bancos. São Paulo: Saint Paul.

CORREIA, Pedro P. (2004). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Vol. II. Análise Geoestratégica de Um Mundo em Conflito.* Coimbra: Quarteto.

CRAWFORD, Corinne (2011). *The Repeal of The Glass-Steagall Act and The Current Financial Crisis.* Journal of Business & Economics Research. Jan., Vol. 09 (01): 127-133. Manhattan Community College.

CROUHY, Michel et all (2004). Gerenciamento de Risco: Abordagem Conceitual e Prática. Tradução: Carlos Henrique Trieschmann e Luiz Frazão Filho. Rio de Janeiro: Qualitymark.

DINIZ, Francisco (2010). Crescimento e Desenvolvimento Económico de Modelos e Agentes do Processo (2ª edição), Lisboa: Edições Silabo.

DORE, R. (2002). "Stock Market Capitalism and Its Diffusion," *New Political Economy*, Vol. 7, Nº 1,115-121.

EPSTEIN, G. (2005). *Financialization and The World Economy.* Edward Elgar: Mass. USA.

FRIEDMANN, John (1996). *Empowerment – Uma Política de Desenvolvimento Alternativo.* [s.l.] Celta.

GUERRA, Isabel C. (2000). *Fundamentos e Processos de Sociologia de Acção: Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.

GUERRA, Isabel C. (2006). *Participação e Acção Colectiva - Interesses, Conflitos e Consensos*. Cascais: Principia.

GUJARATI D., (1992). *Essentials of Econometrics*. Lisboa: Mc Graw-Hill.

GUJARATI D., (1995). *Basic of Econometrics*. Lisboa: Mc Graw-Hill.

HENRIQUE, José M. (1990). *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis.* Lisboa: Escher.

HENRY, John F., (2008). *The Ideology of The Laissez Faire Program*.Journal of Economic Issues (Association for Evolutionary Economics), vol. 42 (1): 209-244 Ipswich.MA.

JOHNSTON E DINARDO (2001). *Métodos Econométricos*. 4.ª Edição. Lisboa: Mc Graw-Hill.

KAMERA, Margaret e MUKANDA, Emmanuel (2001). *Participatory Management in Basic Education*. Lusaca: People's Action Forum.

KRUGMAN, Paul (2009). *A Crise de 2008 e A Economia da Depressão*. 1.ª Edição. Rio de Janeiro: Elasevier.

LOPES, J. S. (1997). *A Economia Portuguesa desde 1960,* 3ª Edição. Lisboa: Gradiva.

MARTINS, J. (2011). Internacionalização e Globalização de Empresas. Lisboa: Sílabo.

MARX, Karl (1970). O Capital: Crítica da Economia Política. Livro Segundo : O processo de Circulação do Capital, volume II /. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,. p. 577 (Coleção Perspectivas do Homem. Série Economia).

MATTANA, L., NORO, G., e ESTRADA, R. (2008). Caracterização do Processo de Formação de Alianças Estratégicas. São Paulo: Brasil.

MIHM, Stephen; ROUBINI, Nouriel, (2010). *A Economia das Crises:* Um Curso Relâmpago sobre o Futuro do Sistema Financeiro Internacional. Rio de Janeiro: Editora Intrínsica: (98-133).

MURTEIRA, Mário (1983). Lições de Economia Política do Desenvolvimento por Publicação. Lisboa: Presença, Instituto de Ciências Sociais.

NETO, Alexandre Assaf (2006). Mercado Financeiro. 7ª Edição. São Paulo: Atlas.

PAUL A, S. e WILLIAM D., N. (2010). Economia. 19 Edição. Lisboa: Eurobooks.

PAULSON Jr., Henry (2010). *A Beira do Abismo Financeiro:* A Corrida para Salvar A Economia Global do Colapso. Tradução: Afonso Celso da Cunha Costa. Rio de Janeiro: Elsevier.

PORTO, Manuel (2001). Teorias de Integração e Política Comunitária. 3ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina.

PRETTY, Jules N., GUIJT, Irene, THOMPSON, John e SCOONES, Ian (1995). *Participatory Learning and Action – A Trainer's Guide.* Londres: IIED.

RAMOS, P. (2013). Torturem os Números que Eles Confessam sobre o Mau Uso e Abuso das Estatísticas. Coimbra: Almedina, S.A.

RUGMAN, A. (1981), *Inside the Multinationals. The Economics Internal Markets*, New York, Columbia University Press.

SAMUELSON, Paul A., NORDHAUS, William D**. (**2005). Economia, 18ª Edição, Lisboa: Mcgraw-Hill.

SCHREIBER, D. (2013). Inovação e Aprendizagem Organizacional. Rio Grande do Sul, Brasil: Feevale.

SMITH, Adam (1776). *The Wealth of Nations*, v. I, Introduction and Plan of The Work, para.I.I.9 e Ch.5, para.I.5.2.

SOROS, George (2008). O Novo Paradigma para Os Mercados Financeiros – A Crise Atual e o que Ela Significa, Editora Agir.

WADE, R. H. (2005). Lessons from East Asia's Development Experience In: Dauderstadr, M. (ed.), *Towards a Properous Wider Europe Macroeconomic Policies for a Growiing Neighborhood*, Friedrich-Ebert Foundation: Bonn.

WCED (1987). Our Common Future, Oxford: Oxford University Press.

WESSEL, David (2009). *Os Bastidores da Crise:* A Batalha de Ben Bernanke no Banco Central Americano e Sua Influência na Economia Global. Tradução: Gerson Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier.

World Bank (1996). *The World Bank Participation Sourcebook*. Washington: Publication Data.

Relatórios e Legislação

Banco de Portugal (2009). *Relatório Anual 2009 do Banco Central Europeu*.

Banco de Portugal (2009). *Relatório Anual 2009: Política e Situação Orçamental*.

Teses e Dissertações

ANDERSEN, Camila Maria (2011). A Crise de 2008: A Grande Crise Econômica do Século XXI e A Desfasagem da Regulação Financeira Norte-Americana. Monografia de Conclusão do Curso apresentada à Faculdade de Economia para obtenção do título de graduação em *Relações Internacionais*, sob a orientação do Prof. Tharcisio Bierrenbach de Souza Santos. Faculdade de Economia. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado.

BAPTISTA, Manuel Alberto de Almeida (2006). Finanças Locais e Desenvolvimento Regional: O Caso do Baixo Mondego, Dissertação de Mestrado, Covilhã, UBI. Lisboa: Biblioteca Nacional.

GUIMARÃES, Sérgio António Ferreira (2007). A Cooperação Europeia com Países Africanos Politicamente Frágeis no Âmbito do Acordo de Cotonou. Tese de Mestrado - Contém: Bibliografia, Cronologia Política da Guiné-Bissau, Lisboa: IPAD.

MARTINS, P. G. N. (2003). "Regiões e Municípios: Estratégias e intervenções, competição ou complementaridade", Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Economia Regional e Desenvolvimento Local. Faro: Universidade do Algarve.

Internet

Banco Central do Brasil Website. Bancos Comerciais, em www.bcb.gov.br/pre/composicao/bc.asp.

BIS WEBSITE, www.bis.org, 2009.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Negocia%C3%A7%C3%A3o#Defini.C3.A7.C3.B5es
http://pt.wikipedia.org/wiki/Processo_de_neg%C3%B3cio

http://www.european-council.europa.eu/home-page/highlights/nobel-peace-prize-2012-awarded-to-the-european-union?lang=pt
http://www.publico.pt/mundo/noticia/nobel-da-paz-2012-para-a-uniao-europeia-1567038
http://www.publico.pt/mundo/noticia/nobel-reconhece-o-papel-da-ue-enquanto-maior-contribuinte-da-historia-para-a-paz--1567058
http://uaonline.ua.pt/detail.asp?c=25143
http://utadtv.utad.pt/index.php/2012-10-02-11-28-04/investigacao/85-premio-nobel-da-paz-atribuido-a-uniao-europeia
http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/6/danielle_mono08.pdf
http://www.uhu.es/alfonso_vargas/archivos/Artigo_Encontros_Cientificos_3.pdf
www.apdr.pt - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento regional.
www.dgaa.pt – Direcção-Geral da Administração Local
www.dgep.pt - Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças
www.dgdr.pt - Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional
www.dgo.pt - Direcção-Geral do Orçamento
www.dpp.pt - Departamento Prospectiva e Planeamento
www.europa.eu.int - Comissão Europeia
www.ine.pt - Instituto Nacional Estatística
www.qca.pt - Comissão de Gestão do Quadro Comunitário de Apoio.
www.min-financas.pt - Ministério das Finanças
www.mts.gov.pt - Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
e links neles aconselhados.

Anexo

Quadro nº 7: Base de Dados utilizada para a elaboração da recta de regressão (Eviews6)

Ano	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1980	1087,6	5310,4	0,274	6646	0,23	23	32457675862	36787,0	32085,2	-4701,9	8149435	4287340
1981	1351	6567,2	0,274	6646	-0,03	-3	31550693220	36787,0	32085,2	-4701,9	9791170	5264432
1982	1647,3	7898,6	0,274	6646	-0,05	-5	30120508850	36787,0	32085,2	-4701,9	11839656	6556760
1983	2082,5	9939,4	0,274	6646	-0,11	-11	26876268902	36787,0	32085,2	-4701,9	15126989	7805597
1984	2535,5	12612	0,274	6646	-0,08	-8	24881557289	36787,0	32085,2	-4701,9	18575735	8717773
1985	3207,4	14939	0,326	7580	0,08	8	26754077446	36787,0	32085,2	-4701,9	22803676	10525519
1986	3907,2	17926	0,326	7580	0,43	43	38229024650	36787,0	32085,2	-4701,9	27868309	12708531
1987	4526,8	21080	0,326	7580	0,24	24	47540156277	36787,0	32085,2	-4701,9	32836032	14949005
1988	5581,3	25638	0,326	7580	0,17	17	55595568640	36787,0	32085,2	-4701,9	39194791	17429488
1989	6853,2	29745	0,326	7580	0,08	8	59785756351	36787,0	32085,2	-4701,9	46305100	21166936
1990	8345	35463	0,505	21609	0,3	30	77663802714	36787,0	32085,2	-4701,9	55598954	25202673
1991	10668	42346	0,505	21609	0,13	13	88043207532	36787,0	32085,2	-4701,9	63753921	30098533
1992	12096	47292	0,505	21609	0,21	21	106156800911	36787,0	32085,2	-4701,9	71675336	35359749
1993	13153	50209	0,505	21609	-0,12	-12	93742304698	36787,0	32085,2	-4701,9	74959341	37479970
1994	14051	54054	0,505	21609	0,05	5	98358776510	36787,0	32085,2	-4701,9	81272463	38694503
1995	15365	57729	0,487	30944	0,18	18	116546238556	36787,0	32085,2	-4701,9	87840903	42193368
1996	16510	61001	0,487	30944	0,03	3	121154795944	39524,5	35005,4	-4519,1	93216467	45306333

1997	17902	65375	0,487	30944	-0,05	-5	115661406518	42037,9	38300,9	-3737,1	101145900	49246770
1998	19725	70742	0,487	30944	0,06	6	122858971504	45742,6	41463	-4279,6	110376502	53723267
1999	21486	76204	0,487	30944	0,03	3	126423822714	49214,9	45534,3	-3680,6	118661421	57676929
2000	24138	82021	0,419	33268	-0,07	-7	117299520913	52983,1	48764,9	-4218,2	127316907	62623588
2001	26105	86109	0,419	33268	0,03	3	120332080536	58031,7	51562,3	-6469,4	134471058	66109734
2002	27663	89552	0,419	33268	0,1	10	132285714285	60526,7	55701,7	-4824,9	140566802	69374237
2003	28729	91769	0,419	33268	0,22	22	161931941309	64105,0	58732,1	-5372,9	143471717	71223111
2004	30324	96704	0,419	33268	0,14	14	185397304327	67822,5	61789,4	-6033,2	149312518	73648365
2005	32618	100707	0,410	53191	0,03	3	191847858528	71830,3	61820	-10010	154268681	77359117
2006	33002	105800	0,410	53191	0,05	5	201790398436	72735,7	65292,7	-7443	160855370	79663125
2007	33579	111936	0,410	53191	0,14	14	231741573802	75112,7	69673,6	-5439,1	169319221	82861257
2008	34532	116026	0,410	53191	0,08	8	251952293880	77055,3	70697	-6358,3	171983062	85692385
2009	37160	110547	0,410	53191	-0,07	-7	234083821055	83842,4	66706,9	-17135	168503604	85888377
2010	37311	115193	0,382	53191	-0,03	-3	227196842105	88502,4	71506,3	-17135	172834800	86813942
2011	34271	115520	0,382	85459	0,05	5	237522083333	84373,8	76867,6	-17135	171039900	85759562

Fonte: Pordata (2012)

A-Consumo Público em Euros

B-Consumo Privado total (Euro - Milhões)

C-Quota exportação

D-Valor das Exportações (mil milhões USD)

E-Taxa Variação do PIB em valor absoluto

F-Taxa Variação do PIB em percentagem

G-Valor do PIB em USD

H-Despesas da Administração Pública (Euro - Milhões)

I-Receitas da Administração Pública (Euro - Milhões)

J- Défice público (Euro - Milhões)

K- PIB (Euro - Milhares)

L- Remunerações do trabalho (Euro - Milhares)